MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

JACSON RENATO BELUZI

“A CAMA É NOSSA CASA”: UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA SOBRE O ENCARCERAMENTO FEMININO DE/PARA MULHERES EM UMA INSTITUIÇÃO PRISIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DOURADOS/MS

2019

JACSON RENATO BELUZI

“A CAMA É NOSSA CASA”: UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA SOBRE O ENCARCERAMENTO FEMININO DE/PARA MULHERES EM UMA INSTITUIÇÃO PRISIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Faculdade de Ciências Humanas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia, na área de concentração em Antropologia Sociocultural.

Orientador: Prof. Dr. Esmael Alves de Oliveira.

DOURADOS/MS

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

B453" Beluzi, Jacson Renato

"A CAMA É NOSSA CASA": UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA SOBRE O ENCARCERAMENTO FEMININO DE/PARA MULHERES EM UMA INSTITUIÇÃO PRISIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL [recurso eletrônico] / Jacson Renato Beluzi. -- 2019.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Esmael Alves de Oliveira .

Dissertação (Mestrado em Antropologia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio

1. Prisões.. 2. Mulheres.. 3. Linhas de Fuga.. 4. Mato Grosso do Sul. I. Oliveira, Esmael Alves De. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

JACSON RENATO BELUZI

“A CAMA É NOSSA CASA”: UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA SOBRE O ENCARCERAMENTO FEMININO DE/PARA MULHERES EM UMA INSTITUIÇÃO PRISIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

BANCA AVALIADORA

Presidente da banca: Prof. Dr. Esmael Alves de Oliveira (PPGAnt/UFGD)

_____

Membro titular: Profa. Dra. Danielli Vieira (IFSC/SC)

_____

Membro titular: Profa. Dra. Elizete de Souza Bernardes (IFMS/Dourados, MS)

_____

Membro titular: Profa. Dra. Simone Becker (UFGD)

_____

DOURADOS – MS, 29 de Março de 2019.

Dedico o presente a todas as interlocutoras que contribuíram para a pesquisa, melhoraram minha visão do mundo e me ensinaram, entre tantas coisas, que a "teoria não é a prática..."

AGRADECIMENTOS

À Gisele Junko Suguimoto, companheira que sempre contribuiu suntuosamente para esta pós-graduação, desde a ideia inicial até a conclusão, ouvindo por horas quando saímos para tomar café, almoçar, jantar, ir a barzinhos, etc., sobre essa ou aquela disciplina.

Ao professor Esmael Alves de Oliveira, orientador que me apresentou a antropologia nos tempos de aluno especial e, após, acreditou neste projeto. Agradeço por todo o conhecimento que me foi transmitido pessoalmente e por meio de leituras, assim como por ter essa capacidade incrível de audição e paciência em ouvir tantos absurdos que falei/escrevi. Somam-se a isso conversas por "*whatsapp*", almoços e cafés em que, mesmo em um curto espaço de tempo, reuníamo-nos para falar sobre a pesquisa.

Aos professores do PPGANT/UFGD, pelo conhecimento transmitido, sugestões para trabalhos e questionamentos reflexivos. Em especial, à Simone Becker, pelas trocas de saberes em Teoria Antropológica II e à Graziele Acçolini, cujas aulas de metodologia contribuíram para o trabalho de campo que naquele momento estava no ápice.

Aos funcionários da UFGD, os quais sempre me atenderam muito bem, principalmente Pedro Vieira, que é uma pessoa incrível.

À AGEPEN, Agência Penitenciária de Mato Grosso do Sul, e à SEJUSP - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, as quais, por meio de suas(eus) funcionárias(os) autorizaram a pesquisa e a entrada em campo.

Ao juiz de direito responsável pelo estabelecimento prisional pesquisado, o qual autorizou a entrada em campo.

À diretora e às(aos) agentes da Unidade Prisional, que me receberam e contribuíram para a pesquisa, inclusive como interlocutoras(es).

Ao Stênio Ferreira Parron, Coordenador do Curso de Ciências Jurídicas onde leciono/aprendo Direito Penal, Processo Penal, Prática Jurídica e Execução Penal, pela flexibilização nos horários de aula da instituição de modo a possibilitar minhas presenças em aulas/atividades do mestrado, bem como por acreditar em minha capacidade ao me contratar para o quadro de docentes da instituição dois anos antes.

Aos amigos Gabriela Santi Pimenta e Marcos Custódio, com quem troquei muitas ideias sobre o trabalho. Marcos trocava ideias comigo em viagens para Dourados, já que também era aluno de Antropologia. Gabriela, minha orientanda do curso de direito, é amiga e

colega de trabalho no Poder Judiciário que tanto ouviu sobre esse projeto e a pesquisa: pessoas incríveis que proporcionam conversas agradabilíssimas.

Ao professor e amigo Claudinei Araújo dos Santos, que divide comigo suas ideias, sugere material de pesquisa e ouviu muito sobre esse projeto. Trata-se de uma pessoa incrível e um cidadão de luta que admiro.

Às interlocutoras, cujos nomes não trago por questões éticas, que contribuíram nas entrevistas e muito me ensinaram contando sua vida, experiências... Sem elas não realizaria a pesquisa e, além disso, sempre me recepcionaram com carinho e respeito: pessoas incríveis e queridas.

RESUMO

Este trabalho busca refletir sobre algumas nuances, entre tantas existentes, que cercam o encarceramento feminino no Brasil a partir de pesquisa de campo realizada junto a uma instituição prisional localizada no Estado de Mato Grosso do Sul. A pesquisa tomou como foco inicial dados oficiais sobre encarceramento feminino no Brasil e também em Mato Grosso do Sul, por meio dos quais foram problematizados os atuais mecanismos de encarceramento em massa no país. Além disso, por meio de um trabalho de campo junto à instituição, buscou-se pensar acerca das relações de poder existentes e suas incidências sobre aquelas que são consideradas alvos do regime disciplinar: "as meninas" presas. A busca pela produção da mulher "ressocializada" nos moldes desejados pela política prisional oportunizou perceber a instituição-prisão como uma via de mão dupla: enquanto espaço de produção de corpos disciplinados, mas também, e ao mesmo tempo (ouso dizer até: para além disso), enquanto espaço de produção de redes, afetos, resistências e agenciamentos. Assim, suas relações transbordam os muros e as disciplinas e reafirmam seus enlaces com aqueles que estão extramuros e seus engajamentos com outras formas de constituição de si. Sem ignorar a importância dos dados estatísticos, esta etnografia procurou ultrapassar fronteiras ao lançar um olhar sobre sujeitos de "carne, osso e sangue", que não se conformam nem se resumem às polícias/políticas de massificação. Ao percorrer os diferentes espaços da instituição, intentou-se o contato com um feminino que não é abarcado pelo olhar/discurso institucional. Afinal, que mulheres genéricas são essas das estatísticas? As falas das "meninas" encarceradas e de algumas das agentes públicas da instituição apontam para a possibilidade de outras questões e outras análises. Utilizando-me, pois, da perspectiva antropológica e ancorado em reflexões foucaultianas, preocupando-me com a noção de discurso enquanto prática, sem perder de vista a capacidade de resistência e agenciamento dos sujeitos, espero ter contribuído para pensar que, se as prisões são espaços onde as pessoas, por relações de poder e de exclusão, produzem-se e são produzidas, seja, por exemplo, a partir do trabalho prisional, das galerias onde se vive na prisão, das visitas de familiares, da atuação dos profissionais e de atores no cotidiano da prisão, também e ao mesmo tempo esse espaço é um lugar onde se constituem práticas e discursos dissidentes.

Palavras-chave: Prisões. Mulheres. Linhas de fuga. Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT

O The study seeks to reflect on some of the nuances, among so many existing ones, that surround female imprisonment in Brazil, based on field research conducted at a prison institution located in the state of mato grosso do sul. Female imprisonment in Brazil and also in mato Grosso do Sul, through which the current mechanisms of incarceration in the country were problematized. In addition, through a fieldwork with the institution, we sought to think about the existing power relations and their incidence on those that are considered the targets of the disciplinary regime: "girls" prey. The quest for women's production of "resocialization" in the ways desired by prison politics has made it possible to perceive the institution-prison in a two-way street: as a space for the production of disciplined bodies, but also at the same time (I dare say even) as a space of production of networks, affections, resistances and assemblages. Thus, the relations of the "girls" trapped overflow the walls and disciplines and reaffirm their links with those who are outside the walls and their engagements with other forms of self-constitution. Without ignoring the importance of statistical data, this ethnography sought to go even further by looking at subjects of "flesh, bone and blood" and who do not conform to or summarize themselves to the police / policies of massification. When going through the different spaces of the institution, contact was sought with a female that is not encompassed by the institutional look / discourse. After all, what generic women are these statistics? The statements of the imprisoned "girls" and some of the institution's public agents point to the possibility of other questions and other analyzes. using an anthropological perspective, anchored in Foucauldian reflections, worried with the notion of discourse as a practice, without losing sight of the capacity for resistance and agency of the subjects, I hope I have contributed to thinking that if prisons are spaces where relations of power and exclusion are produced and produced, for example, from prison work, galleries where one lives in prison, family visits by professionals and actors in prison daily life, and at the same time and a place where constitute practices and discourses are formed.

Keywords: Prisons. Woman. Leakage lines. Mato Grosso do Sul.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Regimes prisionais por raça/etnia.....30
Gráfico 2 – Faixa etária na unidade carcerária pesquisada.....32
Gráfico 3 – Estado civil declarado pelas mulheres entrevistadas.....33

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Regimes e nível de escolaridade.....30
Quadro 2 – Principais delitos cometidos.....31
Quadro 3 – Regimes e faixa etária.....33
Quadro 4 – Regime prisional e estado civil.....34

ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA - Associação Brasileira Antropologia

AGEPEN - Agência Penitenciária de Mato Grosso do Sul

APAC's - Associações de Proteção aos Condenados

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

LEP – Lei de Execuções Penais

PPGAnt/UFGD - Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados

SEJUSP - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

TAF - Teste de Aptidão Física

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13
CAPÍTULO 1 - CONSTRUINDO UM PERCURSO: DO PROJETO AO CAMPO 15
1.1 O projeto não é o campo 15
1.2 O campo não é o projeto 21
1.3 Negociando com campo, negociando com "instituição" 24
1.4 De sujeitas a números: mulheres encarceradas segundo dados "oficiais" 28
CAPÍTULO 2 – ERA UMA VEZ: DOS GRILHÕES DAS "GRADES" ÀS MALHAS DA VIDA 36
2.1 Um olhar por entre as "grades" 36
2.2 Do gabinete ao grupo: circulando entre espaços e relações 42
2.3. Dos (in)cômodos aos "sujeitos-móveis" 47
2.3.1 Maria 48
2.3.2 Da "sogra" à (ex) nora: Joana 49
2.3.3 Quando o (des)encontro produz outros encontros 51
2.3.4 Entre Aparecida, Paula, Luana e Marta 53
2.3.5 "Casei e vim pra cá": os (des)encontros de Aparecida 56
2.3.6 Paula e as perdas 58
2.3.7 Luana e o "tirar tudo na humildade" 59
2.3.8 Júlia e a sinceridade 60
CAPÍTULO 3 – "A CAMA É NOSSA CASA": (RE)PENSANDO RELAÇÕES, TRAJETÓRIAS E (RE)EXISTÊNCIAS 65
3.1 Mapeando trajetórias: sexo frágil ou sexo perigoso? 65
3.2 Dos (in)cômodos à "intimidade" 70
3.3 Entre "capturas" e (re)existências 74
CONSIDERAÇÕES FINAIS 80
REFERÊNCIAS 82

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa de campo realizada junto a um estabelecimento penal localizado no Estado de Mato Grosso do Sul e destinado a mulheres em privação de liberdade, compreendendo-se a prisão como um local de produção de subjetividades que excedem dispositivos estatístico-disciplinares. Se de um lado dados oficiais apontam para a massificação da experiência prisional e para a feminização das prisões brasileiras, de outro, acabam por invisibilizar as nuances, as tensões e as ambiguidades que cercam tal fenômeno, ao mesmo tempo em que tornam a prisão um fenômeno fechado em si mesmo. Entretanto, o que encontrei no campo foram mulheres-meninas que, atravessadas por diferentes trajetórias e processos sociais de exclusão e violências, conseguem, apesar disso e para além disso, produzir narrativas e experiências/experimentações que mostram a maneira como entendem a prisão-instituição-total: a "cama é nossa casa".

Assim, o que ficava evidente é que números formadores de estatísticas não dão davam conta das narrativas e trajetórias dessas "meninas"[1], por produzirem perfis genéricos e universalistas. Nesse sentido, a prisão que se espera que o leitor encontre neste texto é um lugar de ambiguidade, de negociações, resistências e agenciamentos. Nesse movimento, espero ter colocado a prisão em segundo plano e trazido para o primeiro essas "meninas" anônimas e historicamente invisibilizadas, silenciadas pelas perspectivas da prisão enquanto instituição total.

Desse modo, a pesquisa procurou refletir sobre a prisão como local pulsante e imbricado não apenas de relações de poder e processos de docilização de corpos e subjetividades, mas também e principalmente como lugar de agenciamento e resistências. Isso porque tais fatores escapam aos números e aos discursos de passividade, de maneira que não foi meu objetivo que o trabalho estabelecesse uma balança em que sopesassem "verdades" e "mentiras", mas conceber esse universo como sendo constituído por jogos de verdade em que se operam táticas e técnicas performativas.

Dessa forma, se por um lado a prisão pode ser um ambiente de negação, por outro e ao mesmo tempo as resistências se constituem e são constituídas. De fato, trata-se de m espaço de produção de fala de trajetórias, vínculos, parentescos, eventos, produção de corpos e subjetividades (GODOI, 2015; CUNHA,

[1] Em vários momentos ao longo do texto, o/a leitor/a encontrará a utilização dessa categoria: "meninas". Trata-se de um termo êmico tanto utilizado por elas quanto pelas agentes prisionais e pela direção da instituição onde se desenvolveu a pesquisa. Ao utilizá-lo, pretendo valorizar essa "constituição de si" e evidenciar as limitações que cercam a leituras de dados generalistas e universalistas concretizadas na categoria mulheres encarceradas. O que me interessava era pensar que sentido feminino genérico é esse das estatísticas e políticas oficiais? No meu entender, ao serem produzidas e se produzirem como "meninas", elas questionavam e ressignificavam a experiência prisional.

2003). É justamente isso o que busco evidenciar ao longo deste trabalho por meio das narrativas, práticas e cotidianos do/no campo pesquisado. Se esse campo-prisão é normatizado por leis e determinações verticalizadas, meu trabalho saiu em busca das relações criadas pelas "meninas" encarceradas e de seus vínculos cotidianos construídos e reconstruídos ao longo de suas permanências naquele espaço.

Foi essa atenção com as nuances relacionais, com as ambiguidades e contradições das trajetórias, discursos e vínculos que me fez privilegiar o ambiente aparentemente corriqueiro. Para mim, foi nas conversas informais, na socialização do tereré[2] e no aceite para almoçar junto que a "casa" abriu de fato (para além das autorizações burocráticas) as portas para minha entrada em campo, quando pude acessar a "intimidade" das meninas-mulheres: a "cama". É assim que leio o aparecimento dessa categoria por meio da fala das interlocutoras: "a cama é nossa casa". O que implicaria tomar a experiência da prisão nessa correlação com o mundo da intimidade? É o que espero apresentar ao leitor ao longo dos capítulos.

Para isso, a dissertação foi dividida em três capítulos. Em todos eles, por uma questão ética, optei pelo anonimato institucional e das minhas interlocutoras de pesquisa. Na primeira seção, esboço os caminhos teóricos e metodológicos que deram corpo ao trabalho, com foco nos caminhos burocrático-institucionais percorridos, em meu lugar de pesquisador e nos dilemas da pesquisa. Além disso, um pequeno esboço de dados nacionais e locais ajudam a situar o problema de pesquisa.

No segundo capítulo, trago as discursividades dos sujeitos, suas vivências na unidade prisional e os modos como a instituição-prisão é apropriada e significada, com o objetivo de conduzir à compreensão do contexto em que as "meninas" estão inseridas e como produzem e são produzidas a partir dele.

Por fim, no terceiro e último capítulo, tomando em perspectiva a fala de uma de minhas interlocutoras, que proferiu: "a cama é nossa casa", busco pensar relações, trajetórias e resistências delineadas em campo. Em cena, estão múltiplas trajetórias, motivações, resistências e agenciamentos, de maneira que, se a experiência da prisão se impõe como um ponto de intersecção entre as trajetórias, por outro, percorrem-se trilhas narrativas que conduzem a histórias singulares.

Espero, assim, que a leitura desta Dissertação possa trazer contribuições teórico-metodológicas nos estudos acerca de prisões, pensar as relações de sujeito e poder, bem como conduzir o leitor a relativizar o olhar institucional-estatístico sobre essas meninas de osso, carne e sangue, refletindo para o que está além da instituição total e do assujeitamento.

[2] Bebida típica da região Centro-Oeste a base de erva mate moída, servida em um copo com bomba (semelhante a um canudo) e água gelada.

CAPÍTULO 1 - CONSTRUINDO UM PERCURSO: DO PROJETO AO CAMPO

1.1 O projeto não é o campo

Esta pesquisa se iniciou com um pré-projeto para ingresso no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados – PPGAnt/UFGD – em 2017 e que tinha como título "Uma análise antropológica do encarceramento feminino nos municípios de Dourados e Ponta Porã-MS". Contudo, como para a Antropologia um projeto de pesquisa é sempre uma carta de intenção, em que o "campo" se constitui como o grande "juiz" no que tange a possiblidades ou impossibilidades de continuação ou interrupção das perguntas que elaboramos antes do estudo, o contato estabelecido com minhas interlocutoras acabou por reorientar minha proposta inicial. Se, a partir de algumas informações era possível ter acesso a um espaço feminino quantitativamente identificado (refiro-me a estatísticas oficiais em torno da população carcerária no Brasil), aos poucos percebi que, por detrás dos números, lá onde a instituição ganha corpo, esse entendimento genérico da categoria de feminino não era sustentável. Pelo contrário, mulheres com histórias, trajetórias, dores, traumas, expectativas, sonhos e decepções, embora marcadas pela experiência do encarceramento, mostraram que essa concepção não era suficiente para sustentar a categoria ontologicamente substancialista dos dados oficiais: "mulheres encarceradas". *In locus,* os números quantitativistas desencarnados pouco diziam sobre aquelas mulheres concretas.

Porém, antes de apresentar propriamente o cenário da pesquisa, penso ser importante apontar alguns dados sobre minha própria trajetória, que aos poucos delineiam meu desejo de me voltar especificamente ao tema em estudo. Minha relação com o campo jurídico (sempre voltado para dicotomias como legalidade/ilegalidade, lícito/ilícito, delito/pena etc.) deu-se especificamente a partir de minha graduação em Direito. Após a conclusão do curso, atuei como advogado e, atualmente, após prestar concurso público, exerço cargo de Analista Judiciário no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Isso não fez com que me afastasse do campo educacional e hoje, para além de servidor público, leciono a matéria – costumam denominar "disciplina", nome que me causa desconforto – de Direito Penal em uma Faculdade de Nova Andradina-MS.

Como aluno do curso de Direito, já sendo formado em Letras à época, o Direito Penal chamou minha atenção. Em cena, o tensionamento entre as ideias defendidas por autores como Lombroso[3], que, por meio da Antropometria, defendia uma visão determinista do ser humano e (por contraste) Foucault, grande

[3] Cesare Lombroso (1835-1909) foi um homem polifacético: médico, psiquiatra, antropólogo e político, sua extensa obra abarca temas médicos ("Medicina legal"), psiquiátricos ("Os avanços da Psiquiatria"), psicológicos ("O gênio e a loucura"), demográficos ("Geografia médica"), criminológicos ("L'Uomo delincuente) (DAMOTTA, 2007).

questionador da episteme ocidental. No contexto do curso, Lombroso era lembrado pela ideia de que o "criminoso" teria uma estrutura física específica; Foucault, por sua vez, era mencionado a partir da obra "Vigiar e punir" (FOUCAULT, 2014). Se Lombroso tornara-se claro quanto à sua proposta (o que não quer dizer que seja aceitável), o mesmo não se deu com minha leitura de Michel Foucault – na época fui tomado por muitas incompreensões quanto ao pensamento do autor francês. Apesar de sua presença ao longo do curso de Direito, nenhum contato direto com a Antropologia foi possível (não havia nenhuma disciplina da área na matriz curricular que cursei).

Ao terminar o curso, iniciei minha carreira jurídica na advocacia cível e, a seguir, pouco a pouco descambei para a área do Direito Penal na pequena cidade onde morava, Angélica-MS. Nos atendimentos que realizava a clientes em delegacias, etc., percebia que ao lado do âmbito jurídico formal havia/há todo um universo ignorado pelos aparatos legais, ou seja, interessava mais à burocracia jurídica o ato praticado, o momento em que ocorrera, quem o praticou e pessoas que poderiam tê-lo presenciado do que condições humanas e sociais que poderiam ter influenciado o propalado "delito".[4]

Após esse período, que durou um total de 1 ano e 6 meses, fui nomeado em concurso público e me mudei para Nova Andradina. A seguir, comecei a lecionar na graduação de Direito em uma instituição cuja estrutura do curso contemplava a matéria de Antropologia. Foi justamente em decorrência do diálogo travado com o professor que a ministrava que meu interesse pelo campo despertou. Se de um lado já havia em mim certo desconforto com algumas naturalizações presentes no campo jurídico, o contato com a Antropologia passaria a fornecer ferramentas necessárias para uma crítica mais acurada ao meu campo de atuação.

Nesse contexto, surgiu a possibilidade de ingressar no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados – PPGAnt/UFGD, em Dourados-MS, já com o intuito de pesquisar o tema do encarceramento no estado. Nesse processo, iniciei-me como aluno especial na disciplina de Teoria Antropológica II no segundo semestre de 2016. Minha intenção era a de estreitar o diálogo com alguns professores do programa a fim de uma possível orientação. Consequentemente, prestei a seleção de aluno regular do programa no final daquele mesmo ano. Naquele momento, escrevi o pré-projeto, que, em resumo, continha a seguinte proposta:

> [...] Atualmente as estatísticas oficiais apontam para o aumento da população prisional no Brasil, mas, além disso, dão conta de evidenciar o processo de feminilização dos presídios. Portanto, o objetivo deste projeto é investigar o aumento desses índices bem como suas possíveis razões. Os motivos do aprisionamento feminino devem ser sopesados, com a cautela máxima, visto que levantamentos preliminares indicam que o encarceramento feminino pode estar ligado ao

[4] Embora no campo do Direito Penal citam-se atenuantes como dispositivos que podem "amenizar" penalidades a serem aplicadas (por exemplo, estar sobre forte emoção etc.), o que se observa é que a atenuação permanece restrita ao ato praticado, ou seja, é desconsiderada em um contexto mais amplo.

> preconceito racial e de classe, tendo em vista que dentre essas mulheres há um número expressivo de negras pauperizadas e com baixo nível de escolaridade. Como recorte, a pesquisa será realizada em Estabelecimento prisionais do MS, tendo como foco o método etnográfico, privilegiando a abordagem qualitativa. Para tal serão analisados processos judiciais, o diálogo com diferentes atores sociais que atuam junto às unidades prisionais femininas, especificamente com o fim de compreender os diferentes discursos e agenciamentos tanto de sujeitos quanto de instituições. Assim, o presente projeto ao debruçar-se sobre encarceramento feminino, sob o viés das ciências sociais, busca principalmente desnaturalizar o modo como o discurso prisional tem sido constituído e reiterado e desse modo instituído a marginalização de sujeitos e minorias[...] (s.p.).

Como se vê, o projeto teve inicialmente o intuito de analisar como se dava a realidade do encarceramento feminino no Estado de Mato Grosso do Sul, tomando como base dados oficiais e discursos dos operadores do Direito envolvidos diretamente com a questão. Se, como apontam os dados, o Brasil tem ocupado o terceiro lugar no ranking mundial dos países que mais aprisionam (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2016) e o encarceramento de mulheres tem crescido significativamente se comparado ao masculino[5], a intenção era mapear as nuances que justificariam as razões de tal aumento.

Contudo, à medida que, já na condição de aluno regular do Programa, avançavam as discussões oportunizadas pelas disciplinas cursadas, assim como pelo processo de orientação, levantamento bibliográfico e pesquisa de campo, outros horizontes ainda não diretamente vislumbrados começaram a se delinear. Para mim, ficava cada vez mais evidente que, apesar dos "delitos" cometidos, a questão da marginalização dessas mulheres dava-se em grande medida por sua condição de mulher. Ou seja, para além de sua condição de "contraventora", o que estaria em jogo é a noção de um ser ontologicamente perigoso e dado ao mundo do crime: o de mulher perigosa e, por conseguinte, criminosa. Esse entendimento encontrava eco em algumas pesquisas às quais tive acesso.

> [...] Segundo Verônica, as presas são recorrentemente taxadas de "más mães" e "vagabundas" e desenvolvem um permanente sentimento de culpa. "Isso é uma forma de tortura", afirmou. A debatedora destacou a situação vivenciada pelas mães nos cárceres, que ouvem de agentes penitenciárias que se não se comportarem bem vão perder o bebê. Verônica criticou o fato de que os bebês sejam tirados abruptamente das mães após o sexto mês do nascimento. "As mulheres separadas dos bebês ficam ainda com o peito cheio de leite e sofrem com a questão física. É um rompimento de vínculo incerto e abrupto", afirmou, defendendo a ampliação dos expedientes de prisão domiciliar. Verônica citou que outro sofrimento para a mulher encarcerada é a perda dos vínculos familiares, situação que é ainda pior para as presas estrangeiras [...] (PASTORAL CARCERÁRIA, 2015, s.p.).

Portanto, emergia a passagem de uma análise funcionalista das razões do encarceramento para uma abordagem socioantropológica em que discursos/linguagem, relações de poder, agenciamentos e resistências ganhavam a centralidade. Assim, a questão já não era o encarceramento em si, mas a lógica de

[5] "[...] Nos últimos 12 anos a população carcerária feminina aumentou 256%, segundo o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). O aumento do número de homens presos foi de 130%, quase a metade no mesmo período. Atualmente, as mulheres representam cerca de 7% da população carcerária brasileira, o que corresponde aproximadamente 36 mil presas" (BRASIL, 2016).

como operam as instituições totais e os processos de subjetivação que resultam desse regime policialesco punitivo. As situações verificadas faziam pensar nas razões pelas quais o corpo feminino tinha sido selecionado com tanta atenção. Além disso, em que dose se faz(ia) categorizar genericamente mulheres encarceradas? Em que ponto as histórias pessoais se cruzam, aproximam-se e/ou se distanciam para dar "corpo" à experiência da privação de "liberdade"?

Para Foucault (2017), o poder é relacional, perspectiva que possibilita pensar para além das violências físicas, simbólicas e institucionais, mas também sobre as estratégias de resistência dos sujeitos femininos encarcerados. Nesse cenário, como não considerar aspectos como história de vida, faixa etária, aspectos sociais, econômicos e culturais? Como ignorar que, ainda que haja um dispositivo legal homogeneizador, o Estado, por meio da instituição judiciária, tem atuado de forma heterogênea e, por vezes, conflitante com as normativas estabelecidas? Ademais, como o espaço das prisões, apesar de ser um ambiente de negação de direitos, tem se constituído como um lócus em que operam negociações e agenciamentos por parte dos sujeitos encarcerados? Essas são questões que considerei fundamentais para a compreensão da problemática.

Ao longo do levantamento preliminar que realizei, esses dados foram se revelando:

> [...] Baseado nos dados do último relatório do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), o Ministério da Justiça apresentou, nesta quinta-feira (5), um inédito relatório sobre a população penitenciária feminina no Brasil. Basicamente, esse grupo é formado por mulheres jovens, com idade entre 18 e 29 anos, solteiras, negras e de baixa escolaridade – 50% das presas não concluíram o ensino fundamental –, que possuem filho e respondem pelo sustento da família [...] (BRASIL, 2017, s.p.).

Eles se somavam aos índices de encarceramento feminino no Estado de Mato Grosso do Sul e me ajudaram a pensar outras questões até então não percebidas, mas evidenciadas em outras pesquisas, como a da preponderância de uma lógica de viés masculinista na "pedagogia" do sistema prisional brasileiro:

> [...] De logo já se vê que a prisão pública para mulheres é uma adaptação do modelo que foi/é aplicado ao gênero masculino e, como visto acima, não está solucionando o que seria o problema alvo, antes disso, transformou-se noutro caos a ser solucionado. Nessa vereda, há que anotar que o modelo de prisão não pode, nem deve, ser somente pesquisado sob o aspecto das prisões provisórias, execução provisória de pena e/ou execução definitiva de pena na busca da resolução da questão da ineficácia do sistema carcerário brasileiro feminino, mas numa perspectiva ampla em que analisam-se não apenas o modo como a instituição prisão tem operado, bem como o aparato judicial, mas os discursos dos diferentes sujeitos envolvidos nessa problemática... Nesse cenário, forçoso será observar como as gentes condenadas definitivamente são reinseridas na sociedade e mormente como são recepcionadas pela sociedade, haja vista que o modelo utilizado pelo Estado às mulheres é praticamente idêntico ao masculino, cujos resultados não têm sido satisfatórios, e a situação delas vem agravada pela discriminação implícita/explícita existente contra seu gênero [...] (SALÁRIO BRASIL, 2014, s.p.).

Seria esse um dado recente? Conforme aponta Queiroz (2016), a implantação de prisões femininas no Brasil ocorre por volta de 1937 e seu objetivo não era apenas mulheres "criminosas":

> [...] A Penitenciária Madre Prelletier, de Porto Alegre, foi a primeira penitenciária feminina do Brasil. O dado curioso não é este, mas sim que ela foi fundada apenas em 1937, e não pelo Estado, mas por freiras da Igreja Católica. Até então, mulheres condenadas no Brasil inteiro cumpriam pena em cadeias mistas, onde frequentemente dividiam celas com homem, eram estupradas pelos detentos e forçadas à prostituição para sobreviver. Depois de muitas denúncias e discussões penitenciárias, o Brasil, tardiamente, passou a construir presídios apenas para mulheres, começando pelo Rio Grande do Sul e espalhando-se pelo resto do país. O processo de criação deste piloto, porém, foi muito longe do ideal. Liderado pela Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor, irmandade fundada em 1835 por Maria Eufrásia Pelletier, com sede em Angers (França), o presídio nasceu com o nome Instituto Feminino de Readaptação Social. Era uma casa destinada a criminosas, mas também destinada a prostitutas, moradoras de rua e mulheres "desajustadas". E "desajustadas", naquela época, podia significar uma série de coisas muito distante do desajuste [...] (QUEIROZ, 2016, p. 131).

Até aquele período, as mulheres ficavam em "cadeias mistas", isto é, muitas vezes, dividindo celas com homens. Para Pasti (2015), a divisão entre cadeia masculina e feminina se deu porque se acreditava que esse formato de estabelecimento seria prejudicial ao gênero masculino.

Na atualidade, os estabelecimentos prisionais mantêm essa divisão em grande parte do país, mas ainda há fortes resquícios desse modelo misto, conforme aponta Carrilho (2017, p. 66):

> [...] Neste ponto da análise do documento, é possível inferir que a maior parte das mulheres presas se encontra em unidades prisionais mistas, o que consiste em condições que acarretam graves violações a seus direitos, a começar pela frontal transgressão ao texto da Lei da Execução Penal, que prevê separação dos estabelecimentos por gênero. Dentre as unidades prisionais brasileiras, 1.070 são masculinas, 238 são mistas e 103 são exclusivamente femininas [...].

Interessante acrescer a informação de que travestis, transexuais, etc., permanecem em presídios masculinos: o que existe – quando há – é uma ala separada para elas daquelas em que ficam os homens[6] dentro da mesma unidade prisional.

Assim, além da necessidade de se reverem aspectos inicialmente desconsiderados ou pouco explorados em minha proposta inicial, também foi necessária uma delimitação do campo. Ou seja, se inicialmente pretendia me debruçar sobre duas instituições prisionais voltadas para mulheres, o início do trabalho de campo me fez perceber que uma análise dessa amplitude precisaria de um tempo maior que o

[6] "[...] No Brasil, o quadro é ainda mais grotesco em razão da falência do sistema prisional, com os problemas já conhecidos de superlotação, falta de estrutura decente, falta de trabalho e de reeducação, tráfico de drogas, falta de acompanhamento sensato das execuções penais. Além das violações de Direitos Humanos que acometem a todos os presos brasileiros, as mulheres transexuais e travestis, nos presídios masculinos, ainda sofrem humilhações; torturas; estupros; exposição de sua intimidade a uma população diferente de seu gênero, por exemplo, a obrigatoriedade de a presa transexual tomar banho de sol sem camisa, expondo seus seios; o corte obrigatório dos cabelos femininos nos presídios masculinos; a proibição do tratamento com hormônios; a revista íntima vexatória. Em 2015, no Ceará, uma transexual foi levada à audiência de custódia, ocasião em que, com marcas de espancamento, chorando e vomitando, ela relatou que não queria voltar à prisão, e, se isso acontecesse, ela se mataria. Isso porque passou 20 dias presa na Penitenciária masculina de Caucaia, sendo espancada e estuprada por quatro detentos. Durante a audiência de custódia, um dos presos disse ao juiz que ouviu os gritos da transexual durante a noite pedindo socorro. O caso ainda está sendo apurado. [...] A mesma luta se reflete no Brasil, onde apenas os Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Paraíba possuem, em alguns estabelecimentos penais, uma ala específica para homossexuais, travestis e transexuais, costumeiramente chamada de "ala *gay*". A Bahia já firmou, em 2014, compromisso no sentido de criar tais espaços " (ROSA, 2016, s.p.).

oportunizado pelo mestrado. Por isso, em diálogo com o orientador, decidimos focar uma única instituição, passando-se a um universo mais restrito e privilegiando o retorno ao cenário da pesquisa e a retomada dos diálogos estabelecidos a fim de aprofundar aspectos/questões pouco compreendidas.

Importante esclarecer ainda que não se intentou em nenhum momento fazer uma análise institucional no sentido estrito do termo – algo que poderia resultar em um processo de adjetivação e denuncismo desnecessário. Buscou-se compreender as relações, as trajetórias dos sujeitos, as narrativas. Há, assim, um deslocamento proposital de uma perspectiva funcionalista para a visibilização das microrrelações e das micropolíticas.

Para além dessas indagações de ordem teórico-analítica, a metodologia também foi algo que provocou bastante insegurança. Nesse sentido, foram fundamentais trabalhos etnográficos com base em prisões ou instituições onde há privação ou restrição de liberdade (CUNHA, 2003; VIEIRA, 2009; DASSI, 2010; DINIZ, 2015; GODOI, 2015).[7]

O cerne da questão dizia respeito ao modo como registrar as entrevistas: a ideia inicial era gravar as conversas com as interlocutoras. No entanto, a literatura etnográfica apontava a possibilidade de mal-estar gerado nos interlocutores pelo gravador em contextos como o desta pesquisa. "Sabe-se, também, que o gravador, em inúmeros casos inibe o informante de tal maneira que seu depoimento fica bastante prejudicado" (LEMGRUBER, 1999 [1983], p. 17).

Frente ao exposto e considerando o ambiente de desconfiança que há em unidades prisionais[8] em decorrência do intenso sistema de vigilância e punição, concluí que a gravação das conversas poderia criar um ambiente de apreensão por parte dos interlocutores – algo que desejaria evitar. Além disso, embora haja o compromisso ético, se alguém resolvesse confiscar o aparelho eu nada poderia fazer e o sigilo não existiria mais – podendo haver implicações punitivas para as entrevistadas.

Por isso, a ideia inicial de efetuar gravações das falas das interlocutoras foi abandonada e, seguindo as pistas fornecidas por Foote-Whyte (2005, p. 23), busquei "[encontrar] pessoas particulares e [observar] as coisas particulares que [faziam]".

[7] Vale ressaltar que de longa data as prisões têm sido objeto de análise no campo das ciências humanas e sociais (CLEMMER, 1960 [1940]; SYKES, 1958; GOFFMAN, 1961; FOUCAULT, 1975; LEMGRUBER, 1999 [1983]). Em todas as análises, o desvelamento de que a instituição-prisão é resultado de um longo processo de transformações sócio-histórico-político-econômico-ideológicas, cuja lógica opera pela segregação, exclusão e estigmatização.

[8] Por ser região de fronteira e lugar de atividade de tráfico de drogas o universo pesquisado, são recorrentes interceptações/gravações telefônicas efetuadas pela justiça. A palavra gravação poderia não ser bem vista, o que parece ser subjacente ao campo pesquisado. Inclusive, posteriormente, encontrei uma mulher encarcerada por ter sido flagrada em gravações telefônicas com pessoas que exerciam a traficância.

1.2 O campo não é o projeto

Definido o recorte, foi necessário ir em busca das autorizações para adentrar no estabelecimento prisional e, a depender do resultado, delinear qual seria a via a seguir: realizar pesquisa de campo ou, diante de sua impossibilidade, somente uma discussão bibliográfica a partir dos dados oficiais.

Isso porque há sempre a possibilidade de negativa, uma vez que a autorização está condicionada a uma série de fatores que vão desde quem avalia o pedido até a identidade e a rede de relações de quem a solicita. É preciso "saber lidar com isso", o que faz lembrar Castro (2004, p. 140) em sua pesquisa de mestrado junto a uma instituição total:

> [...] Se o Exército é uma instituição estruturada hierarquicamente, esse fato não pode ser ignorado por quem nele deseja pesquisar. Aquilo que é rotineiro, previsto, regulamentado, pode ser decidido por vários oficiais; já o que não possui precedentes – como o pedido que fiz – só pode ser decidido pela pessoa situada no topo da hierarquia. **O pesquisador precisa, portanto, saber lidar com essa característica da instituição** (CASTRO, 2004, p. 140 – grifos meus).

Nesse contexto, é necessário esclarecer que, dada minha inserção no campo do direito, conhecia bem esses trâmites. Foi assim que fiz o requerimento direto na Agência Penitenciária de Mato Grosso do Sul (AGEPEN), responsável pela gestão/administração dos presídios na esfera estadual e não tive dificuldade com as autorizações, apenas o juiz responsável pelo presídio solicitou que encaminhasse junto ao requerimento cópia do projeto de pesquisa e, em momento posterior, condicionou a pesquisa à aceitação das interlocutoras, isto é, sua participação não era obrigatória.

Diante desse cenário, não pude deixar de pensar que minha inserção profissional no campo jurídico na função de analista judiciário contribuiu significativamente para que minha entrada em campo ocorresse sem grandes percalços, mesmo que minha atuação profissional nunca tenha se dado no contexto dos presídios. Desse modo, pergunto-me se outro pesquisador, que não tivesse as mesmas "credenciais", teria tido as mesmas facilidades que tive nesse acesso. Ao mesmo tempo, minha origem social (pertencer a uma família de pequenos agricultores de uma cidade rural do Mato Grosso do Sul e não de grandes latifundiários) não permitia que eu caísse em uma naturalização de minha condição.

Outro aspecto a ser considerado é o estilo de escrita antropológica. Confesso que as dificuldades foram muitas em me familiarizar com ele. Segundo Geertz (2005), a escrita etnográfica é uma ficção[9], que não está desvinculada de uma dada expertise e um dado métier. Assim, não sei em que medida minha escrita deixou de ser atravessada por minha trajetória junto ao campo do direito. Entretanto, as marcas

[9] Cabe pontuar que esta ficcionalização a que se refere Geertz visa apenas ressaltar o caráter construído da produção antropológica e o consequente afastamento de uma noção cientificista de objetividade e neutralidade. Nesse sentido, essa ficção referida pelo autor nenhuma relação tem com uma ideia de mentira ou falseamento.

desse processo de absorção pela linguagem forense se revelam na escrita e transbordam nos traços estruturais do texto por meio da organização das palavras, pontuações, etc.

> [...] Pelo sobredito, requer seja autorizado: **(i)** a realização da pesquisa dentro dos estabelecimentos prisionais femininos dos municípios de Dourados e Ponta Porã, ambos neste Estado; **(ii)** acesso às informações sobre quem são as mulheres encarceradas (perfil econômico, idade, principais crimes praticados, estado civil, filho (a,s) ou não, etc.); **(iii)** entrevistas com mulheres encarceradas, agentes, psicólogos(as), diretor(a), enfim, com todos aqueles que puderem contribuir[10].
> Fica reiterado que será mantido sigilo das fontes por interlúdio do anonimato e a pesquisa obedece aos princípios éticos estabelecidos pelo código de ética da Associação Brasileira Antropologia (ABA)[...][11].

Para protocolar o referido requerimento não mantive contato pessoal com a Agência ou com o juiz responsável, apenas o enviei por *e-mail*. O magistrado solicitou também cópia do projeto de pesquisa, além de documentos pessoais e carta de recomendação[12] subscrita pelo orientador. Só agora percebo que, em campo, todas essas marcas estavam expostas no comportamento, na fala e nos gestos. Para as internas, por exemplo, era apenas o "Jacson que estuda na UFGD e faz uma pesquisa"; já para a diretora, provavelmente eu era o bacharel em Direito, ex-advogado com engajamento na área criminal, pesquisador e um analista judiciário, o que me parece evidenciado quando ela disse "você é focado em seu objetivo e seletivo" (CADERNO DE CAMPO I, 2017, p. 06).

Embora eu tenha interpretado aquela fala em tom de elogio, ela evidencia as diferentes leituras que são feitas do sujeito que entra nesses locais de acesso controlado. Acerca de quem é você em campo é bom lembrar as lições de Geertz (1989, p. 281):

> [...] Seguindo o princípio antropológico estabelecido, [...] minha mulher e eu decidimos, alguns minutos mais tarde que os demais, que o que tínhamos a fazer era correr também. Corremos pela rua principal da aldeia, em direção ao Norte, afastando-nos de onde morávamos, pois estávamos naquele lado da rinha. Na metade do caminho, mais ou menos, outro fugitivo entrou subitamente num galpão - seu próprio, soubemos depois – e nós, nada vendo à nossa frente, a não ser campos de arroz, um campo aberto e um vulcão muito alto, seguimo-lo. Quando nós três chegamos ao pátio interno, sua mulher, que provavelmente já estava a par desses acontecimentos, apareceu com uma mesinha, uma toalha de mesa, três cadeiras e três chávenas de chá, e todos nós, sem qualquer comunicação explícita, nos sentamos, começamos a beber o chá e procuramos recompor-nos.

A minha posição em campo tinha contornos semelhantes, pois a minha "corrida" seria com as internas do regime fechado e, em segundo plano, estavam as agentes como interlocutoras. Os processos de hierarquização das relações estabelecidas nesses contextos institucionais existem, mas não permitem que

[10] As informações gerais pessoais constam de processos judiciais, sendo estes, em regra, de acesso público, o que no direito denomina-se de princípio da publicidade. Já entrevistas e fichas do sistema penitenciário foram autorizadas mediante anuência da outra parte.

[11] O trecho transcrito foi extraído do Requerimento feito ao diretor da Agência Estadual de Administração Penitenciário de Mato Grosso do Sul.

[12] Apesar de se nominar Carta de Recomendação, ela dizia respeito apenas à realização da pesquisa e ao comprometimento quanto a questões éticas nos parâmetros da ABA – Associação Brasileira de Antropologia.

seja um elemento invariável no curso do tempo: há afetos. Para mim estava claro que a situação de pesquisa posta era oposta à de Castro (2004) junto à escola de formação das agulhas negras:

> [...] Sou filho de oficial superior do exército, transferido para a reserva há poucos anos antes de iniciar a pesquisa. A vida militar, portanto, era-me bem familiar antes de chegar à Aman. Por diversas vezes morei com minha família em vilas e prédios militares, frequentei clubes militares e estudei durante dois anos em colégios militares. Minha filiação foi um aspecto sempre destacado pelos próprios militares. Em quase todas as ocasiões em que fui apresentado por um deles a outro, a informação "ele é filho de um companheiro nosso" veio antes das explicações do que eu estava pesquisando [...] (CASTRO, 2004, p. 139).

Como se vê, o campo de Castro (2004) lhe era familiar por estar ligado a relações construídas por seu pai (militar). Não tive a mesma familiaridade, mas a condição de analista judiciário foi sem dúvida um grande facilitador, haja vista que essas instituições totais não permitem fácil acesso a qualquer pessoa[13]. Ao mesmo tempo, se para Castro (2004) se tornava impossível se despir de quem era naquele cenário militar, para mim não era diferente, pois jamais conseguiria me desvencilhar do que trago do setor judiciário – ainda que a pesquisa não fosse precisamente dentro de fóruns e tribunais. Isso porque a roupagem forense estava aparentemente mais visível que a do antropólogo. Contudo, não expus às internas minha condição de analista judiciário, optei por mencionar que era professor no curso de Direito, afinal, tinha consciência de que a linguagem jurídica apareceria em minha fala.

A desconfiança é tema recorrente nesses ambientes (GODOI, 2015; DO LAGO, 2014). Tinha conhecimento teórico e um pouco prático desse cenário, mas em minha segunda visita e primeiro momento de entrevista constatei com rigor isso quando, ao final, uma das interlocutoras, que denomino de Maria[14], disse: "Moço, gostei muito da sua vinda, seu bate-papo e sua pesquisa. Tem gente que só sabe julgar a gente. Você conversou tão de boa."[15] (CADERNO DE CAMPO II, 2017, p. 07).

Em campo, o acesso foi além de minhas expectativas: não houve limitações de horários, desde que se respeitassem os dias e horários pré-definidos. Houve ainda abertura por parte da direção[16] para que eu pudesse entrevistar qualquer pessoa que estivesse disposta a contribuir com a pesquisa (as entrevistas ocorreriam sem supervisão dos agentes). Em minha última entrevista, a que fiz com duas agentes, acabei

[13] "[...] Os jornais pouco falavam sobre o assunto e as reportagens que encontrei apenas tocavam a superfície de determinados problemas. Depois veio a indiferença das secretarias de segurança pública. Algumas sequer respondiam a pedidos de visita, outras negavam sob os mais diversos pretextos [...]" (QUEIROZ, 2016, p. 17).

[14] Para fins de respeito ao princípio ético de não exposição dos sujeitos de pesquisa em condição de vulnerabilidade social, opto por nomes fictícios (Cf. Código de ética da Associação Brasileira de Antropologia).

[15] Essas palavras fizeram lembrar a literatura lida: "[...] Com seu Lenilton, d. Jamila e Dra. Paloma aprendi o primeiro mantra do presídio, 'não julgue'" (DINIZ, 2015, p. 205).

[16] Para não incorrer no risco de identificar a instituição prisional onde foi realizada a pesquisa, optei por manter o termo "direção" independentemente do gênero. Nesse sentido, no texto, a palavra estará referida tanto a diretor quanto a diretora. Quando mostrar-se incontornável a necessidade de utilização de artigos ou pronomes que indiquem o gênero do informante, optar-se-á pelo termo @.

por descobrir que a agente responsável pela disciplina já tinha experiência com pesquisa em presídio masculino, o que também pode ter favorecido essa abertura no campo, pois a figura do pesquisador não era totalmente estranha ao local.

As demais situações até aqui apresentadas tiveram o objetivo de situar o/a leitor/a nos melindres que cercaram a pesquisa de campo. Acredito que o lugar de fala e as questões que nos atravessam e atravessam nosso trabalho de campo permitem uma escrita encarnada e eticamente comprometida.

1.3 Negociando com campo, negociando com "instituição"

É preciso ressaltar as especificidades que cercam os trabalhos em torno do sistema prisional e que fazem com que a entrada dos pesquisadores em campo seja repleta de melindres e policiamentos (DASSI, 2010), o que demanda uma série de cautelas que visam evitar exposições desnecessárias, constrangimentos mútuos e, principalmente, contribuir para que se construa uma relação de pesquisa de confiança e respeito entre os envolvidos (sem perder de vista que essa relação é o tempo todo colocada à prova diante de situações que escapam ao controle do pesquisador). Diante disso, penso que o trabalho em/com prisões é uma via com diversas "mãos": com relação aos/às presos/as, há sempre o risco de ser confundido com alguém que trabalha para a instituição (de ser um P2, ou seja, um policial disfarçado); com relação à administração e agentes, existindo a eterna desconfiança de que o trabalho de pesquisa seja uma ação de militância e/ou de denuncismo.

Com fins, pois, de evitar constrangimentos e mal-entendidos ao seguir os caminhos burocráticos percorridos por outros estudiosos que trabalham com prisões (DO LAGO, 2014; GODOI, 2015), encaminhei requerimento para a Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (AGEPEN), no qual mencionava as instituições que pretendia pesquisar, apresentava os objetivos da pesquisa e me comprometia a guardar sigilo acerca de nomes e imagens, tanto da instituição quanto das pessoas pesquisadas.

Nesse passo, preciso esclarecer que não conhecia a realidade prisional das unidades que pretendia investigar, haja vista que havia feito apenas uma pesquisa prévia no mapeamento de presídios do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e visualizei que existem mais de uma unidade prisional.

Em curto espaço de tempo, aproximadamente um mês, o requerimento estava deferido pela AGEPEN, mas ficava condicionado à discricionariedade da(s) diretora(s) do(s) estabelecimento(s) pesquisado(s). Logo após, requeri o acesso ao magistrado responsável pela execução penal do estabelecimento, via e-mail pelo seu assistente, posto que a autoridade judiciária também atua e é

responsável pelo local, o que foi deferido com a ressalva de que deveria haver sigilo quanto à imagem, nomes e observar a vontade de cada interna em participar, ou não, da pesquisa.

Obtidas essas autorizações, contatei, via telefone, o primeiro dos dois estabelecimentos prisionais que pretendia pesquisar e agendei horário com sua direção no ano 2017. Pontualmente na hora combinada estava lá para viabilizar as autorizações para entrar no estabelecimento prisional, o que foi autorizado pela pessoa responsável pela unidade que, apesar de não ter exigido, firmei compromisso de não fazer fotos do local das internas e manter nomes em sigilo, posto que não era meu objetivo interferir na dinâmica de funcionamento da instituição. Todavia, não falei qual era o foco do meu trabalho, apenas que estava pesquisando estabelecimentos prisionais, em que quem determina o que pode ser realizado, quando e onde é a direção, o que já era de conhecimento prévio meu e foi confirmado pelo deferimento genérico que obtive junto à AGEPEN.

Como já mencionado, o projeto inicial era pesquisar estabelecimentos prisionais femininos de municípios do deste Estado, o que incluía mulheres presas pelos regimes que o direito denomina Fechado, Semiaberto e Aberto[17], as quais estariam condenadas com sentença dando-as por "culpadas" e aquelas que estavam aguardando julgamento. Porém, o campo demonstrou já na primeira incursão que seria impossível seguir essa sistemática por diversos motivos: o elevado número de pessoas presas; vários estabelecimentos prisionais que vão desde presídios a delegacias; estabelecimentos prisionais padronizados com a mesma rotina; dificuldade de acesso a cada um dos estabelecimentos; distância entre um estabelecimento prisional e outro; impossibilidade de entrevistar todas as mulheres em razão do curto espaço de tempo para a realização do trabalho e os limites impostos para visitação; além do risco de ser tornado como um investigador ante os caminhos percorridos dentro das instituições.

Em razão disso, o campo escolhido foi um estabelecimento prisional que abriga o maior número de regimes e tem estrutura apenas para receber mulheres. As unidades prisionais femininas por imposição legal costumam ser localizadas em área urbana, o que é diferente das unidades masculinas nas quais a legislação recomenda não instalar em áreas urbanas[18].

---

[17] **Regime fechado:** de acordo com a Lei de Execução Penal, o detento é encaminhado ao regime fechado em caso de condenações de oito ou mais anos de reclusão, sendo obrigado a permanecer todos os dias na unidade prisional. São definidas quantas horas diárias de trabalho e de sol o detento poderá ter [...]. **Regime semiaberto:** segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), não sendo caso de reincidência, o regime semiaberto destina-se para condenações entre quatro e oito anos. Nesse tipo de cumprimento de pena, a pessoa tem o direito de trabalhar e fazer cursos fora da prisão durante o dia, mas deve retornar à unidade penitenciária à noite. Além disso, o detento tem o benefício de reduzir o tempo de pena através do trabalho: um dia é reduzido a cada três dias trabalhados [...]. **Regime aberto:** o regime aberto é direcionado para pessoas condenadas até quatro anos sem que tenha reincidência de crime. Nesse regime, o detento deve trabalhar, frequentar cursos ou exercer qualquer outra atividade autorizada durante o dia e recolher-se à noite em casa de albergado ou na própria casa.

[18] Lei n. 7.210/84 – Lei de Execuções Penais: "Art. 88. O condenado será alojado em cela individual que conterá dormitório, aparelho sanitário e lavatório. Parágrafo único. São requisitos básicos da unidade celular: a) salubridade do ambiente pela

Ainda sobre a unidade em que ocorreu a primeira incursão em campo, embora seja possível apontar características de seu espaço físico, por questões éticas, restrinjo-me a mencionar que ela possui estrutura física de uma residência, cujo uso foi (re)adaptado, mas se manteve toda a simbologia que circula a ideia de uma casa.

Nesse contexto, importa retomar as considerações de Dassi (2010, p. 40):

> [...] Apesar dos limites que esta ausência de referência traz em termos de situar as especificidades dos contextos pesquisados, acredito ser preciso respeitar o que foi determinado tanto pela instituição quanto pela própria Secretaria de Segurança Pública. Entendo que qualquer referência às características das instituições, mesmo sem mencionar localidades, poderia ser utilizada para identificar as mesmas [...].

Também cumpre esclarecer que, mesmo não sendo uma delegacia, há uma rotatividade de presas em unidades prisionais, inclusive por vezes há aquelas que não possuem sentença condenatória e estão aguardando seu julgamento no local, ou seja, quando se usa a expressão regime refere-se ao fato de que já foi condenada e está cumprindo a pena imposta. Já presas por alimentos significa que o pai ou outra pessoa detém a guarda do filho e a interna não paga a pensão, razão pela qual acaba presa. Porém, apesar de no momento da pesquisa de campo não haver detenta por essa situação, em uma das últimas visitas encontrei uma e a entrevistei. Documentei que as mulheres que estão sob *regime fechado*, presas por alimentos, ficam o dia todo no estabelecimento; no *regime semiaberto*, dormem na instituição diariamente e ficam finais de semanas e feriados por lá; no *regime aberto*, diariamente vêm assinar uma lista de presença.

A unidade prisional estudada possui estrutura diferenciada do restante do sistema, apresentando excelente qualidade, uma vez que a regra é a unidade feminina possuir a mesma arquitetura que a masculina, mas com pequenas alterações quanto à seção para gestante, parturiente e creche, sendo esse o ponto crucial de recorte para definir o local da pesquisa. Isso porque "[...] o Estado falha sistematicamente em proporcionar condições adequadas ao cumprimento da pena privativa de nos estabelecimento prisionais do país" (CARRILHO, 2017, p. 107). O fato de a unidade possuir esse formato não significa dizer que está em sentido contrário ao direito positivado: na realidade o que a lei rege é o mínimo necessário para estruturas que abrigam a privação de liberdade de sujeitos. Nessa direção, este trabalho apresentará fatos que possam estar à margem da legislação vigente, como preleciona Velho (1981, p. 08):

---

concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequado à existência humana; b) área mínima de 6,00m2 (seis metros quadrados).

Art. 89. Além dos requisitos referidos no art. 88, a penitenciária de mulheres será dotada de seção para gestante e parturiente e de creche para abrigar crianças maiores de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa. *Art. 90.* **A penitenciária de homens será construída, em local afastado do centro urbano, à distância que não restrinja a visitação***"* (BRASIL, 1984, s.p. grifos meus).

> [...] Gostaria de expressar, em meu nome e no dos outros colaboradores, que eventuais referências a instituições existentes nos artigos sejam compreendidas como parte de uma missão de que a Ciências Sociais não deve abdicar seu caráter crítico, sob pena de condenar-se à esterilidade [....].

Com relação ao contexto de minhas visitas, elas estavam previstas para terem início a partir de agosto de 2017 e término em março de 2018; no entanto, sua realização ocorreu entre agosto e dezembro de 2017, observando que o número de visitações é restrito, às vezes, por medida de segurança.

Também o campo impôs a revisão da necessidade de ouvir interlocutores, como juiz de Direito, promotores de justiça e defensores públicos, ou seja, o foco voltou-se especificamente às mulheres encarceradas e a funcionários da instituição, de modo que aquelas pessoas que frequentam esporadicamente a unidade fugiam ao escopo da pesquisa.

Esses ambientes costumam possuir vigilância explícita e velada: sabe-se (ou se procura saber) quem é, de onde vem, o que faz, etc. Em meu caso, havia alguns agravantes, como o fato de ser do sexo masculino, ser funcionário do Poder Judiciário e ter direcionado os requerimentos à AGEPEN[19], o que provavelmente foi comunicado por meio de ofício à diretora local, etc. Essas são implicações que serão trabalhadas no decorrer do texto.

Assim, após a autorização garantida, surgiu uma dúvida crucial: na qualidade de pessoa do sexo masculino conseguiria, ou não, entrevistar, estabelecer diálogo com essas mulheres encarceradas? Sem desconsiderar outros marcadores como cor, idade, classe, características físicas, etc., esse era o primeiro e grande divisor entre campo e gabinete ou apenas gabinete, afinal, mesmo que os acessos fossem concedidos, as questões eram: as mulheres estariam dispostas a participarem e a serem entrevistadas por um homem? Embora o tema não estivesse atrelado a perguntas de ordem íntima, o que eu conseguiria acessar?

Para essa tomada de decisão, foi fundamental a leitura do trabalho de Vieira (2009) "Vivendo no veneno: análise de narrativas contadas por jovens sobre homicídios em SC", sobre os dilemas que envolveram o início daquela pesquisa:

> [...] Antes de iniciar a pesquisa, algumas pessoas desencorajaram-me, argumentando que seria difícil os jovens falarem comigo sobre o tema. Outras alertaram-me para a possibilidade de que os jovens se inabilitassem para contar histórias sobre homicídios, o que não deveria ser considerado um empecilho à pesquisa, mas um importante dado para reflexão. Nesse caso, seria necessário buscar outras estratégias metodológicas. Entretanto, muitos dos meninos contatados quiseram falar. Além disso, a maioria contou histórias na primeira pessoa, vivências próprias. Mesmos aqueles que contaram histórias das quais não tinham participado não deixaram de falar sobre suas próprias vidas, sobre suas trajetórias pessoais [...]. [...] No caso da presente pesquisa, pensei em muitos fatores que poderiam dar conta da abertura dos meninos em relação a mim, da disponibilidade para contar

[19] Apesar de deferidos os pedidos por Campo Grande, foram necessárias anuências do juiz de direito da Vara de Execuções Penais, responsável pelo presídio, e da diretora do estabelecimento pesquisado; aliás, pesquisas nesses locais dependem – e muito – da anuência da diretora.

> histórias sobre o tema, para contar suas próprias histórias. Levei em consideração o fato de os jovens saberem que eu manteria o sigilo das identidades e que poderiam dar as suas versões das histórias, sem que isso os prejudicasse [...]. Eu provavelmente nunca mais os veria e não faria um relatório acerca deles dirigido ao juiz, como no caso das pedagogas e psicólogas que trabalham nas instituições. A questão de eu também ser jovem e de ser mulher (eles mantêm contato apenas com os funcionários da instituição e com parentes – geralmente, as mães) também tem que ser levada em conta, assim como a vontade de contar sua história, de se sentir ouvido sem julgamentos. Há também a disposição em colaborar com um trabalho que consideraram importante e em no qual sua participação não os prejudicaria. Há, ainda, o que considero mais relevante, pois foi algo apontado explicitamente por alguns deles: a oportunidade de desabafar [...] (VIEIRA, 2009, p. 95).

Apesar de o estudo de Vieira (2009) apontar caminhos, haveria ainda o risco de iniciar o trabalho de campo e as interlocutoras, em determinado momento, pensarem que eu fosse um agente infiltrado, mesmo porque, ainda que resida em localidade diversa (moro em Nova Andradina) e a minha identificação fosse de aluno do curso de mestrado em Antropologia, minha inserção profissional junto ao poder judiciário acabava por criar um clima de constante apreensão, como ocorreu com Dassi (2010, p. 51-52):

> [...] Passado pouco mais de meia hora na área comum, conversando com alguns jovens, quando Daniel, que havia ficado em seu quarto depois do episódio do corredor, vem até nós e diz: "vc é P2", ou seja, uma policial à paisana [...]. Alguns monitores me contavam que os jovens achavam que eu poderia ser uma P2, e me perguntaram se era verdade. Uma das professoras, durante uma das aulas que eu assistia, questionada pelos jovens se eu era policial, responde "pode ser, eu não sei, não boto minha mão no fogo" [...]. Alguns jovens me explicaram, durante uma das inúmeras conversas em que eu tentava convencê-los de eu era, de fato, uma antropóloga, que eles desconfiavam que eu era uma P2 enviada pela promotoria, com a missão de investigar a instituição para reunir provas contra o diretor. A esta altura, eu pensava em, quem sabe, mudar minha estratégia e trabalhar com entrevistas. [...] Quando falo sobre as entrevistas, Daniel diz que posso tentar, mas que duvida que alguém vá aceitar, "a real, dona, é que a gente sabe que você é P2". E continua: "eu não confio em ninguém e não tem como você provar nada, documento qualquer um falsifica. É melhor a dona desistir" .

Após o estudo da literatura etnográfica, percebi que somente o campo poderia sanar alguns dos dilemas e impasses no que concerne aos "dramas" das interações entre pesquisador e interlocutoras (ainda que houvesse outros), até porque algumas coisas o gênero masculino não acessaria, mas poderia acessar outras que o feminino não alcançasse. Afinal, tem coisas que só o campo, no corpo a corpo, no face à face, pode "dizer".

1.4 De sujeitas a números: mulheres encarceradas segundo dados "oficiais"

Como pensar os dilemas do encarceramento feminino encontrado em meu trabalho de campo sem estabelecer relação com um cenário mais amplo? Ainda que minha intenção não seja fazer um apanhado de dados que existem sobre mulheres encarceradas (algo que demandaria tempo e fugiria do escopo desta pesquisa), há que se pensar o quê neles aparecem e o que, a partir do meu trabalho de campo, poderia ser reiterado ou questionado. Uma das questões centrais desta investigação foi entender em que medida a

categoria “mulheres encarceradas” conseguia abarcar trajetórias, experiências, percepções e perspectivas desses sujeitos, homogeneizados e generificados pela política prisional brasileira. Desse modo, este tópico busca trazer dados sobre o encarceramento feminino da unidade prisional em que foi realizada a pesquisa para problematizá-los.

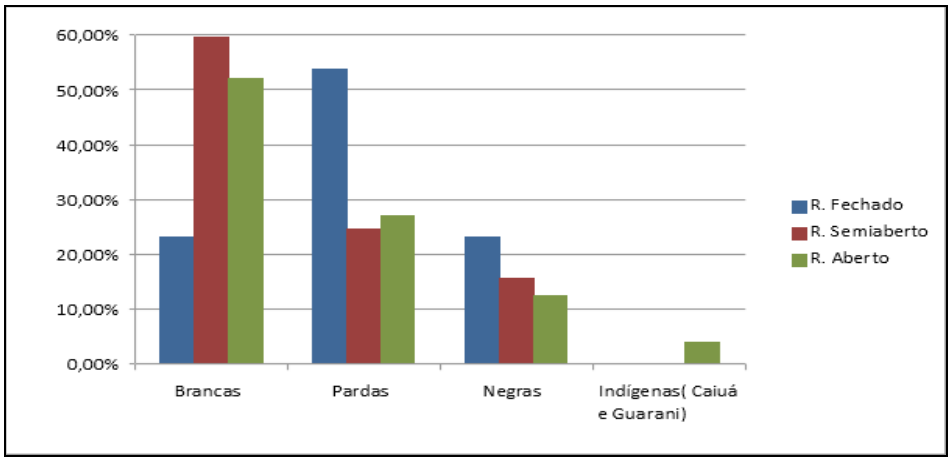
Informações de relatório do Departamento Penitenciário Nacional apontam que o Brasil ultrapassou o número de 700 mil presos em 2016, o que representa mais de 700% de aumento em relação à década de 1990, incluindo homens e mulheres em todas as dependências prisionais (DEPEN, 2016). Esse aumento produz, entre tantas consequências, déficit de mais de 300 mil vagas, mas nem por isso esse mecanismo de exclusão de convívio deixa de ser aplicado. Quanto ao gênero feminino, em 2014, sua população prisional era de aproximadamente 37.380 detentas (DEPEN, 2014) e, no ano de 2016, esses números saltaram para 42.335. essa realidade pode ser compreendida à luz de Foucault (2017, p. 219-222):

> [...] Posteriormente, a partir dos anos 1835-1840, tornou-se claro que não procurava reeducar os delinquentes, torná-los virtuosos, mas sim agrupá-los num meio bem definido, rotulado, que pudesse ser arma para fins econômicos ou políticos. O problema então não era ensinar-lhes alguma coisa, mas ao contrário, não lhes ensinar nada para se estar bem seguro de que nada poderão fazer saindo da prisão. O caráter de inutilidade do trabalho penal está, no começo, ligado a um projeto preciso serve agora a uma outra estratégia [...]. Para minha análise nos anos de 1840, que, aliás, me parecem muito significativo. É nessa época que se inicia a longa concubinagem entre a polícia e a delinquência. Fez o primeiro balanço do fracasso da prisão: sabe-se que a prisão não reforma, mas fabrica a delinquência e os delinquentes. É nesse momento em que se percebe os benefícios que se pode tirar dessa fabricação.

Foucault (2017) destaca que a prisão sempre esteve estreitamente vinculada à figura do delinquente, este socialmente significado como um indesejado, inimigo da “lei” e da “ordem”, um inimigo social, um perigoso, um verdadeiro monstro, alguém cuja propensão ao crime e à ilicitude é incontornável e cuja distância da sociedade deveria ser garantida a todo custo.

E, quando nos debruçamos sobre os dados da população carcerária brasileira, é exatamente a máquina da delinquência que se observa: esta voltada a determinados sujeitos, grupos e coletividades. Vejamos o que apontam os dados que relacionam mulheres, prisão e recorte étnico-racial.

Gráfico 1 – Regimes prisionais por raça/etnia



Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir da ilustração, indago: sobre quais corpos incidem explícita e incisivamente os mecanismos de poder? Observemos que, excluindo-se o regime aberto e semiaberto, as pardas (que nas estatísticas são englobadas pela categoria "preta" – portanto, pretas "e" pardas) são inquestionavelmente o grupo étnico-racial de maior presença no contexto prisional brasileiro.

Outro marcador que merece destaque é com relação à escolaridade.

Quadro 1 – Regimes e nível de escolaridade

ESCOLARIDADE:	**REGIMES:**		
	ABERTO	**SEMIABERTO**	**FECHADO**
ANALFABETA	0,84%	0,84%	0%
ALFABETIZADA	0,84%	0,84%	0%
E. FUNDAMENTAL INCOMPLETO	22,8%	29,66%	10,25%
E. FUNDAMENTAL COMPLETO	0,84%	5,08%	0%
E. MÉDIO INCOMPLETO	5,93%	5,93%	0,84%
E. MÉDIO COMPLETO	2,54%	4,23%	0,84%
E. SUPERIOR INCOMPLETO	0,84%	0%	0%
E. SUPERIOR COMPLETO	2,54%	0,84%	0%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como se vê, predomina no sistema carcerário em todos os regimes as mulheres que possuem o nível fundamental incompleto. Depreende-se disso que, consequentemente, são as que socialmente estão em condições de maior vulnerabilidade, ocupando postos de trabalho de menor reconhecimento social e em geral precarizados (muitas vezes na informalidade). Disso decorre o fato de o tráfico de drogas ser a principal tipificação penal em que estão enquadradas. Segundo os dados oficiais, este é o crime pelo qual se dá o elevado número de mulheres encarceradas. Contudo, cabe uma ponderação: sem desconsiderar a seletividade do sistema prisional brasileiro com relação a corpos pretos e pobres, como já havia apontado

Vieira (2009), uma abordagem analítica que privilegie apenas aspectos socioeconômicos acaba por perder de vista outros elementos tão ou mais importantes nas/das trajetórias dos sujeitos. Tal determinismo mostra-se insustentável se considerado, por exemplo, que mesmo sujeitos pertencentes ao recorte racial branco e de origem econômico-social abastada percorrem trajetórias no mundo do crime.

Outro aspecto que merece menção é a tipificação dos crimes. Assim, trago a estratificação dos crimes praticados pelas mulheres que estavam/passaram na/pela unidade no lapso temporal do recorte em que se desenvolveu a pesquisa. Vejamos:

Quadro 2 – Principais delitos cometidos

PERÍODO DE OUTUBRO/2016 A AGOSTO/2017[20]				
CRIMES CONSUMADOS/TENTADOS	**RAÇA, COR, ETNIA, ETC.**			
	BRANCAS	**PARDAS**	**PRETAS**	**INDÍGENAS CAIUÁ/GUARANI**
CP - CRIMES CONTRA A PESSOA:				
Homicídio: 5	4,23%	0%	0%	0%
CP - CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO:				
Furto: 3	0,84%	0%	0,84%	0,84% (Caiuá)
Roubo: 12	6,77%	1,69%	1,69%	0%
Extorsão: 01	0,84%	0%	0%	0%
Dano: 01	0%	0%	0,84%	0%
Estelionato: 2	0,84%	0%	0%	0%
Receptação: 2	1,69%	0%	0%	0%
CP - CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL:				
Atentado violento ao pudor: 1	0,84%	0%	0%	0%
Satisfação da lascívia mediante presença de criança ou adolescente: 1	0,84%	0%	0%	0%
Casa de prostituição: 1	0,84%	0%	0%	0%
CP - CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA:				
Incêndio	0,84%	0%	0%	0%
CP - CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:				
Peculato: 1	0,84%	0%	0%	0%
Desacato: 1	0%	0%	0,84%	0%
Falso testemunho/falsa perícia: 1	0,84%	0%	0%	0%
ESTATUTO DO DESARMAMENTO (Lei nº. 10.826/03):				
Disparo de arma de fogo: 1	0%	0,84%	0%	0%

[20] Não foram trazidas categorias como as modalidades qualificadas dos crimes e as causas de aumento de pena.

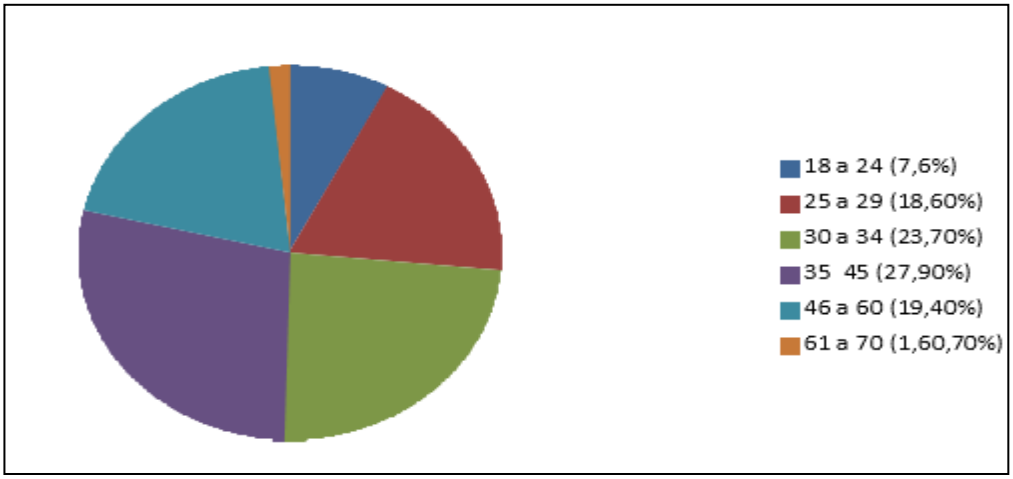
Posse/porte ilegal de arma de fogo de uso restrito: 3	1,69%	0,84%	0%	0%
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Lei nº. 8069/90):				
Vender/fornecer fogos de estampido ou artifício à criança ou adolescente: 1	0,84%	0%	0%	0%
CÓDIGO DE TRÂNSITO:				
Embriagues ao volante: 1	0%	0,84%	0%	0%
Lei de Drogas (Lei 11.343/06):				
Tráfico de drogas e afins: 75	28,81%	24,57%	9,32	0,84% (Guarani)

Fonte: Unidade pesquisada.

Os dados acima foram extraídos de planilha enviada pela unidade pesquisada. O tráfico de drogas mostra ser o motivo predominante no encarceramento. Ademais, embora não conste expressamente nas ilustrações apresentadas, mulheres com ensino superior não estão no regime fechado, que é composto na totalidade por condenadas pela prática de tráfico de drogas, posto que os crimes por elas praticados são de natureza diversa, especificamente: receptação, dano, peculato e falso testemunho/falsa perícia. A categoria "branca" predomina em crimes de homicídio, roubo e tráfico de drogas, sendo que os dois primeiros trazem por marca a grave ameaça ou violência à pessoa humana quando da prática da conduta, situação que permite repensar o discurso socialmente produzido e reiterado da passividade/fragilidade feminina. Ao voltarmos para o Quadro 1, vê-se ainda uma expressiva participação feminina em crimes tradicionalmente vinculados ao universo masculino: tráfico de drogas e homicídio.

Se considerarmos o recorte de idade, observamos que há um predomínio de mulheres no mundo do crime com idades que variam de 30 a 45 anos. Isso nos ajuda a relativizar um imaginário social que atribui às jovens uma maior propensão aos atos considerados socialmente perigosos. Segundo o Gráfico 2, esse seguimento, que vai de 25 a 29 anos, ficaria em quarto lugar no ranking (18,60%), atrás inclusive de um seguimento até então pouco visibilizado e encarado pela sociedade como fora de suspeita: o grupo etário que vai dos 46 aos 60 anos (27,90%).

Gráfico 2 – Faixa etária na unidade carcerária pesquisada



Fonte: Elaborado pelo autor.

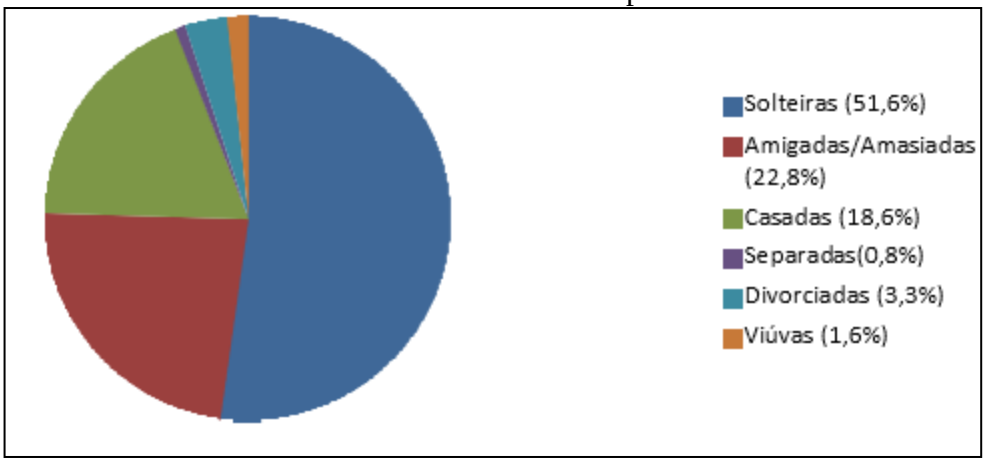
Quadro 3 – Regimes e faixa etária

FAIXA ETÁRIA	REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA		
	R. Aberto	R. Semiaberto	R. Fechado
18 a 24 anos	0%	7,62%	0
25 a 29 anos	6,77%	10,16%	1,69%
30 a 34 anos	13,55%	8,47%	1,69%
35 a 45 anos	11,01%	11,86	5,84%
46 a 60 anos	8,47%	9,32%	1,69%
61 a 70 anos	0%	0,84%	0,84%
Mais de 70	0%	0%	0%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Isso torna possível constatar uma curva crescente em todos os regimes que ganha contornos significativos no encarceramento de mulheres com mais de 25 anos e atinge o ápice até os 45 anos, quando começa a surgir um decréscimo nos números:

Gráfico 3 – Estado civil declarado pelas mulheres entrevistadas



Fonte: O autor (2018).

Os dados apontam para uma maioria de mulheres com estado civil declarado solteira, o que permite trazer novamente o questionamento atinente aos motivos de entrada no universo do crime, se seria de fato pela afetividade, por exemplo. As nomenclaturas “amasiada/amigadas” constam do relatório enviado pela instituição e se referem ao que comumente é chamado de “união estável ou convivente”. O

termo “separada” corresponde àquela que separou judicialmente, mas ainda não se divorciou, posto que no passado havia a separação e, após um ano, pedia-se o divórcio. Cumpre mencionar que os percentuais demonstrados podem ser divididos também por regime para especificar mais o recorte de 118 mulheres cumprindo pena/presas:

Quadro 4 – Regime prisional e estado civil

Estado civil	**REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA**		
	R. Aberto	**R. Semiaberto**	**R. Fechado**
Solteira	15,25%	29,66%	6,77%
Amigada/amasiada	12,71%	7,62%	2,54%
Casada	11,01%	6,77%	0,84%
Separada	0%	0,84%	0%
Divorciada	1,69%	1,69%	0%
Viúva	0%	0,84%	0,84%

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Quadro 4 permite visualizar uma prevalência de mulheres solteiras nos três regimes, sendo inclusive uma maioria considerável no regime fechado, o que pode ser um fator que afasta o discurso que apregoa que a mulher não é sujeito de escolha, apenas age por violenta emoção, como nos crimes passionais ou por amor ao parceiro. No entanto, é de observar que se trata de análise estatística sem um aprofundamento robusto de entrevistas sobre tais questões, sobretudo no tocante ao que as mulheres entendem por essas categorias – afinal não podemos esquecer da capacidade de agência dessas mulheres mesmo quando “agem com emoção”.

Acredito, diante do exposto, que a experiência das mulheres encarceradas no Brasil é perpassada por aspectos que não podem ser compreendidos única e exclusivamente por um discurso quantitativista, criminológico e punitivo. Os dados apontados nos ajudam a questionar nosso senso comum sobre o fenômeno do encarceramento feminino contemporâneo. Há uma série de marcadores (raça, classe, geração, escolaridade, dentre outros) que complexificam as leituras pela chave da vulnerabilidade e/ou da subordinação.

Nesse quadro, mulheres e prisões subvertem discursos e compreensões que associam a criminalidade à falta de oportunidades sociais mais amplas e/ou a uma simples questão de sexo frágil (portanto, à mercê da dominação e/ou da influência masculina/dos parceiros), apesar desses marcadores sociais agirem na produtividade de subjetividade e seletividade penal.

Essas mulheres de carne, osso, sangue, desejo e agência, jovens ou velhas, brancas, negras ou índias, com pouca ou nenhuma escolaridade, reincidentes ou não, "caindo"[21] pelo tráfico ou pelo homicídio, "denunciam" que elas não constituem um todo homogêneo e que o evento prisão não as define enquanto sujeitos de sua própria história. Suas histórias (d)enuciam que os dados oficiais tem servido historicamente, por meio de sua lógica de "tipificação criminal", para retirar deliberadamente de cena os condicionantes sociais – desreponsabilizando o Estado e sua política punitiva seletiva – que resultam na culpabilização/responsabilização de sujeitos e coletivos socialmente vulnerabilizados (Davis, 2016, s/p).

Espero que, ao longo dos dois próximos capítulos, esses números e porcentagens desencarnados cedam lugar a essas "meninas" de osso, carne, sangue e agência.

[21] Categoria muito utilizada no mundo do crime que significa o ato de ser presa, pega em flagrante, ou simplesmente, "entrar em cana".

CAPÍTULO 2 – ERA UMA VEZ: DOS GRILHÕES DAS "GRADES" ÀS MALHAS DA VIDA

Iniciei a pesquisa de campo no ano 2017. A unidade prisional fica dentro da cidade, o que geralmente não ocorre com aquelas que abrigam presos do sexo masculino. A entrada parecia comum e sem fachadas, isto no sentido de padrão de unidades prisionais. Pergunto-me sobre qual o sentido desta disposição arquitetural. Seria o propósito disso talvez o de não estigmatizar o local? De qualquer modo, a instituição estava a cumprir sua função por excelência: a punitiva (Foucault, 2014).

Cabe destacar que, como eu não fazia parte do quadro de funcionários da instituição, antes de tentar acessar as internas, precisaria encontrar-me com a direção. Logo, ela seria também minha primeira interlocutora: esse era o caminho a percorrer e sem opção de escolhas, afinal, encontrava-me diante de um campo de recorte institucional com forte apelo à questão da "segurança".

2.1 Um olhar por entre as "grades"

No capítulo anterior já havia explicitado minha vinculação ao campo do Direito, o que certamente me influenciou tanto no campo quanto na escrita. Essa trajetória talvez tenha possibilitado que eu ficasse livre da sensação de nervosismo e "medo" para entrar em uma unidade prisional. Sobre essa chegada, transcrevo um trecho de meu caderno de campo:

> [...] Quando cheguei em frente ao portão havia uma moça, perguntei se podia entrar e ela disse: pode moço, o portão não está trancado. Antes que perguntasse quem era ela justificou: só vim assinar. Na linguagem desses estabelecimentos, "assinar" é o ato corresponde a "assinar diariamente" uma lista de presença que inerente ao regime aberto, valendo destacar que as regras de cada regime sofrem alterações de acordo com a comarca (município e estrutura disponível no município) (CADERNO DE CAMPO I, 2017, p. 01).

Embora o portão estivesse destrancado, ele dava acesso apenas a uma área. A seguir, havia uma porta de madeira fechada e uma sala, em que havia mesa e um agente de colete preto[22], a quem me apresentei, deixei celular e, após, fui encaminhado a outro servidor do setor administrativo. Fui informado que a pessoa responsável pela direção já chegaria e, enquanto isso, ficamos conversando coisas do cotidiano[23].

A "direção" chegou, fomos brevemente apresentados, caminhamos para sua sala e iniciamos a conversa. De início, percebi que não era um completo desconhecido para el@, tanto que uma de suas

[22] As(os) agentes sempre vestiam jaleco preto, calça e um calçado fechado, que oscilava entre tênis ou coturno, o que será abordado no último capítulo.
[23] A esposa desse agente também era do quadro do poder judiciário de Mato Grosso do Sul, o que descobri nessa conversa.

primeiras falas foi dizer "que fui bem apresentado pelo seu agente[24], o que significava que também fui pesquisado antes de ser "o" pesquisador. Nessa seara, cabe lembrar o que afirmara Vieira (2009, p. 47): "o pesquisador não é o único a observar o outro e a relação é constantemente negociada com base nessas avaliações mútuas".

Como já mencionado, a "direção" também seria meu/minha interlocutor@ (ainda que sob uma postura de vigilância).

Após as apresentações formais do meu projeto, perguntei-lhe:

> [...] Como el@ havia chegado até ali (direção). El@ comentou, sem aprofundar, sua carreira pelo sistema carcerário de Mato Grosso do Sul, deixando claro que foi diretor@ em outros dois presídios, inclusive num estabelecimento misto (leia-se: estabelecimentos que mantêm homens e mulheres, mas em pavilhões separados), possui 21 anos de carreira e está próxim@ de se aposentar se reconhecido o caráter especial da aposentadoria [...] (CADERNO DE CAMPO I, 2017, p. 02).

A seguir questionei sobre o número de internas, quando respondeu prontamente sobre o quantitativo de internas dos regimes fechado, semiaberto e aberto, além de mencionar a prisão domiciliar. E o diálogo seguiu:

> [...] Direção: tem ainda as que são presas por pensão.
> Pesquisador: como assim?
> Direção: acredita, tem marido que pega a guarda das crianças de algumas delas e cobra o valor da pensão, e como elas não têm dinheiro, são presas [...] (CADERNO DE CAMPO I, 2017, p. 3).

Percebo que começavam a surgir informações que não encontrei nos dados oficiais, o que parecia ser o início da sensação de que se trata de pessoas com vidas, quotidianos, passado, presente e futuro, e não apenas estatísticas. Os números têm disso: transformar pessoas em estatísticas e a partir daí produzir um sistema de controle sobre a vida. Foucault (2017, p. 250) explicita que a biopolítica é, sobretudo, a passagem de um controle sobre o homem-corpo para um homem-espécie. Tal regime de saber-poder tem na governamentalidade seu dispositivo por excelência de gestão da vida.

Em um momento seguinte, chega uma mulher com suco, o qual nos é servido. Enquanto bebíamos, perguntei à "direção" quais crimes eram os mais recorrentes e obtive como resposta o tráfico de drogas, com um relato sobre determinada presa, que tomei a título de exemplo:

> [...] Havia a filha de um militar que foi presa em tráfico internacional e que segundo a direção se "trataria de uma moça linda, corpo escultural, **toda trabalhada na academia**, está no aberto, mas foi abandonada pelo namorado, mas quando pai ficou sabendo veio visitar"; fez questão de frisar que "**mulher bonita em cadeia dá trabalho**, pois **gera inveja nas demais, rejeição e pode virar brigar**, mas nesse caso a interna era tranquila, porém **não sabia fazer nada de cozinha e de casa**, tive que ensinar tudo, pois aqui todas elas cozinham, cuidam da horta" (CADERNO DE CAMPO I, 2017, p. 03, grifos meus).

[24] Nesses ambientes, por vezes, há pesquisas sobre o histórico de quem vem e acessa o local. Provavelmente, de posses dos dados que informei quando do pedido de autorização, foi tudo conferido.

Trata-se de um marcador de um discurso voltado ao que se tem como padrão de beleza e saúde feminina, que passa a ser referência sociocultural atemporal. Enquanto a direção falava sobre a moça e sua notória beleza, recorriam-me excertos do texto "O efeito Suzane", tal como apresentado por Queiroz (2016, p. 203):

> [...] Suzane mantém seu moletom branco e ainda sorri. A pele do rosto se franze e vai formar marcas de expressão no canto dos olhos miúdos. É bela, mas não de beleza estonteante. Os cabelos estão ressecados, a pela judiada. Não se ajeita ou checa aparência, mas há sinais sutis de vaidade. As mãos sobrepostas na mesa se mexem educadamente, mostrando unhas decoradas com circunspectas flores brancas e pontinhos de *glitter* miúdos [...]. O cheiro combina com a figura. Leve e discreto aroma de sabonete e xampu. Evita movimentos bruscos e ansiosos. Faz biquinho quando fala. Seu tom de voz é sempre suave.

Confesso que fiquei curioso para conhecer a menina descrita pela direção, não pelo fato de ser uma "mulher bonita", mas para tentar contrastar a imagem construída (idealizada) com relação ao sujeito de "carne e osso". Contudo, desisti da ideia, pois não era o foco da pesquisa (afinal, o propósito não era trabalhar com mulheres do regime aberto). Procurei refletir a partir de Diniz (2015, p. 579) quando afirma que "[...] poder escolher em presídio é resistir às ordens, até porque elas são soberanas quando ditadas pelo colete preto da vigilância" e optei por seguir a direção já pensada anteriormente: ocupar-me com as meninas do regime fechado.

Mais que isso, na fala da direção começo a identificar um culto ao estereótipo da feminilidade, talvez não por acaso a interna "com corpo escultural" marcasse tanto sua memória.

Ela explica como funciona o estabelecimento sobre vários aspectos, principalmente acerca da afetividade:

> **"**Cadeia de mulher é diferente de homem, você precisa demonstrar afeto, ou você terá problemas"; "mulheres são dóceis e agem com a emoção"; **"**elas chegam aqui, mas quando vem de outra unidade, com 15, 20 e até 30 kg, pois não há dieta balanceada"; "elas não usam aqueles uniformes, usam apenas uma camiseta rosa"; **"**eliminei a lista de indisciplina que tinha para anotar infrações do quotidiano, inclusive por discussão e atrasos na volta do semiaberto, mas se atrasa para chegar noutro dia é descontado o tempo de atraso" (CADERNO DE CAMPO I, 2017, s/p).

Assim, é possível observar um universo feminino que está vinculado a uma noção de afetividade e fragilidade, imagem que tem sido historicamente construída em torno de uma "identidade" feminina que por vezes implica não apenas uma expectativa sobre papéis de gênero, mas também uma condição que poderia ser denominada de socialmente subalternizante. Em outras palavras, uma imposição de redução da mulher apenas aos papéis entendidos como maternos.

A seguir, a direção também narrou sobre a violência de uma ex-interna, "uma senhora": teria matado o esposo, cortado em pedaços e posto no freezer, em decorrência de violência doméstica sofrida durante anos.

E continua: “aqui não há aqueles uniformes, usam apenas uma camiseta rosa” (CADERNO DE CAMPO I, 2017, p. 04), esta tida como de uso obrigatório para as internas. As demais peças de roupa não teriam cor ou padrão estipulado. Para Diniz (2015, p. 579), “cadeia é espaço organizado pelas cores do poder: preto é cor de vigilância; branco, de visitadora de quinta-feira; laranja, de presas*”*. A partir disso, perguntei-me sobre a necessidade de utilização da cor rosa para os uniformes, afinal, como recordar da velha e tradicional convenção social, atualizada pela agora ministra brasileira “da mulher, família e direitos humanos”: “aos meninos azuis e às meninas, rosa”[25]?

Perguntei ainda genericamente sobre as visitas, ou seja, familiares, amigo(a, s), companheiro(a, s), etc., posto que o recebimento de visitas por mulheres é tema recorrente em questões sobre encarceramento feminino, porém no sentido de pouca visitação e abandono, como retratado no documentário o “Cárcere e a rua”[26]. A direção disse que “as mulheres não costumam receber muitas visitas, como é no presídio masculino, mas quando elas recebem ficam na área de entrada, pois os estabelecimentos não possuem estrutura” (CADERNO DE CAMPO I, 2017, p. 03).

Após essa conversa, fui convidado a conhecer o estabelecimento prisional e, por consequência, as internas que estão em regime fechado. Saímos da sala e fomos caminhando no corredor, mas desta vez apenas a direção e eu.

Havia um quadro com fotos de atividades e cursos fixados na parede do corredor. Paramos. As fotos retratavam acontecimentos/momentos de descontração e de poses, enfim, do cotidiano da instituição. Eram eventos de diversos tipos: cursos, sendo que desse contexto destacava o de informática, oferecido pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, o qual, conforme fala da direção, “foi de grande importância, que buscavam e devolviam as internas sem custos” (CADERNO DE CAMPO I, 2017, p. 04). Há dois fatores nessa fala que considerei interessantes: primeiro, a necessidade da direção se referir que o curso havia sido oferecido pela UFGD, afinal eu era pesquisador daquela instituição; segundo, pelo que observei pelas fotos expostas no mural, aquele foi o único curso que não era voltado à marcação do gênero feminino, ou seja, poderia ser oferecido tanto a homens (se fosse o caso) quanto a mulheres.

Seguimos corredor adentro. Não haviam grades de ferro, mas portas. Passamos pelo quarto onde dormem as agentes da disciplina e fomos à cozinha. Não havia ninguém no momento. A refeição era feita pelas internas, inclusive há uma horta que produz hortaliças para consumo, cuja produção excedente é

[25]EXAME. Menino veste azul e menina veste rosa, diz Ministra Damares em vídeo. Disponível em https://exame.abril.com.br/brasil/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-diz-damares-em-video/

[26] SULZBACH, Liliana. **O Cárcere e a rua**: documentário. Brasil: Zeppelin Filmes, 2004, (80min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fr3blY9FlOo. Acesso em: 20 out. 2016.

vendida. Não consegui identificar quem eram as mulheres que operavam ali naquele momento e deixei para questionar isso em momento posterior.

Caminhamos pela pequena lavanderia e já estávamos próximos à porta que dá acesso ao quarto onde ficam as meninas quando a direção determinou em voz alta: "põe a roupa, se houver alguma pelada" e foi respondido subitamente que "não tem" (CADERNO DE CAMPO I, 2017, p. 04). Terminada a travessia pelo corredor, estávamos na porta do quarto e ali estavam algumas de minhas interlocutoras. Pedi licença a elas, entrei com a direção, conheci o quarto e brevemente algumas das que participariam da pesquisa. Nesse momento, por mais que tenha estudado a literatura acerca do tema, não escapei das incertezas, que transcrevo:

> [...] Já no quarto, passei a cumprimentar as meninas. Dúvida cruel! Tanto relutei para não cair e, apesar de ler trabalho de Vieira[27], fiquei na dúvida: pegar na mão ou cumprimentar com beijo no rosto? Inicialmente oscilei entre os dois, pois algumas estendiam as mãos ou não, mas elas sempre olhavam para a diretora que ficou nas minhas costas [...] (CADERNO DE CAMPO I, 2017, p. 04).

Apesar de estar acompanhado da direção e os setores de "sociabilidade" da casa serem monitorados, havia um impasse: não em razão das internas, sua condição e posição, mas como as ações poderiam ser compreendidas. Isso porque dias antes havia lido situação similar na obra de Varella (2017, p. 113):

> [...] No primeiro dia, estranhei ele cumprimentar com um beijo no rosto as presas que o ajudavam na burocracia do atendimento. Pressenti que aquilo não ia acabar bem e lhe disse: - Para com esse beijinho. Você vai ser mal interpretado, seus colegas vão dizer que você dá intimidade para bandida. Acostumado a me dar conselhos e orientações a respeito dos acontecimentos e da vida na cadeia, ele disse: - Beijo as mulheres da família, minhas amigas e as que me tratam bem. Não é aqui que eu vou mudar. [...] Duas ou três semanas mais tarde, Eloá, uma das meninas que trabalhavam conosco, condenada a mais de dez anos por sequestro e tráfico de droga, foi chamada pelas "irmãs" do PCC que comandavam o pavilhão. Queriam saber como ela tinha a "desfaçatez de beijar um polícia numa cadeia do Comando [...].

Em razão do que já havia pesquisado sobre a população carcerária feminina do Estado, não verifiquei uma trajetória do sistema prisional tão robusta quanto a que existe em São Paulo, local onde Varella (con)viveu, trabalhou e juntou informações para os escritos acima, mas cautela nunca é demais, de modo que essas situações atravessam constantemente meus pensamento em campo, sobretudo na fase inicial.

[27] [...] **Eu cumprimentei cada menino e houve uma cena meio engraçada**, pois não sabia se dava o habitual beijo no rosto ou não e acabei pensando isso alto, o que causou risos por parte de alguns deles. Fiquei um pouco constrangida, mas a situação foi positiva no sentido da quebra do clima de formalidades e, por vezes, embaraço, que prevalece quando se encontram pessoas desconhecidas [...] (VIEIRA, 2009, p. 35-36) [Grifos meus].

Além disso, aquela era primeira visita e minha postura poderia interferir em acessos futuros. Fiquei oscilando entre ambas as formas de cumprimento, não por escolha inicial, mas por embaraço mesmo: as que estavam dentro quarto cumprimentei com "aperto de mãos" e as que estavam em um espaço fora do quarto e encontrei a seguir, cumprimentei com beijo no rosto. Mas daquele dia em diante sempre procurava cumprimentar com "beijo no rosto", desde que não fosse estendia previamente a mão por ela(s). Tive entrevistas com as agentes, mas tomava cautela de sempre cumprimentar com aperto de mãos, afinal, o foco eram as "meninas" que estavam presas e agir em sentido contrário poderia gerar questionamentos.

Saindo do quarto, fomos para um espaço que tem uma pequena área e, após sua calçada, há uma grande horta coberta com tela; ali encontramos mais algumas meninas, que cumprimentamos, e caminhamos para conhecer a horta. A direção mostrou-se empolgad@ com a unidade, frisando a necessidade de ter aquele espaço de produção para a utilização nas refeições e alguns chás. Havia ainda uma pequena enfermaria e uma pequena loja que vende artesanatos produzidos na instituição. Voltamos para sala da direção e combinamos as entrevistas com as meninas[28] para uma segunda-feira pela manhã, nos idos 2017.

Desse momento em diante já havia estabelecido o primeiro contato e começava a pensar na forma com que realizaria as entrevistas futuras. Pensando a partir de Vieira (2009) e com as adequações à composição do campo[29], concebi realizar uma entrevista coletiva com todas elas em forma de círculo[30], com o fim de me apresentar formalmente e apresentar a pesquisa e seus objetivos, consultando-as sobre quem desejaria participar. A seguir, diante de quem se interessasse, ocorreriam entrevistas individuais e reservadas.

As entrevistas ocorreram nesse formato. Não consegui ouvir todas em um mesmo dia e retornei em dias posteriores, sendo que com algumas daquelas que entrevistei não tive mais contato por terem

[28] O termo técnico utilizado seria internas. Há também possibilidade de serem utilizadas terminologias como reeducandas e/ou acusadas. Optei pela expressão meninas para referir-me a elas, mas no campo as chamava por seus nomes ou, quando não os lembrava, usava "você ou senhora". Evitei (re)marcá-las com a expressão "internas", pois esta possui uma série de desdobramentos no discurso e na imposição do sentimento de culpa.

[29] "[...] Elaborei a seguinte dinâmica: usar imagens recortadas de revistas que remetessem a sonhos, desejos que em geral atribuímos aos jovens. Cada um escolheria algumas imagens e falaria por que as escolheu. Então, após as apresentações, fizemos a dinâmica em grupo com as imagens. Eles contaram várias coisas de suas vidas nesse momento: família, cidade, uso e tráfico de drogas. Depois da dinâmica, coloquei o CD "Rap Floripa" para eles ouvirem e deixei também uma cópia para a casa. Já estava perto da hora de eles almoçarem e se arrumarem para ir para a escola. Assim, enquanto eu conversava com um deles, os outros se preparavam. Conversei com três jovens e não foi possível escutar as narrativas de um deles por falta de tempo. Realizei a conversa individual na varanda, bem distante da porta, e eles puderam falar mais à vontade" (VIEIRA, 2009, p. 36-37).

[30] Em Mato Grosso do Sul são muito comuns esses círculos, que recebem o nome de "roda de tereré", esta uma bebida servida tradicionalmente em um "chifre de boi", o qual tem a função de copo, onde se põe erva mate seca e moída, bomba de aço inox ou alpaca e água gelada, com ou sem chás, servido em roda de bate-papo com fim de sociabilidade, vínculos de amizades, amenizar o calor, etc. A direção autoriza o tereré na unidade, bem como eu a tomar com elas. Não levei a bebida, deixei a critério delas. Enfim, a ideia da roda foi reviver na mente esse sentimento e amenizar tensões.

progredido de regime (em unidades prisionais, há muita rotatividade). Já as entrevistas com duas agentes e com a direção foram diretas e individuais, ou seja, não houve a necessidade de uma apresentação coletiva.

Pesou, para a escolha dessa metodologia ainda o fato de que não poderia estar diariamente nesse campo, ou melhor, esta não seria uma etnografia "tradicional". Unidades prisionais possuem acessos restritos, inclusive me foi questionado na autorização que fiz à AGEPEN quantas visitas faria (houve a solicitação de que eu colocasse no requerimento a quantidade de visitas que iria fazer); ainda que assim não fosse, poderia soar com estranhamento uma figura masculina ficar por longo período em uma unidade totalmente feminina sem ser um agente.

A figura masculina não era estranha à unidade, isso porque havia agentes masculinos tanto nos setores administrativos quando na vigilância (na porta de entrada, por exemplo), mas obviamente um contato direto com um homem estranho aos quadros da instituição e durante algum tempo poderia causar algum tipo de mal-entendido.

2.2 Do gabinete ao grupo: circulando entre espaços e relações

Em razão da lista que me foi fornecida na primeira visita, já sabia o total de mulheres que haveria no dia. Também ficou combinado que falaria com as do regime fechado, que era um número bem reduzido. Ao chegar na unidade na data e hora combinadas, fui recepcionado e encaminhado à sala da direção, quando el@ me disse que as meninas haviam preparado uma surpresa, mas não perguntei o que era. Mesmo assim, disse: "acredito que seja uma surpresa boa" (CADERNO DE CAMPO II, 2017, p. 02). A segui, fomos, direção e eu, ao fundo da unidade onde estavam as demais interlocutoras. Não era um espaço qualquer, mas uma varanda, que ficava nos fundos e a seguir havia uma horta com legumes, ervas medicinais e uma estufa de orquídeas. É um espaço de convívio e raramente acessado pelos agentes. Nesse contexto, como bem lembra Saint-Hilaire (1975, p. 96 apud DAMATTA 1997, p. 48,), "os jardins, sempre situados por trás das casas, são para as mulheres uma fraca compensação de seus cativeiros e, como as cozinhas, são escrupulosamente interditadas para os estrangeiros".

Minhas entrevistas foram todas realizadas ali, apenas certa vez houve um bate-papo informal na varanda da chegada da unidade. Esta é um local onde ocorrem eventos e até onde ficam as visitas (somente familiares, etc.), mas com permissão de entrada. As agentes foram entrevistadas na sala da direção. Não consegui conversar na cozinha, sendo meu acesso ali resumido em, além do dia em que me foi apresentado, ir duas vezes para levar louça.

Nessa linha de raciocínio, penso que minha entrada real nessa instituição não ocorre em situação semelhante à de Varella (2017, s/p), já que se reservava aos requerimentos:

> [...] Drauzio Varella começou seu trabalho como voluntário na Casa de Detenção de São Paulo, o Carandiru, em 1989. [...] Depois da implosão da cadeia, o médico passou atender na Penitenciária do Estado, que viria a ser transformada na Penitenciária Feminina da Capital, abrigando mais de duas mil encarceradas [...] (VARELLA, 2017, s/p).

Sobre o espaço onde pude dialogar individualmente com as meninas, era um espaço de sociabilidade, aberto, etc. Logo, o que permitia, além de inúmeras significações, produzir o lugar, o que se diferenciava da situação de Diniz (2015, p. 208):

> [...] O que conto foi o que vi ou ouvi nos meses em que estive no Núcleo de Saúde. Registrei diálogos e personagens no instante mesmo da escuto – relatos do real em texto. Fiz sempre uma conversa imaginária intermediada entre a escuta e a anotação, registrei histórias passadas e conferidas nos documentos de arquivo da prisão. Nunca estive sozinha com uma presa, por isso meus relatos se submetem ao teste da realidade: outras testemunhas acompanharam o que conto [...].

A apresentação estava preparada e, "[...] se cadeia é espaço organizado pelas cores do poder" como supõe Diniz (2015, p. 579), seria este um momento importante para averiguar essas questões. Igualmente, maquiagens, vestimentas, posturas ali e depois seriam a oportunidade de se ver em que lógica opera aquele espaço feminino.

> [...] Havia uma pequena mesa de madeira, um aparelho pequeno de som sobre ela, as meninas (obs: como de regra, vestindo camiseta/blusas na cor rosa, algumas usavam batons, sendo de diversas cores a pintura dos lábios, e não há mulheres usando decotes, parece-me que só é permitido ficar com roupas curtas e sem a camiseta dentro do quarto, haja vista que quando fui conhecer o quarto na visita anterior antes de entrar a direção pediu as meninas que pusessem roupas, pois tinha visita) ao redor e foi dito que elas cantariam para mim. Aparentemente as meninas estavam apreensivas pela apresentação e a direção ficou ao meu lado [...] (CADERNO DE CAMPO II, 2017, p. 02).

Precisava estar ciente que muitas posturas ali poderiam ser decorrentes da presença masculina, mas o uso de batons e maquiagens foi algo que, desde a primeira visita, pareceu muito recorrente na unidade prisional, o que me despertou atenção por ser indicativo de marcador de modelos de feminilidade. Minha pesquisa não se dava pelo viés de Diniz (2015)[31] ou Varella (2017)[32], ou seja, não possuía vasta experiência em unidade prisional, nem havia exercido qualquer atividade que me tornasse afeto àquele ambiente. Assim, por não possuir proximidade com esse universo do encarceramento feminino e o conhecer apenas por meio da literatura, aquelas práticas pareciam operar em uma frequência inversa, exaltando a montagem desse eu feminino de uma forma bastante perfomatizada e permanentemente reiterada (BUTLER, 2010). Aliás, Foucault (2013, p. 12) aponta para o fato de que:

[31] "[...] Este ensaio é uma memória pessoal das pesquisas em cadeia que desenvolvi na última década no Brasil: foram estudos em manicômios judiciários, presídios e unidades socioeducativas. Entre espaços institucionais, métodos e resultados de pesquisa, compartilho minhas inquietações como pesquisadora" (DINIZ, 2015, p. 573).

[32] "[...] Prisioneiras é o último livro de uma trilogia. O primeiro, Estação Carandiru, publicado em 1999, foi o resultado de dez primeiros anos em que eu trabalhei como médico voluntário na Casa de Detenção de São Paulo. A primeira ideia não escrever um livro, mas uma coluna policial" (VARELLA, 2017, p. 07).

> [...] A máscara, a tatuagem, a pintura instalam o corpo em outro, fazem-no entrar em um lugar que não tem lugar diretamente no mundo, fazem deste corpo um fragmento de espaço imaginário que se comunicará com o universo de divindades ou com universo do outro mundo. Por ele, seremos tomados pelos deuses ou seremos tomados pela pessoa que acabamos de seduzir. De todo modo, a máscara, a tatuagem, a pintura são operações pelas quais é arrancado de seu espaço próprio e projetado em um espaço outro [...].

Nesse viés, a pintura suave marcava algumas das mulheres em um campo de feminilidade para uma apresentação, cujo principal espectador era um pesquisador do gênero masculino. A apresentação se iniciou: elas acompanhavam cantando a música "Advogado fiel", com Bruna Karla (2009), no pequeno aparelho de som, cuja letra trago por ser carregada de significações:

> [...] Não vou me preocupar com as perseguições
> Com as pedras que me lançam
> Jesus está por perto
> Eu posso confiar, eu posso descansar
> Jesus está por perto
>
> Pra falar "atire a primeira pedra
> Aquele que não tem pecado, aquele que não erra"
> Pra me defender diante do inimigo
> Tomar minha dor, pra chorar comigo
> Pra me sustentar debaixo de tua destra
> Isso é fato consumado, os meus casos impossíveis
> Serão sempre encerrados pelo meu advogado
>
> Meu advogado é o meu senhor
> Ele me defende do acusador
> Minha causa entreguei em suas mãos
> Posso descansar o meu coração
> Minha audiência ele já marcou
> E garantiu de novo que eu serei o vencedor
> Meu advogado mora lá no céu
> Verdadeiro justo, pra sempre fiel[...]
>
> Advogado fiel, advogado fiel
> O meu Jesus é pra mim
> Advogado fiel
> Advogado fiel, advogado fiel
> O meu Jesus é pra mim[...]

Aquele canto seguia um padrão de volume de voz. A música revelava uma série de elementos: a presença da religião cristã, os sentimentos de culpa/pecado, justiça terrena e divina, etc. Algumas se emocionaram ao cantar. Ao final, houve aplausos, direção e agentes saíram e começamos a entrevista geral, sem eu mencionar que faria a pesquisa em duas etapas, apenas disse que queria ter um "bate-papo".

Estávamos e continuamos na varanda. Sentamos mais ou menos em círculo. Expliquei o que era minha pesquisa, dizendo que queria ouvi-las. Para facilitar a compreensão, perguntei se conheciam o escritor Drauzio Varella, aquele que passa no "Fantástico", falei que ele escreveu sobre pessoas que estavam presas e meu projeto seria na mesma linha. Todas concordaram em participar. Falei que Varella

escreveu livros sobre o trabalho que realizara em unidades prisionais, tendo neles relatado histórias que viveu/viu/ouviu. Minha ida era um pouco parecida, pois queria ouvir as meninas, já que nunca estive dentro de unidade trabalhando. Depois, falei que gostaria de conhecê-las melhor e saber quem seriam elas, de onde vêm, se são casadas ou não e se possuem filhos, pois a visita anterior fora rápida. Pelos relatos, descobri que algumas eram mães, com três filhos e/ou netos, muitas sem companheiro, de outras o parceiro está preso também, e a maioria tem idade superior a 25 anos e, ainda que não tivesse questionado, informaram que estavam presas por tráfico de drogas.

A par dessas informações e aproveitando a música, perguntei sobre o motivo daquela escolha, e as respostas foram: "porque é Jesus que é advogado fiel", "Deus que dá conhecimento pros homens" e "Deus que nos dá força para superar tudo isso". Em cena, noções implícitas de percepção de injustiça ("Jesus, advogado fiel"), de fragilidade ("Deus que nos dá força") e, quem sabe, de um desejo de mudança de vida ou de "cair em si" ("Deus que dá conhecimento pros homens").

Na oportunidade perguntei qual religião seguiam e se recebiam visitas de representantes de igrejas. Responderam que há católicas praticantes (ou não) e evangélica sem apontamento para uma definição, destacando-se que a Comunidade Betel [33]vinha, o que já me permitia pensar sobre o papel que as igrejas têm no contexto das prisões brasileiras.

Fiquei com a sensação de que havia certo estranhamento por essa dinâmica de perguntas e respostas. Na minha percepção, isso decorre do fato de que esse sistema de perguntas, ainda que de modo coletivo, trazia à memória delas experiências de serem interrogadas, seja por policias, seja pelo juiz.

Apesar de estar ciente de que levaria tempo para estabelecer uma relação de confiança (se é que consegui), não havia até então realizado que o encontro em forma de grupo acaba por criar algum tipo de barreira. Nesse sentido, mudei o foco das questões para o quadro de fotos de cursos que fizeram: foi quando uma delas me disse que houve diversos cursos, como de artesanato e floricultura, e destacou: "quando cheguei aqui, não sabia fazer nada. Hoje sei fazer diversas coisas, sei fazer sabão de álcool" (CADERNO DE CAMPO II, 2017, p. 04).

O que pude perceber é que as atividades consideradas relativas ao cuidado com casa se revelam motivo de orgulho ("quando sair, vou fazer e usar em casa"). Interessante também foi que, ao perguntar se o sabão feito era em "barra ou líquido", a expressão facial revelou curiosidade sobre talvez como aquele "homem" saberia que é possível fazer isso, então justifiquei que minha mãe fazia e ela sorriu levemente.

[33] É uma comunidade composta por pessoas religiosas de inclinação cristã ligada à Igreja Católica.

A conversação fluía e aproveitei para perguntar se elas recebiam visitas dos familiares: a maioria respondeu que as visitam filhos e familiares; apenas aquelas que possuem parentes em outro Estado ou distantes da instituição pesquisada afirmaram não receber ou haver uma visitação esporádica.

O abandono é tema recorrente quando a questão é encarceramento feminino. Como aponta Carrilho (2017, p. 133-134):

> [...] No tocante às visitas, pode-se inferir que o cárcere feminino as percebe de maneira especial em relação ao que, em geral, ocorre entre os homens. O abandono afetivo experimentado entre mulheres encarceradas é temática bastante referida entre os especialistas e os dados empíricos só o fazem confirmar.[...] A consolidação de dados fornecidos pelos estados da Federação, que deu origem ao documento intitulado Diagnóstico Nacional, divulgado pelo Ministério da Justiça através do DEPEN, em 2008, concluiu que, à época, assustadores 62,06% das mulheres encarceradas não recebiam visita alguma.

Como as falas seguiam mais tranquilas, perguntei como funcionavam as camas, e foram unânimes em dizer que "todas têm cama, as que estão no regime fechado escolhem as camas que querem ficar" (CADERNO DE CAMPO II, 2017, p. 04). Naquele momento, levantei uma hipótese um pouco funcionalista de acreditar que essa escolha estivesse ligada a certa "posição estratégica", ou seja, estar próxima da janela, da porta ou do ar-condicionado. Posteriormente, relativizaria meu olhar pragmatista e passaria a ver esse evento como um fato social total nos termos maussianos. Lembrando que, para Mauss (2003), um fato social total carrega consigo muitas significações e possibilitam a criação de vínculos de vários níveis[34].

Para finalizar a conversa antes da segunda etapa, questionei sobre os chuveiros e elas disseram que são dois, sendo um que possui água quente e fria. Nessa etapa procurei fazer perguntas simples e básicas, pois era meu primeiro contato direto com elas e as questões não poderiam tomar um tom investigativo-policialesco para não fechar o campo, como começou a ocorrer no início. Desse modo, a relação de confiança precisava ser construída como ensina Varella (2017, p. 08): "[...] levou tempo para se acostumarem com minha presença. Mais tempo ainda para confiarem a mim os pecados cometidos no exercício da profissão".

Nessa primeira etapa participaram sete mulheres, sendo que as que estavam na cozinha vinham e ouviam partes da conversa e voltavam. Para facilitar sua identificação, dei os nomes de: Maria, Joana, Adriana, Luciana, Lucia, Cristiane, Rebeca, Mirian, Marieli[35]. O tempo era curto nesse dia e só foi possível falar com duas delas, as mais dispostas, Maria e Joana, as quais possuem relação de parentesco (ex-sogra e nora). Perguntei qual das duas desejava participar e a mais velha delas, Maria, respondeu que "iria". A

[34] Faço uma análise mais detida sobra o lugar da "cama" entre as "meninas" no próximo capítulo.

[35] Os nomes foram escolhidos por mim diante da dificuldade delas em darem um nome fictício para elas mesmas.

entrevista ocorreria, por escolha minha, em um canto distanciado da varanda onde não era possível ouvir a conversa. Lá, desde o primeiro dia de visita, já havia uma mesa e algumas cadeiras.

2.3. Dos (in)cômodos aos "sujeitos-móveis"

Após passar pelo portão, pude acessar vários (in)cômodos. Eles me levaram a ir além da estrutura física e me colocaram em contato com os "sujeitos-móveis". Essas interlocutoras com as quais estabeleci relação tanto compunham o cenário institucional da prisão como também por ele se movimentavam, em um fluxo e contrafluxo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (DELEUZE; GUATTARI, 1996). A casa-instituição possuía dois grupos de mulheres: as internas, as quais vestiam blusa/camiseta/calça na cor rosa; e as agentes, cujo colete preto e logotipo as diferenciava.

De um lado, as mulheres que o sistema teima em reduzir a um número e/ou a uma classificação ("as detentas"); de outro, agentes e direção da instituição pesquisada: todas atravessadas pela instituição-prisão, seja na condição de algo, seja na condição de "executor". Contudo, por trás dos rótulos e funções, há mulheres mães, casadas, conviventes, com filhos, e etc., mulheres com caminhos diferentes e que em algum ponto se entrecruzaram pela vida.

Não obtive dados estatísticos acerca de quem são as servidoras públicas no Estado ou a nível nacional. Porém, como na instituição algumas foram minhas interlocutoras, soube que possuíam vasta experiência em unidades prisionais, nível superior e médio completos a título de saber institucionalizado. Como as agentes também usam uniformes, os corpos delas não passam à margem do desejo da instituição de permeá-los.

Também por meio da roupa se viabiliza seu reconhecimento, como os "coletes pretos", que indicam a categoria social a que pertence o sujeito e a que se relaciona uma série de significados. A cor rosa obrigatória para as camisetas (blusinhas, etc.) usadas pelas internas fora do quarto, por sua vez, embora não houvesse inscrições quanto às demais peças (calças, saia, etc.), não parece produzir uma difícil categorização fora da unidade no caso dos regimes aberto e semiaberto, mas, além do processo de feminilização, pode, dentre coisas outras, gerar um sentimento de pertencimento da interlocutora em relação à unidade, uma vez que o rosa é presente desde as grades frontais.

Ao que parece, a imposição de uniformes é marca do ritual de passagem de pessoa livre para presa; mais que isso, é mecanismo utilizado pela instituição total em uma tentativa de mortificação do "eu", pensando a partir de Goffman (2015). Afinal, o uniforme padroniza o sujeito às cores da instituição, realoca-o, indicando sua posição de submissão àquele sistema por meio dessa padronização. Aliás, a

utilização de uniforme não é obrigatória em todas as instituições, conforme afirmação de Aparecida, vinda de outra unidade prisional com padrão de arquitetura da AGEPEN: “podia usar o que queria... mas fora da cela não podia short curto e nem blusa decotada, tinha agente homem... era o que falava para nós” (CADERNO DE CAMPO, V, 2017, p. 4). No entanto, nas palavras da direção da instituição, a camiseta rosa não constituiria um uniforme nos padrões de algumas unidades prisionais (CADERNO DE CAMPO I, 2017, p. 4), o que não deixa de padronizar e produzir significações, segundo Velho (1979, p. 34):

> [...] No Abrigo Feminino, ao nível manifesto, invoca-se uma ideologia de caráter igualitário e liberalizante. Para comprová-la, alega-se, em primeiro lugar, o título da instituição – “simplesmente Abrigo Feminino, bem amplo para não marcar ninguém”; depois o fato de não prescrever uso de uniformes para internas ou funcionárias e, principalmente, a recusa ali mantidas de se praticar qualquer forma de doutrinação religiosa apesar de sua subordinação ao Banco Assistencial [...].

2.3.1 Maria

Maria seria minha primeira interlocutora nessa perspectiva de cenário. Isso porque já havia entrevistado a direção em sua sala na primeira visita. Não pesquisei nem perguntei a ela o porquê de estar ali. Optei por a nomear Maria como homenagem às Marias que são transformadas em números pelas estatísticas e seguem na invisibilidade para alguns tantos.

Sentamos no espaço reservado, Maria estava aparentemente desconfiada e cautelosa: é uma senhora de aparência jovem com bisnetos, possui renda em razão de imóvel alugado. É pensionista e, antes de ser presa possuía um bar, o companheiro está preso por tráfico e sua ex-nora também, esta que será minha segunda entrevistada. Maria é uma mulher que se identifica como morena, tinha o tom de voz médio e era a mais idosa da unidade.

Entre as questões iniciais e pessoais que repeti, apesar de algumas coisas já terem sido ditas na primeira etapa, quis saber de Maria o que ela faria quando saísse. A resposta veio simples: “vou cuidar da família”. E seguiu: “o promotor prometeu que assina minha carteira para eu visitar meu marido na PED[36]”. Notei que ela, de fato, não sabia de minha condição de analista judiciário, pois a seguir justificou: “o semiaberto, não pode ir visitar lá, mas ele disse que autoriza”. Essa necessidade de autorização especial para visitar outra pessoa em condição semelhante a quem está cumprindo pena é, em regra, de conhecimento de quem trabalha no Poder Judiciário. Nesse cenário, ela não recebia visitas de seu companheiro, mas os laços afetivos não se romperam. Recebia visitas, como afirmou na primeira etapa, provavelmente de outros entes queridos.

[36] PED – Penitenciária Estadual de Dourados. Nela, estão abrigados presos classificados pelo Estado como “masculinos”. Até pouco tempo recebia o nome de PHAC – Penitenciária Harry Amorin Costa.

Interessado em saber se havia consumo de medicamentos em unidades prisionais, genericamente questionei se ela tomava remédio. Maria disse que tomava "fluoxetina" e justificou que "só a palavra presa causa muita coisa na cabeça da gente". Segundo ela, teria interrompido o tratamento após a diretora ter dito que sua saída se daria até o final de 2017. Disse ainda que algumas presas também tomam, pois "é difícil aguentar a situação". Não houve menção a outros medicamentos, seja de uso controlado ou não.

O diálogo caminhava bem, Maria estava se sentido tranquila nas respostas, e tentei explorar a questão dos vínculos afetivo-amorosos naquele contexto. Perguntei de modo genérico se havia namoros ali. Maria respondeu sem qualquer estranhamento que "tinha um casal até pouco tempo, mas elas ficavam no canto delas no quarto e não incomodava ninguém"; "eu não gosto dessas coisas", "nunca gostei, nem quando jovem". Esperava que fosse desconversar e evitar a resposta por conta do tabu, por ser uma pessoa de mais idade e por ser eu do gênero masculino, mas ocorreu o contrário. Conforme Varella (2017, p. 148):

> [...] A homossexualidade em cadeias de mulheres é tema clássico em filme, livros e seriados de TV. Minha experiência na Penitenciária Feminina, no entanto, me ensinou que essas abordagens costumam a ser fantasiosas e superficiais, e nem sequer resvalam na complexidade do comportamento sexual feminino [...].

Vale ressaltar que são poucos os trabalhos sobre as relações amorosas no contexto prisional. A sexualidade, ao não ser representada em números estatísticos com o mesmo rigor que outras condições referentes a essas mulheres, supõe que seja tratada como um assunto de menor valor para as políticas públicas.

Posteriormente, indaguei a entrevistada sobre a possível existência de atritos naquele contexto. Maria até reconheceu a existência de tensões, porém afirmou que "tem dias que a gente sente vontade de brigar, mas tem que ficar quieta", "aqui não pode ter briga" e "a gente vai para o canto da gente e as outras não mexem". Pensando sobre essa resposta, imaginei como a desconfiança com relação à minha pessoa pode ter contribuído para uma "saída pela tangente". Afinal, o que significaria dizer para um desconhecido questões tão delicadas e que poderiam, caso fossem encaminhadas para a direção ou para as agentes, causar algum tipo de punição?

2.3.2 Da "sogra" à (ex) nora: Joana

Joana dizia ser ex-nora de Maria. Demorei para compreender, se é que o consegui: Joana foi casada com um filho de Maria até pouco tempo antes da pesquisa. Tanto Joana quanto seu "ex-companheiro" e seu ex-sogro estavam presos.

Conversei com ela no mesmo lugar em que havia entrevistado Maria. Iniciei pedindo a ela que falasse um pouco sobre si mesma. Joana aparentava ter entre 30 e 40 anos de idade e se esquivou dessa resposta. Dizia ter três filhos que "não dão trabalho, uma casa boa alugada, tem até piscina", assim como que "guarda parte do dinheiro do aluguel para montar um restaurante quando sair". Embora não tenha perguntado sobre o motivo de estar ali, disse que aquela era sua segunda vez: "na primeira cai com 'pasta-base'; e, depois, com cocaína, porque fui ajudar uma moça que dividiu cela comigo na primeira cadeia".

Aproveitei o momento e perguntei por onde esteve na primeira vez. Joana disse com precisão que ficou inicialmente em um município do interior do estado e depois que subiu de "bonde"[37] para a capital. E compartilhou: "Lá não é fácil! É 14 mulher numa cela. As mais antigas dormem na cama e quando são boas deixam a gente dormir juntas com elas, mas quando não a gente dorme na praia". Sobre sua passagem pelo município do interior, disse que "era ruim, tinha câmera pra todo lado e para tomar banho precisava colocar uma toalha na frente da cela, porque dava pela câmera para ver a gente da cintura para cima". Essa fala se destaca não pelo fato do monitoramento, também chamado por elas de Big Brother[38], mas pelo modo com que era operado, ou seja, havia um excesso de vigilância que resultava em uma possível invasão de privacidade.

Vale ressaltar que na unidade pesquisada também havia câmeras de monitoramento, inclusive na varanda onde estávamos. Esse método não é exclusividade de pequenos municípios, o que ocorre é que ele parece se assemelhar com o apontado por Queiroz (2016, p. 176):

> [...] É preciso não se deixar enganar pela bela unidade de saúde, os corredores ventilados e celas limpas da Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba. O que predomina ali é um tipo bem sofisticado de crueldade: a psicológica. Um dos presídios femininos mais seguros do país, Guaíba foi projetada para funcionar em esquema Big Brother. Toda a estrutura tem um andar superior gradeado, no qual guardas caminham 24 horas por dia observando os movimentos das detentas de cima para baixo. Há câmeras em todas as áreas públicas e uma sala de monitoramento de última geração.

Como se percebe, Joana teve outras experiências prisionais, razão pela qual perguntei se em outras unidades havia uso de cigarro e/ou remédio. Foi quando ela disse que havia fumantes e uso de medicamentos: "fluoxetina, diazepam. Cadeia é muito difícil. Lá na capital tomei diazepam por um tempo, aqui não preciso". Esse "precisar" é uma categoria que aparece com frequência para justificar o uso de psicotrópicos (sejam ansiolíticos ou antidepressivos). Há uma noção de que chega um momento em que "não dá pra aguentar", como que indicando um limite para o suportável.

[37] Bonde é a viatura que transporta as presas entre os estabelecimentos prisionais.

[38] A expressão "Big Brother" aparecerá em outras entrevistas e se refere a tipo específico de programa de televisão aberta/fechada em que os participantes ficam confinados em uma casa 24 horas por dia e monitorados por câmeras, que transmitem com edição ou ao vivo. O vencedor recebe um prêmio em dinheiro.

Sobre a relação com a entrada de itens na cadeia, Joana seguiu na fala: “na capital não entra nada e tudo é comprado. Aqui a gente tem tudo, água gelada e comida boa. Se a gente precisa de alguma coisa, as **coletes pretos** [grifos meus] compram no mercadinho da esquina”. Assim, percebe-se que, apesar do sistema de vigilância, de um contexto adoecedor, de uma relação institucional fundada na hierarquização das relações, ainda havia espaço para a produção de redes de relação entre presas entre si e entre elas e as agentes.

Com a pausa da interlocutora, falo sobre uniforme. Joana afirma que “aqui a gente pode usar calça ou saia, mas a blusa/camiseta precisa ser rosa. É bom, passei por cadeia que tem que usar aqueles macacãos laranjados. É horrível ficar com aquilo o dia todo”. Esse fato da uniformização é mencionado na literatura sobre o tema (QUEIROZ, 2016) e revela que, em geral, há uma masculinização no sentido de uniformes típicos aos distribuídos em unidade prisionais masculina levadas a cabo no interior dos presídios femininos, partindo de ideias sociais do que seriam da ordem do feminino e masculino.

A conversa segue, pergunto sobre namoro na unidade. Joana diz que “havia um casal, mas hoje não tem mais” e não estendeu o assunto referente às outras unidades que passou. Por isso, não tentei prolongar a questão. O assunto muda e Joana comenta que recebe principalmente visitas de seus filhos, parentes e se mostrava preocupada com seu pai, pois pelo que notei eles moram na cidade do estabelecimento prisional. Quase ao final disse que “deseja sair e não se envolver mais ‘com essas coisas’”. Sobre seu ex-marido, comentou: “quer voltar comigo, mas antes ele precisa perguntar se eu quero voltar com ele. Eu não quero voltar com ele, pois quando fui presa pela primeira vez ele se foi e casou com outra”.

Aproximava-se o horário de almoço, encerramos e voltamos para o grupo.

2.3.3 Quando o (des)encontro produz outros encontros

Voltei a campo na semana seguinte. Nesta 2ª entrevista[39], porém seria com as meninas do semiaberto, aquelas que trabalham durante o dia e à noite dormem no estabelecimento prisional, bem como em todos os feriados, finais de semana e dias em que não há trabalho. Isso porque parecia interessante ouvi-las em razão da situação que viviam de saída e volta obrigatória. Além disso, seria possível cruzar os pontos de vista sobre a experiência da prisão e problematizar essa relação entre o dentro e o fora (CUNHA, 2003; GODOI, 2015). Mas, para minha surpresa, como pesquisador neófito, o campo produz desencontros, sobretudo quando seu acesso é restrito.

[39] Preciso esclarecer ao leitor que já era a terceira visita em campo, mas a segunda com entrevistas de internas, pois na primeira entrada fui conhecer a unidade, combinar autorizações e acabei por ouvir as falas da direção.

> [...]Após realizar a segunda visita, em conversa com a direção no mesmo dia, ficou pré-combinada uma terceira visita para o dia 17/10/2017, que seria com as meninas do semiaberto, sendo que ela ficou de me retornar comunicando o horário, haja vista que neste regime as meninas ficam foram durante o dia enquanto trabalham e retornam à noite. Na segunda-feira, 16/10/2017, contatei a diretora e fui informado: "estamos em paralização. Não será possível a pesquisa e assim que retornamos, aviso". (CADERNO DE CAMPO III, 10-10-2017, p. 01).

Esse episódio contribuiu para algumas releituras e correções de impressões anteriores. Na semana seguinte, a paralisação seguiu, mas aproveitei para aprimorar a metodologia ao (re)pensar entrevistas, mesmo porque a próxima visita seria com as meninas do semiaberto e depois daria um retorno às primeiras e, finalmente, a(os) agente(s).

Na semana seguinte, a terceira em campo, foi possível voltar à instituição e a entrevista *seria* com as meninas do regime semiaberto. Por isso, a dinâmica seria um pouco diferente, ficando a critério da diretora a sugestão de quais pessoas seriam entrevistadas. Isso porque, diferentemente do regime fechado, quase todas elas trabalham fora da unidade durante todo dia, período em que realizaria a entrevista, ratificando que a unidade move a pesquisa, mas à sua própria forma (DINIZ, 2015). No dia e hora marcados fui à unidade, mas tudo ocorreu de modo contrário. Na chegada notei o seguinte:

> [...] Antes de adentrar na instituição, pela grade da área, pude perceber que havia muitos cabelos cortados e amarrados sobre uma mesa e uma prateleira de aço, algumas meninas do regime fechado estavam separando (3 delas e uma pessoa que auxiliava). Antes de tocar a campanhia, ainda do lado de fora, iniciei uma conversa com as meninas do fechado que já conhecia. Pergunte o iriam fazer com tantos cabelos: de imediato responderam que conseguiram os cabelos por meio de doação e farão perucas para serem doadas as mulheres que se submetem a tratamento de câncer. Estavam empolgadas (CADERNO DE CAMPO IV, 2017, p. 01).

A varanda em que estavam é aquela que fica na parte da frente da unidade e possui uma grade com grande visibilidade. Ali é o local onde ocorrem eventos e naquele momento também a oficina para confecção de perucas. Toquei a campainha e a agente abriu o portão. Não a conhecia ainda, mas me informou que a direção havia saído e não tinha informado sobre a pesquisa. Nesse momento, confesso, surgiu em mim um sentimento estranho, que na época descrevi como "surpresa, aflição, angústia e afins". À época, a única coisa que pensava era se o campo não tinha se fechado para mim, embora não tivesse recebido qualquer comunicação a esse respeito.

O incômodo se dava uma vez que tinha uma percepção de que havia estabelecido uma relação de empatia com as "meninas", havia me apegado a elas em alguma medida e estava gostando de me sentir desafiado pelo fazer antropológico das conversas que lá se produziam. Em momento posterior, inspirado nas leituras de Fravet-Saada (2005, p. 156), passei a compreender um pouco mais uma certa dimensão das coisas vividas:

> [...] Em geral, os autores ignoram ou negam seu lugar na experiência humana. Quando o reconhecem, ou é para demonstrar que os afetos são o mero produto de uma construção cultural, e que não têm nenhuma consistência fora dessa construção, como manifesta uma abundante literatura anglo-saxã; ou é para votar o afeto ao desaparecimento, atribuindo-lhe como único destino possível o de passar para o registro da representação, como manifesta a etnologia francesa e também a psicanálise (FRAVET-SAADA, 2005, p. 156).

Em um momento seguinte, chegou outra agente, confirmou que eu estava autorizado a realizar minha pesquisa lá e disse que "dei sorte", pois haviam chegado há pouco algumas meninas de outra comarca para o semiaberto, além de uma que não saiu para trabalhar, transcrevo por fidelidade àquele momento:

> [...] Nesse momento chegou outra agente que confirmou que eu faço pesquisa. Pediu minha identificação e disse que "dei sorte", pois haviam três meninas do semiaberto, duas que haviam chegado transferidas de comarcas de outros municípios, e uma que não foi trabalhar. Se quisesse poderia falar com elas... Ao olhar minha identificação, disse: "você faz Antropologia", "legal", "eu já vi muito falar de antropólogo em filme americano" [...]. (CADERNO DE CAMPO IV, 2017 p. 01).

Apesar do susto produzido, pude perceber (des)encontros tornando-se encontros. A todo instante, era a imprevisibilidade quem ditava as normas da pesquisa, e isso me oportunizava relativizar minhas certezas e sair de minha zona de conforto. Nesse dia, fui capaz entrevistar algumas pessoas que acabaram de chegar de outra unidade prisional do Estado, além de uma que já era da unidade e que aquele dia não saíra para trabalhar por estar de folga.

Fomos para a varanda dos fundos onde encontrei as interlocutoras, sendo que havia uma presa por não pagar alimentos à(o) filha(o). Nessa etapa, entrevistei quatro participantes e, dessa vez, não houve surpresa preparada pelas internas.

2.3.4 Entre Aparecida, Paula, Luana e Marta

O período era vespertino, fazia calor e, quando cheguei, elas, sem saber que vinha, já estavam em círculo tomando tereré. A bebida seguia de mão em mão, com exceção da minha (para quem não era oferecido). Seria um marcador de diferenciação com relação à minha posição de estranho àquele contexto? Ou estariam comunicando com o corpo ainda a permanência de uma dada desconfiança para com minha pesquisa? De qualquer modo, deixei o programa seguir e não fiz o pedido para que me passassem o tereré.

Naquele dia ,eu vestia uma camiseta rosa, mas era impossível ser confundido, pois em alguma medida "liam" no meu corpo as marcas das minhas diferenças: linguagem, cor da pele, vinculo institucional, classe social, etc. Não é incomum nesse campo o relato de antropólogos acerca dessa mesma situação. Vejamos:

> [...] Mesmo reconhecendo a sobreposição entre os regimes de cuidado e repressão, o poder punitivo é exclusivo dos seres de colete preto. As presas sabiam que eu não era alguém com o poder do colete; as cores só facilitavam minha distância dos seres do jaleco branco. Mesmo para as presas desatentas, o preto não me uniformizava: faltava a inscrição do poder, o brasão policial e a legenda Agente Penitenciário. Assim, fui uma anotadora de preto, sem confusão com aqueles três personagens que suavizam a sobrevivência no presídio e que me acolheram em seus gabinetes. Se fosse para ser travestida de outro alguém, mesmo que apenas na estética das cores, que fosse com a segurança. Assim, fui uma antropóloga de preto na cadeia da capital do país durante seis meses [...] (DINIZ, 2015, p. 208).

Na entrevista procurei começar com questões gerais nessa dinâmica em grupo que era composto por: Aparecida, Paula, Luana e Marta.

Aparecida, com 21 anos, casou-se com 10 anos de idade, era moradora de uma Fazenda na região de fronteira e mãe de duas filhas, sendo que a primeira gravidez ocorreu quando tinha 15 anos. Foi presa com 18 anos quando tentava levar droga para o marido na PED. Compartilhou que recebeu visita quando estava presa em outra unidade.

Paula, por sua vez, era nascida num estado do sul do país e tinha 62 anos: viúva, aposentada, com três filhas e moradora outro estado do centro-oeste. Segundo ela, foi condenada por tráfico de drogas e aguardava conseguir uma vaga de transferência para seu estado de origem.

Luana, por seu turno, dizia-se solteira com filhos (não mencionou quantos) e que foi condenada por tráfico de drogas. Naquele momento estava desempregada.

Já Marta era casada, tinha dois filhos, cujas guardas estavam com o ex-marido. Ela estaria presa por débito alimentar.

Embora ao longo de nosso diálogo eu não tivesse apresentado nenhuma questão sobre os motivos de suas prisões, todas declararam espontaneamente os motivos. O que pude observar a partir de nossa conversa é que, por alguma razão, acabaram surgindo questões distintas das que tive acesso com as meninas do regime fechado.

Aparecida era bem-falante, estava há pouco tempo na unidade e havia sido transferida juntamente com Paula. Casou-se quando tinha 10 anos, não teve mãe e foi criada por terceiros em fazenda. Afirma que se envolveu no crime para ajudar o companheiro: “antes de ser presa era meu marido no céu e eu na terra”. As relações afetivas teriam apresentado a porta de entrada para o crime, o que em um primeiro momento parece corroborar dados oficiais. Em cena, muitas memórias que remetem à importância dos vínculos familiares e as mágoas em relação à traição do companheiro. Nas suas palavras: “quando fui presa vi como a família é importante e quando fui presa foi minha família que ia me visitar... eles me apoiaram[40]”. Sobre

[40] Anoto que as reticências são pausas nas falas das interlocutoras antes de seguirem no assunto. Tais pausas, silêncios, também “falam” pois são indicadores das dificuldades de trazer à memória eventos que, por vezes, são dolorosos e de difícil aceitação.

o motivo da prisão e da separação com o companheiro, dizia em tom de desabafo: “quando fui presa levando droga pra ele, me trocou por outra que vai até visitar ele”.

A conversa seguia, todas falavam um pouco de si. Paula, uma senhora, falava pouco, disse que está no Estado há “quase dois anos, desde que fui presa... mas não fui presa aqui...”. Se apressou, porém, em justificar que foi presa porque “caiu na interceptação”[41], quando ficou em “contato com pessoal de Coronel para vender objetos que o filho morto deixou, o qual foi morto porque começou a sair com mulher de bandido preso... aí já viu... mataram ele”. Chama atenção que a entrada no crime teria se dado por acaso e por meio de seu filho, isto é, em alguma medida no mesmo viés da interlocutora anterior, ou seja, no mesmo campo de vínculos familiares.

Durante toda a conversa, Luana era a que falava mais constantemente, desinquieta[42], usava alguns anéis e pulseira. Compartilhou que tinha filhos e disse: “não tenho contato... apenas quis que soubesse que existo... são gente honesta e trabalhadeira”. Presa há algum tempo, seus relatos são no sentido de não cumprir a pena a rigor e acabar voltando para o regime anterior ao não cumprir as condições impostas. A entrada de Paula no crime, pela fala dela, não estaria ligada a relações de afetividades com o companheiro, uma vez que era viúva, mas pelo filho que acabou assassinado.

Naquele diálogo, a que menos falava era Marta. Havia sido presa aquele dia por débito alimentar, por não conseguir pagar o valor da pensão que o ex-marido exigia para os filhos sob sua guarda. Marta decidiu colaborar com a pesquisa desde o início, respondeu as questões gerais e não acrescentou dados relevantes, pois aparentemente estava confusa, em choque e/ou inconformada. Porém, os olhos quase azuis e vermelhos de choro falavam mais que palavras: foi presa pela primeira vez. Vestia ainda o uniforme da empresa para qual trabalha e aguardava o marido chegar de Ponta Porã para pagar a pensão e sair.

Interessante notar que essas mulheres produzem, independentemente do motivo da prisão, uma série de narrativas sobre valores convencionalmente atrelados ao universo feminino: a importância da família, a relação com o marido e/ou com os filhos, com a casa. Ao mesmo tempo, há a manifestação de um sentimento de dor quando esses valores considerados por elas como importantes se perdem: a perda do filho, a traição do marido, a ausência da família. Penso que talvez um olhar mais atento e sensível a essas narrativas invisibilizadas pelo sistema criminal-punitivo pudesse nos oportunizar outras leituras e compreensões sobre a relação dessas mulheres com o encarceramento e os vários sentidos atribuídos a partir das suas trajetórias singulares.

[41] Interceptação refere-se à escuta legal realizada pela polícia, também denominada como “grampo” por alguns.
[42] No sentido de quê mexia seu corpo o tempo todo na cadeira, articulava com as mãos, braços e pernas, diferentemente das demais interlocutoras, apesar de seu tempo de casa.

Depois dessa conversa mais coletiva, partimos para uma entrevista individual. O intuito era que, de maneira mais reservada, elas pudessem se sentir mais à vontade para falar sobre coisas e questões que antes não seria possível.

2.3.5 "Casei e vim pra cá": os (des)encontros de Aparecida

A vida de Aparecida é marcada por uma série de encontros e desencontros. Há 16 dias na instituição, seu português é simples e muito diferente das meninas que estão no regime fechado. Seu corpo não se acostumou com as formas, inclusive de sentar, como a unidade determina. Nesse processo, vestir apenas a blusa rosa não lhe daria ainda esse polimento. Insisto em saber como anda o relacionamento com ex-companheiro e diz que está "esperando ele sair para ver como fica... já até vi ela[43] esses dias na casa da mãe dele". Insistindo, pergunto como foi, ao que responde:

> [...] Fui na casa da minha sogra ver minhas filhas... minha sogra andou falando mal de mim para minhas filhas... teve uma que ficou meio assim comigo... mas depois de um tempo ficou de boa comigo... a menina que está com ele é meio vizinha lá... vi ela de longe... espero ele sair para ver como fica... ele já tava com ela e comigo quando eu fui presa pelo que fiquei sabendo. [...] Não é as agente é as outras presas mandando na gente[...] (CADERNO DE CAMPO V, 2017, p. 11).

A interlocutora reitera na fala a espera pela saída do (ex)companheiro preso para definir o relacionamento, afinal, sem autorização, não poderá fazer visitas na PED. Os vínculos afetivos parecem não ter se rompido em razão da prisão, muito menos as expectativas com relação ao futuro. Sobre as filhas, Aparecida deseja "pegar a guarda delas de volta assim que sair", pois as condições do semiaberto inviabilizam essa prática por ter que trabalhar durante o dia e permanecer na instituição nos demais períodos. Como falava do contexto familiar, questiono sobre seu pai, e Paula faz uma série de colocações que transcrevo para não descontextualizar:

> [...] **Eu:** E seu pai?
> **Ela:** Ah... meu pai é mestre de obras... ele me visita e conversa muito comigo... me falou que a gente tem ir devagar... ele é até bem de vida... mas como me fala a gente tem que começar do nada... eu errei feio por achar que podia tudo...
> **Eu:** O que ele quer dizer com "ir devagar"?
> **Ela:** Senhor, na vida a começa tudo do nada e depois vai crescendo de pouquinho... errei porque queria tudo... sabe... eu queria comprar algo se não tivesse dinheiro dava um jeito...
> **Eu:** Hum... Como era esse jeito?
> **Ela:** Senhor sabe... faz um corre... leva uma droga, faz um furto de alguma coisa, vende e faz dinheiro... mas a gente compra o que quer... na rua a gente pode tudo... aqui a gente "faz" o que as agente quer... elas mandam... a cadeia tem essas coisas...
> **Eu:** Como foi o tempo que ficou presa?
> **Ela:** Ah... como disse aprendi que não posso tudo... na rua fazia o que queria o tempo todo... não estava "nem aí", senhor... na cadeia não é assim... a gente só 'faz" o que os outros quer... quando

[43] Ela seria a atual companheira do seu (ex)companheiro.

> não é as agente é as outras presas mandando na gente [...] (CADERNO DE CAMPO V, 2017, p. 11-12).

As falas de Aparecida diferem das conversas que tive até aquele momento com as demais meninas, posto que surgem dilemas como “querer tudo”, “não poder ter tudo”, “consequências” e “aprender a aceitar”. Ao mesmo tempo, ela se posiciona como uma pessoa de escolhas e não se vê na condição de vítima. Havia um olhar inquietante para câmera, pergunto por que e ela responde: “senhor, isso aqui é big brother... veem a gente o tempo todo... esses dois rapazes no fundão estão instalando mais câmera” (CADERNO DE CAMPO V, 2017, p. 11-12). Esse sistema de monitoramento parece produzir um incômodo, pois era a segunda vez que essa situação se revelava nos discursos.

Sobre o que foi vivido na instituição anterior, Aparecida diz que “foi tranquilo... confusão tem em todo lugar... mas a gente resolvia entre a gente”, e novamente traz dilemas ao dizer que “era rebelde... mas a mulher da disciplina me ensinou que na cadeia a gente não tem querer... isso aprendi na cadeia [...] a gente tem que ter limite”. dela reitera essa dualidade entre querer e o limite de não poder.

Por demonstrar tranquilidade, mudo de assunto e indago se existem namoros na unidade em que estava. A resposta é rápida “tem... mas é assim... quem quer... às vezes ficam na mesma cela... cada um na sua”. E a negativa em não participar vem junto: “nunca me interessei por essas coisas”. Sobre as representações acerca desse universo amoroso entre as internas, ela compartilha: “tem aquela que parece homi e a mulher dela... dá para notar... mas ficava na minha”. Segundo Varella (2017, p. 166), “no universo prisional, sapatões originais, folós, sacolas, chinelinho, pães com ovos e badarosca, entendidas ativas, passivas ou relativas e as mulheríssimas podem viver sua sexualidade da forma que lhes aprouver, sem enfrentar repressão social”. Pergunto-me sobre a necessidade da marcação de que “fazia essas coisas” e me dou conta de que a relação afetivo-sexual entre mulheres continua sendo um tabu social envolto em muitos preconceitos.

Adentro ainda no assunto uniformes e medicamentos, uma vez ser este tema recorrente nesses ambientes. Os uniformes não eram impostos na unidade de que veio: de acordo com ela, “podia usar o que queria... mas fora da cela não podia short curto e nem blusa decotada, tinha agente homem” (CADERNO DE CAMPO V, 2017, p. 4). Já quanto ao uso de medicamentos, “sempre tomei remédio controlado... tenho um problema de cabeça...” e na “cadeia só tive um pouco de ansiedade no começo”.

Surgem em sua fala tensões existentes na unidade da qual foi transferida ao mencionar que “confusão tem em todo lugar... mas a gente resolvia entre a gente”, o que afasta o discurso da passividade do sujeito e evidencia como no interior das prisões os sujeitos estabelecem formas próprias de negociação e

regulação das tensões. Segundo ela, se "arrumar confusão eles manda a gente de bonde para outra cadeia... se gruda a "agente' é bonde fantasma"[44].

2.3.6 Paula e as perdas

Paula teria uma trajetória comum à maioria das mulheres de camadas populares se não tivesse sido marcada pela experiência da prisão. De cor parda, 62 anos, viúva, aposentada, mãe de três filhos. Sua história é marcada por perdas (um dos filhos foi assinado) e danos (sua prisão por envolvimento em receptação/repasse de objeto roubado e o consequente afastamento das filhas). Ela fala baixo e calmamente, tem olhar profundo e distante, bem como se senta de modo a deixar a coluna ereta. Fala que tem muitos problemas e dores. Foi presa em outro Estado e transferida para Mato Grosso do Sul por questões jurídicas junto com Aparecida e estava há 16 dias no estabelecimento prisional pesquisado. Já havia me contado sobre um pouco de sua vida. Então, pergunto se recebe ou recebia visitas e ela fala sobre suas filhas, que "não vem me visitar porque é longe". Não preciso perguntar e ela segue falando: "eu ligava para uma delas... a outra disse que não queria saber de mim quando foi presa... depois que ela viu que a outra não me abandonou... ela voltou a falar comigo... mas não é como antes". Disse também que o período na outra unidade "foi tranquilo... as presas me respeitavam pela minha idade".

Paula estava presa há mais de anos, não perguntei o crime que cometeu, mas questionei sobre namoros onde estava e a resposta foi que "tinha menina que namorava entre elas, mas não eu não gosto dessas coisas, ainda mais depois de velha" (CADERNO DE CAMPO V, 2017, p. 8.). Nas conversações os namoros são confirmados pelas interlocutoras, mas não se sabe quem pratica. Paula foi a única delas que sobre o tema perguntou: "e o senhor, pensa o que sobre isso?", ao que prontamente respondo: "Olha, eu penso que cada um deve ser feliz, desde que não faça mal a outra pessoa". E ela reitera sua fala "então... na cadeia tem essas coisas... eu não gosto... quero sair e cuidar dos meus netos... não tenho idade para namorar".

Questiono sobre como foi sua experiência na prisão quando me falou de seus problemas na coluna. Até então, estava perguntando às demais sobre o uso de medicamentos, mas mudei meu foco para lidar apenas em relação a ela. É nítido que a prisão age no corpo quando me responde que é "ruim demais... tinha pressão alta... mas desregulou tudo... essa mudança pra cá desregulou de novo".

[44] Bonde fantasma seria aquele que chega nos momentos seguintes à confusão e não permite sequer que sejam retirados pertences pessoais para serem levados para outra unidade. A interna transferida nesse tipo de bonde segue sem nada. Agente é a também denominada "colete preto".

Já no fim da entrevista, após perguntar sobre as tensões, disse que havia um pouco de discussão, mas não se envolvia e "elas resolvem entre elas... porque se chegar nas agentes dá problema... às vezes pediam para trocar de cela para a agente". A conversa seguiu seu rumo final e a frase "quero voltar para meu Estado... Meu advogado está tentando transferência, mas depende de vaga, é difícil" mostrou seu grande desejo de voltar para cumprir o regime semiaberto próximo às filhas.

2.3.7 Luana e o "tirar tudo na humildade"

Luana, assim como as outras meninas, em alguma medida, também trazia em seu corpo as marcas que as idas e vindas para a prisão inscreveram ao longo dos anos, não pela prática costumeira do crime, mas pelos "efeitos" colaterais que o sistema policialesco-punitivo impõe. Se não foi possível trazer o nome real, recorro à frase mais utilizada por Luana: "tirei tudo na humildade", como forma singela de não lhe negar a autoria da fala. Negra, magra, rosto com expressão sofrida, orelha esquerda com um rasgo no lugar onde ficava um de seus piercings e nas mãos o acúmulo de vários anéis por entre os dedos. Ex-usuária de crack (era um rótulo permanentemente usados pelas suas companheiras e pelas agentes para se referirem a ela), era mais uma das inúmeras histórias fadadas ao silêncio em decorrência de seu estilo de vida infame (FOUCAULT, 2003).

Perguntada sobre o tempo que passou na instituição, a resposta vem rápida: "mais de 10 anos... mas tirei tudo na humildade... cadeia é assim, tem que ser humilde... vi cada coisa, moço".

Sobre as coisas que viu, fez a descrição de situações que marcam as trajetórias dos sujeitos que levam uma vida marginal: "vi mulher cortar pescoço da outra e furar... em briga... mas não envolvi nessas coisas". Luana conta que foi condenada por "tráfico formiguinha"[45] e me conta sobre a experiências das sensações que seu corpo tinha com o uso do crack:

> [...] **Pesquisador:** Entendi, mas.... (antes de falar fui interrompido por ela)?
> **Luana:** Fui viciada em pedra... fumava e vendia... saí duas vezes no 28... peguei um tráfico formiguinha... minha pena caiu... mas não cumpri... voltei pra tranca... tirei mais um pouco... já vai dano 10 ano... mas agora tô limpa... tô até trabalhano...
> **Pesquisador:** Como foi com a "pedra"?
> **Luana:** Eu fumava bastante... vendia também... carrega nus peitos... na calcinha... passava pelos homis... fazia o corre... para fumar.. vendia... a pedra é assim[46]... você usa... tem que usa mais... dá "estica"...
> **Pesquisador:** O que é "estica"?

[45] É o tráfico de drogas ilegais realizados em pequenas quantidades de um lado para outro e tem, entre tantos objetivos, escapar da malha da fiscalização.

[46] "[...] É ingenuidade imaginar a existência de um mundo do crime sem a participação feminina: bandidos convivem e se relacionam com as mulheres da família e da comunidade. Não é por acaso que entre os membros do PCC as namoradas e as mulheres casadas com os irmãos são chamadas afetuosamente de cunhadas, embora não tenham sido batizadas nem estejam ligadas formalmente ao Comando" (VARELLA, 2017, p. 268).

> **Luana:** Depois que usa pedra vai passando a sensação boa... dá uma afrição... aperto no peito... angústia... ai... é difícil explicá... tem que fumá um baseado para não dá tanta estica... corta a vontade de usá....
> **Pesquisador:** Quando você foi presa, como foi?
> **Luana:** Senhor, é assim... ó... chega na cadeia e fala que é usuária... eles vão dá remédio prá você... senão não aguenta... dá tremedeira... batedeira... sua frio... fica irritada... quer briga... aí já viu... mas com remédio até controla... é difícil, senhor... mas hoje tô bem...tô trabalhando... ninguém me deu valor antes... o cara do emprego dá valor... vai me contrata...mas se dé errado... não consegui nada... volto vendê pedra... mais num passo fome... nem volto dormi na rua (CADERNO DE CAMPO V, 2017, p. 10).

A conversa com Luana não permite recorte: sua originalidade pela extensão quase ininterrupta traz experiências tão pouco contadas e efeitos de um universo poucas vezes descrito com riquezas de detalhes, um discurso-experiência marcado por "crise de abstinência", prazer, desprazer, (sobre)vivência. Falo sobre namorados, tema a que sempre recorro com as demais, e Luana diz que "ah, não tenho tempo pra essas coisas". Afinal, (sobre)viver não é pouca coisa!

Mudamos de assunto para saber se ela teve acesso à "jegua"[47] e ela afirma que não, apenas "na praia... eu era humilde... tirei toda minha cadeia na "praia"... quando era minha vez emprestava para outra que precisava". Refletindo sobre a ideia de subjetivação trazida por Vieira (2014, p. 279-282), Luana parece ser uma daquelas pessoas que não se submete ao código de conduta estabelecido pelo Estado, mas que performatiza[48] uma possível "obediência" ao sistema a partir da "humildade", seja como estratégica de (sobre)vivência junto ao sistema e/ou suas companheiras, seja no sentido de que tal categoria é um valor ético no mundo do crime. Por fim, pergunto sobre medicamentos e ela alega que "tinha que tomá...não tinha "pedra", senhor... nem conseguia maconha". As palavras de Luana apontam para uma política no interior das prisões brasileiras que vai na contramão de um modelo de redução de danos, mas que ao contrário opera na lógica da internação, da medicalização, do uso da força.

Luana não precisava dizer muito, seu corpo trazia muitos sinais que falavam por si. O desejo de sair da prisão produzia um presente avaliado em perspectiva realista e um futuro como uma possibilidade sempre em aberto: "não... quero acertá agora... cadeia é ruim".

2.3.8 Júlia e a sinceridade

[47] Corresponde à cama que é feita em concreto para dormir na cela.

[48] Quando me refiro a uma prática performatizada entendo nos termos de Judith Butler, ou seja, enquanto repetição. "Essa repetição é a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente; e também é a forma mundana e ritualizada de sua legitimação." (Butler, 2010, p. 200). Assim, o "tirar na humildade" não pode ser devidamente compreendido se o consideramos apenas como uma mera encenação. Pelo contrário, trata-se, para o sujeito que performa (no caso, Luana), de um valor central e que tem a ver com as resistências e agenciamentos dos sujeitos nas relações de poder. Nos termos de Jorge Leite Jr, performatizar "não se confunde com a ideia de interpretação teatral e artística ou a voluntária concepção de um sujeito que 'muda' de gênero conforme seus caprichos" (Leite Jr, 2011, p. 136).

Ao chegar na unidade, pela varanda da frente, algumas meninas do regime fechado estavam empenhadas no "projeto das perucas", estas que seriam doadas para pessoas com tratamento oncológico sem capacidade econômica de comprar. Inclusive, já existiam destinatárias sorteadas, de modo que as peças eram confeccionadas sob medida. Após as formalidades costumeiras, entro na unidade e, nos fundos, o restante das meninas estava fazendo ímãs para geladeira, com exceção de duas – uma que estava na cozinha e outra que fazia crochê. Converso brevemente com todas. A unidade estava movimentada naquele dia.

Vou até a que estava fazendo crochê e começo a conversar. Bem-disposta era a menina que estava na cozinha o outro dia. As responsáveis pelo setor eram Maria (minha primeira interlocutora) e ela, a quem aqui denomino de Júlia. Ela aceita participar da entrevista individual e paralisa a atividade que desenvolvia. Pergunto sobre seu estado civil. Ela responde:

> [...] Sou separada, mas na realidade meu marido foi assinado... olha vou ser sincera com você, moço, não costumo ficar falando algumas coisas da minha vida... mas vi que você é tranquilo aquele dia... eu fiz programa muito tempo [...] (CADERNO DE CAMPO VII, 2017, p. 01).

Fico com a impressão de que provavelmente houve conversas entre elas após minha primeira entrevista. Pode ter sido observado que não fiz perguntas relativas às suas trajetórias no crime. Ao contrário, com a finalidade de tornar minha presença o menos desconfortável possível, as perguntas acabaram se voltando para "a vida como ela é". Para mim, não importava que delito elas haviam cometido, mas quem eram por trás daquelas grades, penas, processos e sentenças.

É nesse movimento que passo a compreender o motivo de Júlia desejar compartilhar comigo suas vivências na condição de garota de programa. A fim de estimulá-la a continuar falando, indago sobre como se iniciou na prostituição, ao que ela diz:

> [...] Eu era nova... tinha 18 anos na época... era linda, 1,58, com 57kg e uma cintura linda... na época eu curtia sair para as festas... não me envolvia nem com drogas, mas ofereceram muito pra mim... um dia uma amiga falou que iria para um determinado Estado do centro-oeste dançar numa boate e perguntou se eu queria ir com ela... eu tinha trabalho e tudo aqui... mas resolvi ir... no começo foi só dançar mesmo... dançar e strip-teaser... aí o dinheiro falou mais alto... sabe a gente quer sempre ganhar mais e mais... é uma coisa inexplicável... quando mais você ganha mais quer... aí comecei a fazer programa... comecei de pouco... mas podia escolher os clientes... ganhava dinheiro, ajudava minha mãe... quando minha mãe separou foi muito difícil... quando fui pra lá mandava dinheiro.. ela pôde ter uma vida mais confortável [...] (CADERNO DE CAMPO VII, 2017, p. 1-2).

Com aproximadamente 40 anos e aparência jovem, Júlia não esquece as medidas e os destaques de seu corpo na produção do desejo do outro. Pergunto como foi esse período e ela diz: "quando comecei a fazer programa já comecei a usar cocaína, sabe? Tem coisa que só tem coragem se for com droga". Houve uma leve pausa, quando prossegue: "com cocaína eu também conseguia beber mais, parece que ela corta o efeito do álcool... eu era muito briguenta".

Segundo ela, seus clientes eram homens casados, solteiros, etc., cuja maioria era de garimpeiros[49] e, como o local não era frequentado por mulheres, "podia escolher com quem iria sair na noite". Por desconfiança do óbvio, pergunto o que procuravam:

> [...] Geralmente sexo... mas muito vão atrás de alguém para conversar... ficam lá... bebem... bebia junto... conversa... deixa um dinheiro e vai embora... mulher tem que ter papo... saber conversar... se bem que às vezes só precisa saber ouvir... vi muito isso, sabe... o cara vai lá só para ser ouvido, porque a mulher dele não sabe ouvir [...](CADERNO DE CAMPO VII, 2017, p. 1-2).

O prazer do sexo parece não ser o único atrativo nesse campo que é visto como ambiente de promiscuidade, embora seja um lugar onde se afirma a identidade heteronormativa perante a sociedade. Volto à questão da cocaína para saber como era, e ela afirma: "eu e maioria das garotas usava... sabe? Mas usava só à noite para curtir mesmo e fazer loucuras... não vicia como o povo fala... era legal". E continua: "quando chegava à noite usava... a gente fica 'ligada', dançava, bebia, fazia os programas". A conversa segue: "à noite nesses lugares sempre tem... sabe? Toda menina que trabalha com isso acaba usando. Mas aí fiquei grávida e voltei". Interessante notar como a gravidez aparece como o momento da interdição, como um marcador temporal significativo para a interrupção de sua trajetória na prostituição. Aparece assim como um período de "volta":

> [...] Foi difícil meu irmão era machista e não queria me aceitar de volta em casa... sofri... mas aceitou quando minha filha nasceu... se apaixonou mais que eu, antes ele queria que eu desce... ajudou cuidar dela... mas falou que eu teria que arrumar um trabalho...comecei a trabalhar assim que pude... aí minha prima vendia cocaína na casa que fazia fundo com a da minha mãe... um dia ela foi viajar e pediu para cuidar... bem nesse dia a polícia pegou um usuário que tinha comprado de mim... caí junto... consegui sair depois de um tempo... peguei um ano e pouco... mas pensei que já tinha cumprido tudo e saí no mundo [...] (CADERNO DE CAMPO VII, 2017, p. 1-2).

A fala de Júlia, além do contexto, diferencia-se das demais entrevistas, pois uma pergunta gera respostas sempre intensas e com muitas informações. Na saída da prisão, ela volta para exercer o trabalho de profissional do sexo dizendo que:

> [...] Fui para outra_cidade, tinha uma prima lá, eu fazia programa... ela ficava na rua... nunca curti isso... achei uma casa e fiquei na casa... era uma casa de nível médio, alto padrão... fiquei um tempo lá... depois fui para outra cidade trabalhar em uma casa... sabe, lá tem muito turista... vão lá fazer "pescaria"... mas vão mesmo festá... conheci muita gente lá... amigas minha casaram... eu conheci um cara que me mandou embora para cá, ele era bem rico... disse que não era mais para eu trabalhar com isso, o que precisasse era só ligar para ele... vim para cá e ele pagava todas minhas contas... vim cuidar da minha filha... ele chamava Darci... ele não queria eu só pra sexo... ele queria que eu fosse morar na cidade dele... fui lá e até conheci a mulher dele [...] (CADERNO DE CAMPO VII, 2017, p. 1-2).

Júlia segue em sua fala:

[49] Ela saiu de Dourados e foi para Mato Grosso trabalhar como dançarina e, após, iniciou-se como profissional do sexo.

> [...] A gente falava por telefone... chamei uma prima minha e subi no ônibus... fiquei na casa de uma mulher que era amante de um amigo dele da mesma empresa, acredita? Fiquei uma semana lá... ele queria me dar apartamento lá... eu iria morar com tudo pago... mas não gostei da cidade... Ah, a mulher dele era bonita... aí que te falo de novo que não é só sexo... na cama tem que ser puta mesmo... fazer tudo, não ficar com frescura... tem saber conversar também... o cara tinha uma mulher linda mas queria largar para ficar comigo.... veja como é (CADERNO DE CAMPO VII, 2017, p. 1-2).

A entrevista aponta para a importância dos contatos como forma/possibilidade de um retorno ao "velho" estilo de vida:

> [...] Voltei... comecei a conversar com uma outra prima minha que era casada e tinha recém-separado do marido para ficar com um velho dono de um posto de combustível... ela era garota de programa... voltei a fazer alguns programas, mas foram poucos... aí conheci um namorado que é o pai do meu filho... ele foi morto... ele arrastava carro, sabe o que é, né? (CADERNO DE CAMPO VII, 2017, p. 3).

Após um pouco mais de conversa, mudo o foco e pergunto como foi o período em que esteve na outra unidade. Ela fala que engordou e "como disse era magra... passei a usar óculos, pois gosto de ler e como a luminosidade é baixa acabei prejudicando a visão". Diante de amplitude nas respostas e do longo tempo que já durava a conversa questiono sobre os namoros na prisão e ela diz "ah, isso sempre tem... nunca gostei... não me envolvi nem aqui fora com isso... fico na minha".

Suas falas foram sempre marcadas por muita intensidade. Há a necessidade permanente de marcar o "instante já" e, em poucos momentos, é a prisão que ganha o primeiro plano. Mormente, porém, é a rua, a migração para outro estado, a vida na prostituição, os contatos e a experimentação com narcóticos que são o contorno de seu existir. Nesse aspecto, indago sobre o que concluiu com as reflexões e ela diz:

> [...] Fiz muita loucura mesmo... fui prostituta... trafiquei... envolvia em briga de rua... ia buscar meu marido que foi assassinado em confusão em outro país... eu não tinha juízo na cabeça... mas até que valeu a pena... minha mãe e meus filhos estão bem... agora vou sossegar... na cadeia pensei o tempo todo nessas loucuras [...] (CADERNO DE CAMPO VII, 2017, p. 6-7).

Ao percorrer as histórias dessas mulheres anônimas para a sociedade envolvente para além dos muros, percebo que há muito a ser dito, mas pouca disposição social para a escuta. Aqueles que se desafiam a percorrer os corredores de uma prisão veem limites e arbitrariedades de um sistema punitivo que restringe liberdades, teima em quebrar vínculos e mata pelo entorpecimento. Aliado a uma política punitivo-carcerária, esse regime biopolítico objetiva claramente "deixa morrer" corpos indesejados.

Ao ouvir as histórias dessas mulheres-meninas, é possível conhecer dores e sofrimentos, muitas memórias de vida que questionam e escapam da experiência prisional. Se o dispositivo punitivo-carcerário associado ao saber-poder biomédico, pela medicalização, quer provocar o entorpecimento, por outro lado, a memória dos vínculos, dos amores, do futuro incerto, da possibilidade de reincidência e da captura

performatizada pela humildade parece abrir nas paredes das muralhas prisionais fissuras que não podem ser contidas.

Assim, as histórias de Aparecida, Luana, Paula, Júlia e Marta são o “grito” de quem teima em não se deixar capturar.

CAPÍTULO 3 – "A CAMA É NOSSA CASA": (RE)PENSANDO RELAÇÕES, TRAJETÓRIAS E (RE)EXISTÊNCIAS

A designação casa, categoria muito utilizada por minhas interlocutoras, permite refletir sobre as relações que elas estabelecem com a instituição: seja para destacar uma ideia de aproximação (estar em casa, sentir-se em casa), seja para marcar um distanciamento ("quando voltar pra casa"). Ainda que Roberto DaMatta em seus trabalhos clássicos sobre a sociedade brasileira tenha dado especial atenção sobre a relação casa e rua, me parece que não foi o mesmo sentido que pude verificar em campo. Ao contrário do que apontava DaMatta (1997), a condição de "presa" ou "apenada" falava de um lugar com vários atravessamentos e porosidades cujas realidades substancializadas (p. e. casa vs rua) pouco ajudavam a compreender (TELLES, 2010).

O intuito de trabalhar analiticamente com categorias que remetem a esse universo doméstico (tais como portão, móveis, etc.), ao apontar para a dimensão relacional envolta em agenciamentos, pode fornecer pistas importantes para uma antropologia do cotidiano prisional que ultrapasse as compreensões das instituições pelo viés totalizante (GOFFMAN, 2015). Mesmo nessa concepção de casa, os sujeitos estão longe de manifestar passividade e docilidade absoluta: estão cotidianamente criando processos relacionais de tensionamentos e resistências (GODOI, 2015, CUNHA, 2003).

Sem desconsiderar a dimensão total das práticas institucionais, acredito que ela não é suficiente para o entendimento dos processos de agenciamento que se operam no interior dos regimes disciplinares (FOUCAULT, 1995; CUNHA, 2003; GODOI, 2015), uma vez que, por mais robusta e truncada que seja a unidade prisional, esta não deixa de ser "[...] um lugar de convivência e, portanto, de sociabilidades que se sobrepõem muitas vezes às práticas coercitivas ali presentes, legitimadas pela sociedade em geral" (BRITO, 2007, p. 08).

Assim, o presente capítulo é centrado na noção de casa e seus correlatos, termo que aparece de modo recorrente em falas de algumas interlocutoras, permitindo refletir sobre as tessituras relacionais que, longe de uma ontologia da predeterminação, apontam para o caráter fundamental e sempre inusitado de desejos, interesses e afetos (GATARRI, 1985; DELEUZE; GUATARRI, 1996).

3.1 Mapeando trajetórias: sexo frágil ou sexo perigoso?

A prisão, incluindo sua estrutura, não deixa de ser, ao longo da história, um mecanismo de exclusão, segregação e desintegração (CLEMMER, 1940 [1960]; SYKES, 1958; GOFFMAN, 1961;

FOUCAULT, 1975; LEMGRUBER, 1999 [1983]). Contudo, esse processo de produção de um corpo-sujeito excluído do convívio social está longe de significar uma captura total e uma relação de poder unilateral.

Antes, são constituídas complexas malhas de negociações e agenciamentos que tornam o sujeito-preso e os agentes prisionais mutuamente implicados (BUTLER, 2017). Como ensina Foucault (1995, p. 234), "[...] para compreender o que são as relações de poder talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações", ou seja, como esses excluídos socialmente (re)articulam e constituem outras relações capazes de (re)existirem ao que está institucionalizado. Isso fica evidente na fala de uma de minhas interlocutoras (Luana), que afirma: "já tirei 10 anos de cadeia, estou no semiaberto porque não cumpri e fui para o fechado" e continua: "mas tirei tudo na humildade... na cadeia não tem essa de rico ou pobre" (CADERNO DE CAMPO V, 2017, p. 06).

Em cena, um corpo que resiste às regras do jogo disciplinar, seja por meio do descumprimento deliberado das normas disciplinares ("não cumpri e fui para o fechado"), seja pela criação de práticas complexas de negociação e performatividade ("tirei tudo na humildade"), o que permite constatar que, no jogo da instituição-prisão, a relação nunca está determinada previamente, sempre havendo margem para a imprevisibilidade (DASSI, 2010).

As trajetórias dessas mulheres, para além das tipificações criminais que buscam defini-las e as enquadrar a partir do tipo de crime cometido, apontam para um intrincado universo de relações e posicionalidades que só podem ser compreendidas à medida que as análises funcionalistas são subvertidas. Como pondera Vieira (2009, p. 28), "[...] o problema é que o foco na delinquência, na criminalidade e na rebeldia captura os sujeitos em determinado lugar social ao impor uma visão sobre elas".

Nesse círculo vicioso de produção de identidades estigmatizadas por discursos moralizantes (pelos quais o "crime" se torna sinônimo de pecado)[50], há uma leitura redutora e determinística: as mulheres adentrariam no mundo do crime por relações afetivas (primordialmente amorosas), ou por influência de seu(as) companheiro(as), que não raras vezes as abandonam, e/ou pela necessidade de garantir a subsistência[51] (notadamente em função da condição social).

Ambas as justificativas estão visivelmente presas em uma leitura funcionalista. Assim, uma explicação eminentemente socioeconômica, expressa a dificuldade de compreensão de outros móbiles de ação/motivação por parte dos sujeitos e suas relações com o mundo do crime. Por outro lado, ao colocar

[50] Tal categoria nos ajuda a pensar a dimensão moralizante que opera como substrato do julgamento social sobre tudo o que é considerado "ilícito".

[51] "[...] A mulher tem o perfil próprio do crime, na realidade.... O amor e a falta de amor são os dois pontos que levam a mulher para crime: o amor por conta do companheiro viver uma vida delinquente; ou por falta de amor... as mulheres têm relação muito nova... e aí há atrito e homem larga... e aí tem a boca que oferece tanto por semana para ir vender... aí ela vai vender" (CHAVES, 2009, s.p.).

essas mulheres como sujeitos "influenciáveis" pelos parceiros, acaba por desconsiderar a capacidade de agenciamento delas nessas relações. De qualquer modo, ambas as leituras parecem desembocar numa interpretação de um feminino "naturalmente" "perigoso" (por que frágil, influenciável, etc).

Sobre a pressuposição do abandono como motivação, aponta Rinaldi (2015, p. 17):

> [...] As mulheres, quando se viam "abandonadas" por seus parceiros, cometiam desde crimes de tentativas de homicídio até delitos de lesões corporais. Segundo as versões contidas nos processos, eram motivadas a tais ordens de agressão por responder a um tipo de desonra, pelo "desespero" causado pela ruptura da relação afetiva ou para "vingar" o desenlace.

Se as "mulheres são dóceis e agem com a emoção"[52], como aparece no discurso oficial, Maria revela que "tem dias que a gente sente vontade de brigar, mas tem que ficar quieta" (CADERNO DE CAMPO II, 2017, p. 06), mas Luana relata: "vi mulher cortar pescoço da outra e furar... em briga... mas não envolvi nessas coisas" (CADERNO DE CAMPO V, 2017, p. 09).

A partir desses relatos, evidencia-se que, independentemente de homem ou mulher, o mundo do crime produz formas de existir que garantem aos seus membros a existência cotidiana. Mais do que homens e/ou mulheres violentas/os (ou melhor, naturalmente violentos/as), observa-se a produção de situações violentas. Em outras palavras, se no cotidiano a mulher é o "sexo frágil", no interior das prisões ela precisa ser forte para poder sobreviver.

Além disso, as narrativas em torno da entrada para o mundo do crime[53] apontam para um universo múltiplo de motivações, que vão desde relações afetivas (por exemplo, nas situações em que o companheiro traficava, mas "caiu", e quem assume a traficância é a companheira) até o desejo de prestígio e status. Vejamos as falas de minhas interlocutoras:

Aparecida, 21 anos, morena, presa por tráfico de drogas, assim me dizia: "fui presa assim que completei 18 anos, tentando entrar com droga na PED para meu marido" (CADERNO DE CAMPO V, 2017, p. 09).

Paula, por sua vez, 62 anos, parda, presa por tráfico de drogas, relatava:

> [...] Ele mexia com droga e foi assassinado... mas não pela droga... começou a sair com mulher de bandido preso... aí já viu... mataram ele... aí eu vim para vender as coisas dele... uma camionete... uma casa boa... mas não consegui vender... aí fiquei com contato com o pessoal de Coronel... coloquei a camionete em cima da Julieta e levei... mas fiquei falando com o pessoal que disse que iam comprar minha casa, mas quando eles conseguissem vender umas drogas... eles me enrolava... eu ligava e eles diziam que precisava receber para comprar e pagar a casa... tava tudo na interceptação (CADERNO DE CAMPO V, 2017, p. 04-05).

Joana e Maria, nora e sogra, respectivamente, a primeira com 42 anos, parda, presa por tráfico de drogas pela segunda vez; a segunda, 67 anos, parda, presa por tráfico de drogas, compartilhavam: Joana

[52] Conforme fala da direção da instituição.

[53] Mundo do crime como dado. É uma categoria nativa e também acusatória. Como categoria nativa há distinção entre cometer crimes e ser do crime ou do mundo do crime.

caiu “porque fui ajudar a moça que tirou a primeira cadeia comigo”. Já sua sogra esclareceu: “meu marido foi preso e acabei sendo levada junto com ele” (CADERNO DE CAMPO II, 2017, p. 06 – interlocutoras Joana e Maria, p. 5-6).

Nesse mesmo movimento de explicitação das razões de ingresso no mundo do crime, Luana, 50 anos de idade, negra, compartilhou: “fui viciada em pedra... fumava e vendia... saí duas vezes no 28[54]... peguei um tráfico formiguinha[55]... minha pena caiu... mas não cumpri... voltei pra tranca[56]” (CADERNO DE CAMPO V, 2017, p. 09).

Por sua vez, Júlia, aproximadamente 35 anos (pois não revelou sua idade), branca, presa por tráfico de drogas, relata que: “nessa época comprei umas coisas (roupas e sapatos) dessa minha prima e comecei a vender cocaína... mas tinha uma loja de fachada... levava cocaína para vários lugares...” (CADERNO DE CAMPO VII, 2017, p. 1-2).

Em cena, relações amorosas, de amizade, “necessidade”, ou mesmo, simplesmente, vontade: não há uma única razão. Os aspectos imponderáveis são múltiplos e vão na contramão do que pensar o sistema por meio de seus agentes: “Entram [as presas] porque querem... mas se você perguntar elas vão por a culpa nos parceiros” (Cláudia, agente prisional, CADERNO DE CAMPO VI, 2017, p. 03).

Assim, se o discurso não é transparente, como afirma Foucault (2014), esses fatos trazidos pelo campo indicam outras realidades e dimensões que muitas não vêm para o cenário da discursividade jurídico-penal, o discurso oficial difere daquele encontrado em campo inclusive junto às agentes, aquele apenas reiteram a ideia da passividade histórica da mulher e sua culpabilização. O discurso, então, tende a ser homogeneizador ao compreender uma mulher incapaz de escolhas, aniquilando-a por meio da vitimização.

> [...] Nos campos socioantropológico e histórico, desde o surgimento das investigações sobre relações de gênero e práticas de justiça, houve a tendência em abordar a mulher como vítima, deixando à margem a possibilidade de discuti-la como produtora de violência. Isso se deveu, em parte, ao fato de essa perspectiva de investigação científica ter surgido fortemente vinculada ao movimento feminista, a partir do qual se desenvolveu a problemática da “violência contra mulher” (RINALDI, 2015, p. 17).

Não se afasta a entrada da mulher para o crime por razões de afetividade, mas isso, por si só, é pouco substancial para que possamos compreender sua trajetória no mundo do crime. Além das falas documentadas, as estatísticas apontam que condutas criminosas são cometidas em sua maioria por mulheres solteiras ou separadas e, embora eu não tenha encontrado exatamente esse perfil no trabalho de

[54] PLANALTO. Lei 11.343/06: lei de drogas. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm
Essa lei considera crime o porte/posse de drogas para uso próprio, mas que possui pena não sujeita ao encarceramento.
[55] Venda de pequenas quantidades drogas por uma pessoa.
[56] Sinônimo de cadeia.

campo, este é um dado que nos permite um distanciamento da hipótese da entrada das mulheres apenas por relações amoroso-afetivas.

Outro ponto a ser destacado é que, embora a maioria das interlocutoras fosse encarcerada pelo crime de tráfico de drogas, as estatísticas também lançadas no trabalho mostram aquelas que praticaram homicídio, roubo, latrocínio, etc., isto é, crimes com grave ameaça, violência e/ou morte da pessoa humana, ficando afetado o discurso da fragilidade desses corpos em razão de seu gênero.

A partir de Rinaldi (2015), é possível pensar em ausência de novidade nas conclusões dos discursos oficiais que acabam por definir comportamento "criminoso" a partir de traços específicos de gênero (estes entendidos sob um ponto de vista biologizante). Ao contrário, o que encontrei no campo foi uma complexa rede de agenciamentos relacionais, como no caso de Luana, que relatou que havia tido uma vasta trajetória em prisões e que nessas experiências eram constantes performances consideradas violentas. Segundo ela, "elas [as presas] fazem tipo faca de pedaço de ferro... dão corte esfregando o pedaço de ferro no chão" (CADERNO DE CAMPO V, 2017, p. 06).

Se os discursos "[...] não podem ser dissociados de um ritual que orienta os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos" como elucida Foucault (2014, p. 37), é de se observar que na fala de uma agente entrevistada, conforme mencionado acima, aparece a noção de que, ao questionar as mulheres sobre como entraram no crime, a resposta traria como justificativa os parceiros. Contudo, narrativas documentadas dentro da unidade e de modo informal mostram pessoas com autodeterminação por suas escolhas, como o caso de Maria, Joana, Luana e Júlia. Isso permite pensar em duas justificativas prováveis (não necessariamente no jogo de verdadeiro e falso), mas que subvertem a hegemonia de um discurso preestabelecido pelas instituições. A propósito, Rinaldi (2015, p. 193) relata fenômeno semelhante nas práticas dos rituais judiciários na produção de uma verdade:

> [...] Essas mulheres demonstravam agir ativamente, escolhendo seus atos, atuando diante do que desejavam. Curiosamente, apesar de agir por meio da violência, ao depor perante os agentes da Justiça representavam-se como vítimas, ora de "traição", ora de agressão física, ora de "perseguição dos espíritos", ora dos ciúmes de seus companheiros violentos, caluniadores e difamadores [...] (RINALDI, 2015, p. 193).

A resistência não se opera somente pelo conhecimento institucionalizado, mas imprime um distanciamento em relação ao discurso oficial da docilidade atribuída ao gênero feminino. As falas de campo indicam oposição a essa compreensão naturalizadora. Cláudia, por exemplo, é categórica ao dizer que "a gente determina qualquer coisa e eles cumprem sem resmungar..." (CADERNO DE CAMPO VI, 2017, p. 03). Entre essas mulheres há a consciência da sua capacidade de mobilização, o reconhecimento da necessidade de construção de redes e da importância da produção dos afetos. Em uma das falas soltas

que ouvi, foi mencionado por uma delas: “cadeia de mulher é diferente de homem, você precisa demonstrar afeto, ou você terá problemas” (CADERNO DE CAMPO I, 2017, p. 04).

Assim, se de um lado o sistema caminha para atribuir à mulher caraterísticas como sendo de ordem naturalmente feminina, de outro esse mesmo modelo “denuncia” e “reclama” de um ser feminino que não tem nada de frágil e passivo. Isso acaba por evidenciar o caráter performativo das construções sociais de gênero (BUTLER, 2010) como a atribuição de cor rosa como da ordem do feminino, fala calma, posturas corporais, etc.

3.2 Dos (in)cômodos à “intimidade”

Um olhar atento sobre a arquitetura do presídio feminino nos ajuda a compreender como corpos, sujeitos e práticas são construídos a partir da divisão espacial. Assim, ela também precisa ser escrutinada, afinal, como já verificara Foucault em “Vigiar e punir” (2014), não é fortuito que o procedimento da divisão, da segmentação e da ordem é princípio que atravessa prisões, hospitais, escolas e trabalho. Contudo, ao longo do meu campo, sem desconsiderar a eficácia de um regime disciplinar, inquietava-me com o uso que minhas interlocutoras faziam da categoria casa. Seria esta reveladora de outras relações possíveis no interior da unidade prisional?

Descrevendo aquele espaço, a entrada da instituição possui área de frente, também chamada de varanda, onde ocorrem eventos, como a oficina de “perucas”, e se recebem visitas semanais de familiares das internas e se faz a realização da atividade anual denominada “portões abertos”, com a presença de autoridades. Trata-se de um lugar que fica em contato com o mundo exterior, ora se aproximando, ora se distanciando, mas de qualquer modo operando um jogo de figura e fundo em trocas bastante intensas. Operaria esse espaço aparentemente abjeto a posição de uma dobra? Conforme Daniel de Lucca,

> Segundo Deleuze, tudo no mundo existe dobrado. A vida, ela mesma, seria uma dobra aberta, permanentemente inacabada e cuja flexão ao fora e ao dentro remeteria a um tipo de movimento que implica e multiplica, conecta e separa, dividindo-se infinitesimalmente em outras dobras menores e maiores, mas conservando sempre uma coesão que é própria de sua articulação. (2011, p. 179)

Assim, cada espaço é muito mais do que uma arquitetura. É dobra relacional de encontros, desencontros, aproximações, distanciamentos. Ao percorrer seus espaços internos, percebi que a “prisão” mais que um estado, é movimento. Sigo o trajeto...

Passada a varanda, há uma pequena sala onde as pessoas chegam e são identificadas. Há dois pequenos cômodos que a formam, sendo um para a direção e outro para o setor administrativo. No corredor, à esquerda de quem entra, há um pequeno quarto para as agentes plantonistas. Após esse corredor

há uma cozinha, em que se preparam as refeições da "casa". Naquele ambiente, pude observar a convivência entre agentes e "as meninas" ao redor da mesa. Apesar de ter participado de apenas uma refeição, pude perceber que todas elas são preparadas por algumas internas (naquele dia, duas), escolhidas como de confiança – tanto que uma era responsável pela dispensa.

A cozinha foi o espaço que acessei apenas duas vezes, uma no dia em que me foi apresentada a unidade, outra para lavar prato e talheres no dia em que lá almocei, os quais não me deixaram lavar. Após aquele espaço, havia um pequeno corredor em que funcionava a parte de lavanderia. Outro espaço acessado por mim foi o quarto no qual ficavam as internas – embora tenha ido lá apenas no primeiro dia da visita. Todavia, são relevantes algumas considerações sobre essa experiência.

O quarto é um dos lugares íntimos da casa-prisão, inclusive sendo permitido ficar sem roupa, via de regra. A cama, apesar de arrumada no dia em que conheci, é lugar que as mulheres consideram totalmente seu, sendo inúmeras as relações estabelecidas em torno delas. E foi justamente em minha passagem pelo quarto das meninas que me foi proferida a frase que considero emblemática de meu trabalho de campo e que dá título a essa dissertação: "A cama é nossa casa". Foram inúmeras as vezes em que ela foi mencionada. O que seria essa casa? O que a caracterizaria? Quais os jogos de relações em torno dela?

Helena, agente responsável pela disciplina, disse durante entrevista que a casa é sinônimo de "jega".[57] Segundo ela, a "jega" representa muita coisa: principalmente poder, e há uma série de marcadores e elementos (principalmente de caráter hierárquico) que definem quem acessa esse "espaço". Com um tom de ressalva comentou a mesma agente: "nós não influenciamos nessas decisões de quem dorme na "praia"" (CADERNO DE CAMPO VI, 2017, p. 8-9).

Cabe ressaltar que esse aspecto hierárquico em outro momento também foi mencionado pelas "meninas". Segundo algumas delas, quem cumpre pena naquele regime tem o poder de escolha de qual cama deseja (CADERNO DE CAMPO II, 2017, p. 05). Mas não haveria uma única regra, esta variaria a depender das redes de relações existentes e construídas em cada unidade prisional. Aparecida, ao relatar sua passagem por outro estabelecimento, por exemplo, explicou: "as mais antiga dormi na 'jéga' e as que chegam vão pra 'praia[58]'... grávida e doente têm preferência na "jéga"" (CADERNO DE CAMPO V, 2017, p. 03).

Outra interlocutora, Júlia, ao ser indagada sobre o que sabia acerca da "jéba", respondeu:

> [...] É assim... na cama ninguém mexe... só quando tem "bate grade"... para você entender, "bate grade" é a revista... elas jogam tudo que é nosso chão... sabe... isso quebra as coisas... a gente se

[57] A propósito, preciso por fidelidade esclarecer que a agente utilizou a expressão "jéga" em razão de minha pergunta ter especificamente utilizado essa categoria, uma vez que na unidade pesquisada essa expressão não aparece na linguagem das agentes nem das internas que estão há certo tempo na instituição. Tive acesso a esse termo apenas em falas de presas recém-chegadas que entrevistei e que vieram de outros estabelecimentos prisionais.

[58] "Praia" corresponde a dormir sobre colchão colocado no chão da prisão.

> sente tão humilhada e não pode falar nada... aquelas coisas nossa são o pouquinho que temos... mas então... lá em Jateí a gente tinha uma cortina que fechava ao redor da cama... sabe, ali ninguém mexe... nem na gente... é ali que a gente passa os momentos de angústia... de tristeza... de saudade... de reflexão... dali a gente só sai para atender chamado das agentes e pegar comida... mas fora isso não é obrigado a nada... é o único espaço que a gente tem para pensar... eu ficava muito tempo sozinha na cama, pensando na minha vida... é muito sofrimento a cadeia... é na cama que a gente guarda as coisas da gente é como nossa casa por isso... ali é onde tem tudo nosso e a gente pode ficar pensando sozinha...ah, lá em Jateí não é igual aqui, os espaços que a gente circula é menor e a estrutura é de presídio... aqui tem essa estrutura de casa... é muito bom... mas a cama é único lugar nosso mesmo, sabe? (CADERNO DE CAMPO VII, 2017, p. 5-6).

O que pude perceber é que, apesar das regras impostas pela instituição (tais como limpeza dos espaços, higiene pessoal, embargo de brigas, etc.), as "jégas" são o "espaço" de negociação das presas: elas estabelecem critérios (hierarquia, idade, tempo, etc.), negociam situações extraordinárias (como por exemplo a chegada de uma presa grávida ou muito idosa) e gerenciam possíveis impasses e conflitos. Poderíamos parafrasear uma das grandes frases de efeito do movimento feminista da década de 1960 dizendo: "minha casa, minhas regras".

Em geral, a "jéga" é feita de concreto e é parte corriqueira do quarto de prisão e conta com um colchão de espuma fino (dado o tempo prolongado de uso). No universo em estudo, observei que a "jéga" tinha contornos próprios, pois, ao contrário de ser composta por um colchão sobre uma base de concreto, havia camas convencionais, beliches com colchões, lençóis, travesseiros, etc. Se não soubesse que estava em uma instituição prisional, poderia até dizer que aquele era um ambiente como o de qualquer outra casa de família convencional. Todavia, a presença das agentes no recinto não me deixava esquecer que se tratava de uma instituição-total. Afinal, qual sujeito ou família receberá em seu quarto um agente de segurança do Estado?

Em um movimento de estranhamento e contraste de realidades, afirmaríamos que "a casa" não é espaço para uma "jega" de concreto, colchão fino, de tamanho reduzido e frio. Portanto, seriam os sentidos distintos. Contudo, muito menos que a equivalência de realidades e perspectivas, o que se espera pela análise antropológica é pensar, como por analogias, os sentidos que são acionados por sujeitos e coletivos. Se para mim era evidente que a "jéga" não era "a" casa nos termos que essa categoria possui para nós (de fora da unidade prisional), ao mesmo tempo percebia que, ao evocar noções como acesso (quem acessa ou não), permissão (quem pode ou não), privacidade (embora localizado num espaço coletivo, não é algo coletivo) e diferença (quem dorme na jéga e quem dorme na praia), isso não deixava de ser uma forma própria de (re)significar a experiência da "punição" e dessa forma por sutilmente em suspensão (e por que não, suspeição) o projeto-prisão como docilização, captura e desintegração. Nesse ritual discursivo e prático de lugares e relações, uma "casa-jéga" vai se constituindo contrastivamente (como um oposto simétrico) à "instituição-prisão".

Já no fim da estrutura física da unidade há uma área, igualmente conhecida por varanda dos fundos, e logo depois já está a horta. Na varanda foi onde realizei grande parte das entrevistas e o lugar no qual as interlocutoras que estavam no regime fechado realizavam trabalhos remunerados (por exemplo, montar ímã para geladeira), conversam, etc. Esse espaço é monitorado por câmeras e não é acessível a qualquer visitante (seu acesso requer autorização), além de contar com a vigilância das agentes. Os discursos que ali ouvi estavam permeados também pelos aspectos do ambiente prisional.

Assim, entendo que os diferentes espaços pelos quais circulei ao longo de minha passagem pela instituição não deixaram de imprimir marcas nas falas e interações de minhas interlocutoras. É o que percebi durante minha entrevista com Aparecida. Ao longo de nosso diálogo, ela se mostrou inquieta com as câmeras da instituição e, ao ser indagada sobre o perceptível desconforto, respondeu: "senhor, isso aqui é big brother... veem a gente o tempo todo... esses dois rapazes no fundão estão instalando mais câmera" (CADERNO DE CAMPO V, 2017, p. 12).

Se o "[...] mundo diário pode marcar a mulher como o centro de todas as rotinas familiares" (DAMATTA, 1997, p. 50), para fazer valer a feminilização das "meninas", uma série de procedimentos "pedagógicos" são rotineiramente inculcados. Perguntava-me, por exemplo, sobre a finalidade do jardim e da horta e sua possível relação com a rotina de uma casa. Da horta saem legumes e verduras para refeições, chás e sucos, os quais, aliás, provei e, de certo modo, agem com uma engrenagem no efeito do discurso. As práticas dessa "casa" perfomatizada aparecem em falas como de Joana, que disse que aprendeu ali a fazer produtos de utilidade doméstica, como sabão. Ela estava na instituição há muito tempo e certamente alguns atravessamentos institucionais não deixaram de fazer seu *imprint*[59]. Vale lembrar que, em geral, as meninas que são do regime fechado lá estão há algum tempo.

A propósito, desde o surgimento das unidades prisionais femininas, "[...] um dos objetivos do aprisionamento de mulheres era inculcar nas prisioneiras sentimentos femininos e orgulho doméstico" (ANDRADE, 2011, p. 23). Entretanto, o que pude perceber é que, ao pensarmos em termos de "passividade", acabamos por ignorar que essas tentativas de inculcação/docilização não se dão sem processos melindrosos de negociação. É assim que Cláudia me relatava sobre a negativa de uma companheira da mesma unidade (Luana) em realizar alguns trabalhos dentro da cadeia: "ela dizia: eu não aceito trabalhar dentro da cadeia. Elas é que trabalham pra mim". Tal negativa não significava que Luana ignorasse as possíveis implicações de sua decisão, mas, para Cláudia, Luana era taxativa: "não tem quem põe na minha cabeça que trabalhando vou receber um dinheiro e ainda diminuir a pena aqui" (CADERNO DE CAMPO VI, 2017, p. 04).

[59] A palavra vem no sentido de deixar sua impressões.

3.3 Entre “capturas” e (re)existências

Historicamente, o corpo feminino “[...] tem sido regulado através de normas, sejam elas baseadas em crenças mágicas, religiosas ou médicas” (VIEIRA, 2002, p. 23), de modo que a disponibilização medicamentosa não é estranha ao sujeito. Para além da consolação no fundo da horta sob a sombra da mangueira próxima à pequena estufa de flores regando conversas com tereré gelado, as drogas “legais” são ingeridas em um processo muito sutil e perverso de gestão da vida.

Claudia usou fluoxetina; Joana utilizou em outra unidade, por certo período, diazepam; Aparecida sempre usou medicamento “controlado”, mas afirma ter aumentado sua ansiedade na cadeia. Semelhante ao que ocorre na Casa de semiliberdade onde a medicalização ocorre quase corriqueiramente (VIEIRA, 2014, p. 133), é “[...] difícil entender se precisavam de tratamento tão agressivo”, principalmente se levarmos em consideração que são “problemas” da ordem psicológica que foram adquiridos ao longo da trajetória dessas mulheres no contexto prisional. Como lidar com anos e mais anos privadas de liberdade? Como enfrentar o abandono das redes de parentesco? Como suportar os ditames de uma instituição que as encara apenas como criminosas?

A quantidade de mulheres que tomam medicamentos em contexto prisional é algo que merece atenção por parte de pesquisadores e pesquisadoras. O que me chamou atenção no caso em estudo é que há uma visível produção de um corpo medicalizado. Na substituição do álcool e das drogas pesadas, medicaliza-se em um claro movimento de entorpecimento do sujeito consciente de si. A partir do que pude ouvir e observar, a instituição opera por um duplo movimento: a prisão prende o corpo (pela privação de liberdade), a medicalização prende a alma (pela produção da incapacidade de o sujeito ser senhor de si mesmo). Em cena, a compreensão de um universo feminino que está sempre se excedendo, que é dado a confusões, que “[...] diferentemente do trabalho no presídio masculino, o presídio feminino é encrenca na certa [...] (CADERNO DE CAMPO VI, 2017, p. 04).” e, portanto, que precisa ser contido. Há uma rotina intensa de interdições, de proibições.

A eficácia da instituição se dá pela contínua repetição, de modo que as regras passam a ser internalizadas sem que o sujeito muitas vezes as perceba. A eficácia disso ficou clara no campo: as internas falavam em tom de voz baixo; as regras do português falado para o nível escolar apresentado eram acima dos padrões quotidianos; a postura corporal era de feminilidade, sem movimentos bruscos, não só com o pesquisador, mas entre elas também. Havia, porém, exceções a essa homogeneidade, tais como Luana e Aparecida.

Luana foi uma mulher daquela unidade que me despertou muita atenção, sobretudo após a entrevista com Cláudia, que relatou:

> [...] Ela não é reincidente, mas voltou diversas vezes porque não cumpre... agora parece que vai terminar a cadeia dela... agora ela está bem... engordou um pouco, mas quando chega dá dó... é só pele e osso [...]. É uma coitada, sabe? Tem família, mas ninguém quer ela... ela também não faz questão... parece que agora ela vai terminar o tempo de cadeia dela...mas ela é gente boa, não dá trabalho, fica no canto dela... agora tem as reincidentes (CADERNO DE CAMPO VI, 2017, p. 04).

Não houve pergunta direta acerca desta ou daquela interna. Porém, a partir de Luana, pude perceber que a prisão desperta em alguns casos maneiras de sobrevivência, apesar dos aspectos punitivos e controladores que pode haver. Luana, como entrevistada, assim me respondeu:

> [...] Tem filhos?
> **Ela:** Tenho, mas eles nem sabe que eu existo... não tenho contato... apenas quis que soubesse que existo... são gente honesta e trabalhadeira... não tem problema com a justiça.[...] Eu saí daqui a procura de serviço... arrumei num lavadô... eles pagavam 70 reais por fim de semana... aí aluguei uma kitnet... aí começou chuver e fazer frio... me dispensaram... devolvi a kitnet [...] Conseguiu outro trabalho?
> **Ela:** Acredita? Na outra semana ia saindo, a "agente" disse que tinha um serviço para limpeza na rodoviária... pagava R$ 900,00 real... fui lá e o moço contratô... disse que quando sair vai me registrá... nunca tive uma oportunidade dessa... vendia droga para não passar fome... aí comecei usá também (CADERNO DE CAMPO V, 2017, p. 5).

Luana não era reincidente ou praticou no passado crimes apurados pelo judiciário. Pelo que vislumbrei do que foi dito por ela, sua história era conhecida por muitos naquela instituição em razão das diversas idas e vindas para a prisão. Se a humanidade "[...] instala cada uma de suas violências em um sistema de regras e prossegue assim de dominação e dominação" (FOUCAULT, 2017, p. 69), mesmo com todo o mecanismo, muita violência velada sobre o corpo, o sistema não docilizava aquele corpo que resistia, mesmo com inserções explícitas na pele e, talvez, outras implícitas, que revelavam as diversas tentativas de colonização dessa engenharia que é a prisão. Para ela, punição estava mais para "salvação" em alguns momentos da vida, embora esta não seja conclusão tão simples e óbvia assim.

Os processos de padronização feminina elaboram categorias. Entre idas para casa/rua e vindas à prisão, Luana carregava consigo na fala e no corpo a experiência do uso de drogas ilícitas (algumas cicatrizes nas orelhas, usava muitos anéis, etc.), era inquieta, conhecia e dominava bem as gírias comuns da rua e das unidades prisionais (por exemplo, "jéga", "praia", "estica", etc.). Pelas agentes, ela era considerada "boazinha", pois não havia menção de postura violenta praticada contra as demais internas ou ocorrências de rebeldia, isto é, "tirava tudo na humildade". Era (ex)dependente do uso de drogas ilícitas, principalmente do "crack". Porém, no campo, o uso de psicofármacos como fluoxetina, ainda que para

*"*suprir*"* a falta de drogas ilícitas, não produzia a categorização estigmatizante de "usuárias". Ao contrário, já por ser uma utilização legitimada pelo saber biomédico, passava longe dos estigmas.

No dia em que entrevistei Luana, ao sair, fizeram-me a seguinte pergunta: "falou com a Luana 'crackeira'?". Não notei essa categorização em relação à (ex) usuária de cocaína que participou da pesquisa (embora soubesse que isso não era desconhecido pelas demais presas), afinal, o "crack" é substância que remete a ideia de paupérrimo, ou seja, não é uma substância considerada de valor no mercado. Assim, podemos pensar na estigmatização como soma de fatores: todas as internas que ali estavam por acusação ou condenação de prática de crimes podem, fora da unidade, sentirem-se categorizadas como ex-prisioneiras, pois esses processos constarão em suas folhas de antecedentes criminais por certo período e, quando lhes forem solicitadas, podem produzir efeitos negativos. A pessoa pode, então, possuir vários aspectos que lhe são impostos por uma categoria. Todavia, a valoração, ainda que considere todos, ocorrerá sob um ponto que permita a diferenciação entre os componentes de um grupo.

No campo entrevistei Júlia, com filhos, ex-profissional do sexo, ex-usuária de cocaína, condenada por tráfico de drogas cumprindo pena em regime fechado, desempregada e com filhos. Também entrevistei Luana, ex-usuária de crack , condenada por tráfico e que cumpria pena em regime semiaberto, além de trabalhar em uma empresa terceirizada de limpeza. No entanto, diferentemente de Luana, sempre questionadora, Júlia fazia questão de assumir os papéis que a instituição esperava de um "reeducanda": revezava-se no trabalho na cozinha, fazia crochê, gostava de leitura e de cabelos penteados e amarrados. Além disso, é preciso pontuar que o "crack" traz consigo uma imagem pejorativa, tanto pelos efeitos quanto pela classe social que o utiliza.

A sexualidade, por sua vez, não era proibida na unidade, nem a menção dela, ao que pude notar, mas havia certo desinteresse sobre o assunto, embora as perguntas sempre fossem respondidas, o que pode estar ligado a diversos fatores: o fato de o pesquisador ser do gênero masculino; local e forma de abordagem do assunto podem ter contribuído para que o tema não tivesse se desenrolado ao longo das conversas, entre outros. Porém, em parte, Júlia foi a exceção: falamos por uma hora sobre sexualidade e o universo que viveu durante o período em que foi profissional do sexo.

Sua fala permite compreender que a prostituição deve ser entendida para além do mercado do sexo, posto que há relações que atravessam esse cenário, inclusive na perspectiva da liberdade sexual da mulher. Apesar de ela ter emprego na região, afirma que, por meio de amiga, iniciou-se como dançaria em uma boate em outro estado e, após algum tempo, por atração ao dinheiro e necessidade, passou a fazer programa, mas selecionando clientes: "moleques eu não gostava, então atendia um ou outro" (CADERNO DE CAMPO VII, 2017, p. 10).

Vale pontuar que, apesar do discurso de que a entrada na prostituição foi motivada por questões econômicas, outros elementos foram mencionados e acabaram contradizendo essa versão. A princípio, Júlia disse que começou na prostituição por questão financeira, porém, posteriormente relatou que conheceu um cliente e "ele queria me dar apartamento lá... eu iria morar com tudo pago... mas não gostei da cidade".

A experiência do corpo com o prazer, porém, não se restringe à sexualidade, mas agrega práticas diversas, como o uso de substâncias entorpecentes (i)lícitas, inclusive, além do consumo de bebida alcoólica. Júlia afirma que o uso de cocaína é normal nesse meio, seja pela sensação provocada, seja para fazer "loucuras[60], "uma vez que não causa vício como se diz na sociedade" (CADERNO DE CAMPO VII, 2017, p. 2). Esse depoimento afasta-se do discurso médico-legal da produção da dependência. Ela acrescentou que encerrou seu trabalho na prostituição quando migrou para o comércio de substâncias ilícitas: o tráfico de drogas.

Sua vida intensa fora da prisão é sinônimo de "vida agitada", e o ingresso na instituição tem um marcador temporal importante: a vida se torna subitamente calma. Várias expressões mencionadas revelam um antes e um depois: "não tenho tempo para essas coisas", "fiz muita loucura", "quero voltar para minha cidade", "agora vou sossegar", etc.

Compreendo as experiências e narrativas de Júlia e Luana como inseridas em uma lógica de vidas singulares (FOUCAULT, 2003). AS entrevistadas constroem suas trajetórias performatizando condições de vida, raça, classe e gênero, e o presente marcado pela privação de liberdade não é sinônimo de uma vida que para de fluir. Isso porque, na falta de uma vida agitada, interrompida pela experiência prisional, as lembranças são a atualização de linhas de fuga. Por suas falas, abrem-se espaços em que sujeitos se organizam, constituem relação, (re)siginificam vidas e experiências (ainda que precárias).

O que é perceptível é que a instituição-prisão não consegue atender essas mulheres singulares: é constante o investimento em alinhá-las a práticas culturais de um comportamento feminino socialmente esperado. Nesses aspectos, a unidade opera com a ideia de casa na perspectiva da domesticação desse universo. Para a agente Helena, "exige-se comportamento, postura, linguagem", ou seja, não é qualquer padrão feminino, mas um que atenda ao caráter sociocultural: "às vezes, vou sair com alguma menina do semiaberto para ver proposta de emprego, enfim, alguma coisa, e ela vem com cabelo despenteado... faço voltar. pentear o cabelo e passar um batom" (CADERNO DE CAMPO VI, 2017, p. 8).

Nesse sentido, não é incompreensível o comentário da direção da instituição: "o nosso material de trabalho é o ser humano desestruturado e é por isso que precisamos desses projetos" (CADERNO DE

[60] O termo loucura que Júlia utiliza refere-se às práticas sexuais. Ela não esclareceu o que era, embora eu tenha questionado "o que seriam loucuras".

CAMPO VIII, 2017, p. 02), o que se aproxima do que Andrade (2011) coletou em entrevista com uma diretora de Unidade Prisional de Porto Alegre-RS, Irmã Zulma do Amaral Goulart, e ex-diretora da Penitenciária Feminina de Tremembé: "sabe um vestido usado, gasto, que ninguém quer mais? Pois é, nós costuramos, o consertamos, o aceitamos" (ANDRADE, 2011, p. 199).

Se "devolver à sociedade pessoas consideradas uma ameaça tem sido o objetivo oficial maior do sistema prisional" (BRITO, 2007, p. 12), essa pedagogia da reeducação nunca deixou de utilizar um imaginário ocidental (branco, cristão, patriarcal). Nele, mulher boa é a de "família" (aquela baseada no modelo heternormativo), respeitável, "do lar". Como aponta Andrade (2011, p. 108), "[...] as mulheres que não cumpriam o esperado papel de mãe, esposa, dona-de-casa eram consideradas transviadas e a elas eram atribuídos estereótipos e classificações no plano dos desvios". Isso permite pensar gênero como "[...] uma identidade tenuemente construída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos*"* (BUTLER, 2010, p. 242).

Em vários momentos da pesquisa de campo (seja por meio da fala da direção, seja pela das agentes), prevalece a ideia de um comportamento feminino ideal. Ao mesmo tempo em que o que se espera de uma "reeducanda" não está previamente dado, mas precisa ser construído, o que se explicita é uma concepção de gênero plástica e manipulável, usando os termos daquele espaço: "reeducável". Mas o pressuposto é a negação do reconhecimento dessa plasticidade no sentido da reafirmação de uma "natureza verdadeiramente feminina". Porém, ao contrário do que afirma, o padrão feminino que se produz no interior da instituição vem no sentido de afirmação da heteronormatividade: práticas básicas e quotidianas de cuidado com pés, cabelos, tom de voz, movimentos, posturas, ausência de palavrões, etc.

A propósito, a interlocutora Luana (re)existia a esse processo e fazia um percurso de ida e volta, isto é, da prisão à rua e da rua à prisão e assim se tornou "conhecida" do sistema carcerário. Ela conseguiu trabalho "num lavadô... eles pagavam 70 reais por fim de semana...aí aluguei uma kitnet... aí começou chuver e fazer frio... me dispensaram... devolvi a kitnet" (CADERNO DE CAMPO V, 2017, p. 06). A estabilidade tão desejada e valorizada por uma sociedade que prima pelo sucesso, autonomia e consumo (não de drogas) não serve para quem aprendeu que só tem um dia por vez. Na Luana que encontrei em campo, vejo o rosto de várias mulheres que, diante dos percalços da vida, encontraram formas outras de "cuidado de si". Butler (2010), ao questionar regimes ontologizantes e universalistas, afirma que "a insistência prematura num sujeito estável do feminismo, compreendido como categoria una das mulheres, gera múltiplas recusas a aceitar essa categoria" (BUTLER, 2010, p. 19).

Por isso, compreendo que a frase "cama é nossa casa" revela a potência das vidas precárias em contextos de morte. Nesse microespaço de resistência, ergue-se uma verdadeira "trincheira" em que se pode assumir a dor e a delícia de ser quem se é: mães não suficientemente boas, prostitutas, crackeiras,

sem-família, “sem-conserto” ou “reincidentes”. Ali, longe do sistema de vigilância e dos olhares panópticos, elas não precisam estar maquiadas; não precisam estar vestidas; criam suas próprias hierarquias e formas de negociação.

O que busquei apontar ao longo deste capítulo foram as múltiplas facetas dessas mulheres-meninas que, na experiência da prisão, criam estratégias de (re)existências[61], seja pela “familiarização” do espaço (cama = casa), seja pela rememoração da vida ou mesmo pela opção em assumirem papéis esperados. Assim, elas criam cotidianamente formas de se produzirem a si mesmas e questionam uma noção de feminino-preso universal.

Elas, cada uma ao seu modo, reiterando ou resistindo, apontam fissuras e instabilidades constituintes dos regimes disciplinares. Este universo feminino, ao atuar por meio de práticas e discursos socialmente esperados (“na humildade”; “na vida longe do tráfico/crime”) estabelece sua condição de criminoso/perigoso e, assim, acaba por estabelecer mecanismos sutis de negociação para sua sobrevivência no interior do sistema.

[61] A palavra vem assim grafada para demonstrar a ideia de que existir demanda a resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Corriqueiramente se espera na parte final de um trabalho acadêmico uma conclusão em um sentido de fechamento, como se os dados de campo e sua análise tivessem sido plenamente esgotados. Não é o que o leitor encontrará aqui. Por isso a opção por considerações finais.

O que pude encontrar ao longo do trabalho de campo que compõe esta dissertação jamais poderia ser esgotado: são mulheres anônimas que, no jogo da roleta russa da vida, acabaram por ser capturadas por uma máquina-sistema de "moer gente". Mas um trabalho que terminasse ou com um tom pessimista ou com um de vitimização apenas endossaria aquilo que se deseja criticar e, nesse sentido, seria um desserviço.

Neste estudo, a prisão foi um evento não ontologizado e jamais serviria para definir a vida das participantes. Mesmo presas, elas nunca deixaram de rememorar, desejar, construir seus cotidianos e sonhar com a possibilidade de futuro (ainda que precário). Pelas falas de Aparecida, Luana, Paula, Marta, Júlia e todas aquelas que generosamente deixaram de fazer suas atividades cotidianas para contribuir com a pesquisa, pude ter acesso a mulheres-meninas de carne, osso e sangue que as estatísticas oficiais teimam em não nomear, e assim, invisibilizar.

Sem desconsiderar os eventos traumáticos de cada trajetória, as dores, os lamentos, as perdas e os vínculos desfeitos, posso afirmar que a vida que me foi narrada era sinônimo de "vida que segue", apesar dos pesares. Em nenhum momento, após a entrada em campo, tive a impressão de que meu trabalho fosse sobre a prisão: penso nela como uma experiência de esboço, de decalque, cuja imagem a ser pintada pela vida concreta sempre foi maior.

Talvez o recorte selecionado, o ato deliberado de não trazer para a primeira cena os porquês das "caídas", as "razões" para aquilo que o espaço social tende a conceber como da ordem do "fracasso", da "má índole", da "compulsão à delinquência" tenha me levado a essas conclusões e não a outras. Porém, penso que toda decisão de pesquisa é um ato ético-político, de modo que que não poderia ter escolhido outro caminho. Trata-se de uma escolha de respeito e cumplicidade com/por aquelas mulheres singulares que o racismo de estado quer e deseja "deixar morrer".

Desejo que as histórias aqui narradas venham a se somar com o campo dos estudos sobre subjetivações, além de estimularem outras pesquisas que tragam para o primeiro plano essas histórias singulares. Nesse momento atual, cenário de "guerra" nos termos butlerianos (BUTLER, 2017), necropolítico, em que o racismo de estado opera como um leviatã esfomeado, desejo que minha dissertação opere como uma máquina de guerra desejante.

Eis minha singela homenagem às inúmeras Aparecidas, Luanas, Paulas, Martas e Júlias nas prisões mundo a fora.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO (AGEPEN). **Módulo mulher: Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul. 2016**. Disponível em: http://www.agepen.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/58/2016/08/MODULO-MULHER-AGEPEN.pdf. Acesso em: 05 jan. 2017.

AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO (AGEPEN). **Estabelecimento penal de segurança média, destinado a presos condenados do sexo feminino, que cumprem pena em regime fechado**. Disponível em: http://www.agepen.ms.gov.br/estabelecimento-penal-feminino-de-ponta-pora/. Acesso em: 05 jan. 2017.

AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO (AGEPEN). **Estabelecimento Penal Feminino de Regime Semiaberto, Aberto e Assistência à Albergada de Dourados**. Disponível em: http://www.agepen.ms.gov.br/estabelecimento-penal-feminino-de-regime-semiaberto-aberto-e-assistencia-a-albergada-de-dourados/. Acesso em: 05 jan. 2017.

ALISKI, Ayr. **ANVISA inclui 21 substâncias em lista de drogas proibidas no Brasil**. 2014. Disponível em: http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,anvisa-inclui-21-substancias-em-lista-de-drogas-proibidas-no-brasil,1131757. Acesso em: 18 abr. 2018.

ANDRADE, Bruna Soares Angotti Batista de. **Entre as leis da Ciência, do Estado e de Deus**. o surgimento dos presídios femininos no Brasil. 2011. 372 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ATHAYDE, Celso; BILL, M. V. **Falcão: mulheres e o tráfico**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

BALLER, Leandro; CODOGNOTO DA SILVA, Luciana (Orgs.). **Leituras foucaultianas: contribuições para práticas e pesquisas interdisciplinares**. BALLER, Leandro; HAHN, Fábio André; Construção Teórica de Uma Leitura da Fronteira: perspectiva da ambiência sob prisma da descontinuidade em Foucault. CODOGNOTO DA SILVA, Luciana; JUSTO, José Sterza; PERES, Willian Siqueira; Territórios Marginais, Vidas Dissidentes: mapeando desejos e resistências no cenário da prostituição feminina adulta. Curitiba: CRV, p. 19-75, 2015.

BECKER, Simone; OLIVEIRA, Esmael Alves de Oliveira; CAMPOS, Marcelo da Silveira. **Onde fala a bala, cala a fala**. 2016. Disponível em: http://encenasaudemental.net/post-destaque/onde-fala-a-bala-cala-a-fala-resistencias-as-politicas-da-bancada-da-bala-do-boi-e-da-biblia-em-ms/. Acesso em: 26 out. 2016.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Lei de execução penal. Brasília, DF, 11 de jul. 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm. Acesso em: 05 jan. 2018.

BRASIL. **Presas jovens, negras e com baixa escolaridade no país**. 2015. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/11/presas-sao-jovens-negras-e-com-baixa-escolaridade%20no-pais. Acesso em: 18 out. 2016.

BRASIL. **Decreto Nº 14.792, de 31 de julho de 2017.** Dispõe sobre a padronização da identidade institucional das cores da pintura dos bens imóveis da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Disponível em:

http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf/fd8600de8a55c7fc04256b210079ce25/81f9c69cc3b3577c0425816f0048638f?OpenDocument. Acesso em: 25 abr. 2018.

BRASIL. **Lei de execuções penais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm. Acesso em: 05 jan. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Número de mulheres presas aumentou 256% em 12 anos.** Disponível em: http://www.justica.gov.br/noticias/numero-de-mulheres-presas-aumentou-256-em-12-anos. Acesso em: 18 out. 2016.

BREITMAN, Miriam Rodrigues. **Criminalidade feminina: outra versão dos papéis da mulher.** ***Sociologias***, v. 1, n. 1, Porto Alegre, 1999, p. 200-223.

BRITTO, Mirella. **O caldo na panela de pressão**: um olhar etnográfico sobre o presídio para mulheres em Florianópolis. 2007. 152 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2007.

BRUNA KARLA. **Advogado fiel.** 4m50. 2009. Disponível em: https://www.letras.mus.br/bruna-karla/1536244/. Acesso em: 09 out. 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero feminino e subversão da identidade**. 13. ed. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CARRILHO, Iara Gonçalves. **A violência de gênero além das grades**: os múltiplos processos de estigmatização do feminino encarcerado. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

CASTRO, Celso. **O Espírito Militar Um Antropólogo na Caserna**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. E-book.

CHAVES, Geysa. **Se eu não tivesse amor**. 46min56. Rio de Janeiro: Produção independente, 2009. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TF8S5oGkL-c&t=928s. Acesso em: 20 out. 2016.

CLEMMER, Donald. **The prison community**. 3 ed. New York: John Wiley & Sons, 1960 [1940].

COLARES, Leni Beatriz Correia; CHIES, Luiz Antônio Bogo. **Mulheres nas so(m)bras: invisibilidade, reciclagem e dominação viril em presídios masculinamente mistos**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, p. 407-423, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Brasil tem 622 grávidas ou lactantes em presídios.** Disponível em: http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/86062-brasil-tem-622-gravidas-ou-lactantes-em-presidios. Acesso em: 27 jan. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Cidadania nos presídios**. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/cidadania-nos-presidios. Acesso em: 15 out. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Entenda os diferentes regimes de cumprimento de pena**. 2015. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/62364-entenda-os-diferentes-regimes-de-cumprimento-de-pena. Acesso em: 25 maio 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Estabelecimento do Regime Fechado de Ponta Porã.** Disponível em: http://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/gera_relatorio.php?tipo_escolha=rel_estabelecimento&opcao_escolhida=424-1971&tipoVisao=presos. Acesso em: 12 jul. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Estabelecimento do Regime Semiaberto de Dourados-MS**. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/gera_relatorio.php?tipo_escolha=rel_estabelecimento&opcao_escolhida=2635-837&tipoVisao=presos. Acesso em: 12 jul. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **População carcerária feminina aumentou 567% em 15 anos no Brasil.** Disponível em: http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80853-populacao-carceraria-feminina-aumentou-567-em-15-anos-no-brasil. Acesso em: 25 out. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Recibo de cadastro de inspeção**. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/gera_relatorio.php?tipo_escolha=rel_estabelecimento&opcao_escolhida=424-1971&tipoVisao=presos. Acesso em: 12 jul. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução define como acolher o grupo LGBT nas prisões.** Disponível em: http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/06/resolucao-define-como-acolher-o-grupo-lgbt-nas-prisoes. Acesso em: 13 jan. 2018.

CONSULTA REMÉDIOS. **Bula Benzetacil.** Disponível em: https://consultaremedios.com.br/benzetacil/bula. Acesso em: 31 mar. 2018.

CONSULTA REMÉDIOS. **Bula do Diazepam**. Disponível em: https://consultaremedios.com.br/diazepam/bula. Acesso em: 29 abr. 2018.

CUNHA, Manuela Ivone P. da. **O bairro e a prisão**: A erosão de uma fronteira. Lisboa: Celta, 2003.

DA MOTA, Mauricio J. P. **O crime segundo Lombroso**. 2007. Disponível em: https://criminologiafla.wordpress.com/2007/08/20/aula-2-o-crime-segundo-lombroso-texto-complementar/. Acesso em: 20 dez. 2017.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DASSI, Tatiana. **"É, vida loka irmão":** moralidades entre jovens cumprindo medida socioeducativa. 2010. 174 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2010.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles. ***Post scriptum* sobre as sociedades de controle**. In: Conversações. São Paulo: Editora 34, p. 219-226, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. V. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN). **Levantamento nacional de informações penitenciárias, INFOPEN mulheres,** jun. 2014. Disponível em: http://www.justica.gov.br/news/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf/view. Acesso em: 11 jan. 2018.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN). **Levantamento nacional de informações penitenciárias**, jun. 2016. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf. Acesso em: 09 jan. 2017.

DICIO. Dicionário Online de Português. **Cocaína**. Disponível em: https://www.dicio.com.br/cocaina/. Acesso em: 23 mar. 2018.

DINIZ, Débora. **Pesquisa em cadeias**. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 573-586, 2015 - A.

DINIZ, Débora. **Cadeia: relatos sobre mulheres**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015 - B.

DO LAGO, Natália Bouças. **Mulheres na prisão:** entre famílias, batalhas e a vida normal. 2014. 108 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ESPNOZA, Olga. **A mulher encarcera em face do poder punitivo**. 1ª. Ed. São Paulo: Monografias/IBCCRIM, 2004.

EXAME. **Menino veste azul e menina veste rosa**, diz Ministra Damares em vídeo. Disponível em https://exame.abril.com.br/brasil/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-diz-damares-em-video/

FAVRET-SAADA, JEANNE. **"Ser afetado"**. Trad. de Paula Siqueira, Revisão de Tania Stlze Lima. *Cadernos de Campo*, n. 13, p. 155-161, 2005.

FOOTE-WHYTE, William. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro dde 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A vida dos homens infames.** In: Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 203-222, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais, supervisão final do texto Léa Porto de Abreu Novaes et al. Rio de Janeiro: NAU, 2003.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico**: as heterotopias. Posfácio de Daniel Defert. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica Roberto Machado. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade1:** a vontade do saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 4. Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. Disponível em: https://pt.scribd.com/doc/8934324/Michel-Foucault-O-Sujeito-e-o-Poder. Acesso em: 28 dez. 2018.

FOUCAULT, Michel; GALVÃO, Maria Ermantina. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GUATTARI, Félix. **Revolução molecular**: pulsações políticas do Desejo. Seleção, prefácio e tradução: Suely Belinha Ronilk. São Paulo: Brasilienses, 1985.

GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas: o antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2005.

GEERTZ, Clifford. **Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa**. In: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, p. 278-321, 1989.

GIUDICE, Patrícia. **Depois da cadeia, mulheres enfrentam dura realidade no retorno à sociedade.** 2014. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/03/19/interna_gerais,509362/depois-da-cadeia-mulheres-enfrentam-dura-realidade-no-retorno-a-sociedade.shtml. Acesso em: 01 maio 2018.

GLOBO. **Código civil brasileiro prevê que sogra é para sempre, diz advogado**. 2012. Disponível em: http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2012/04/codigo-civil-brasileiro-preve-que-sogra-e-para-sempre-diz-advogado.html. Acesso em 23 mar. 2018.

GODOI, Rafael. **Fluxos em cadeia**: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. 2015. 246 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, 2015.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. Marcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4.ed. [Reimpr.]. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GUIA DO ESTUDANTE. **Michel Foucault.** 2017. Disponível em: https://guiadoestudante.abril.com.br/especiais/michel-foucault/. Acesso em: 20 dez. 2017.

LA FEMINA, Douglas J. **Cocaína e seus derivados.** Disponível em: http://www.profdouglaslafemina.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17&Itemid=18. Acesso em: 23 mar. 2018.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999 [1983].

LEITE JR, Jorge. **Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2011.

LUCCA, Daniel de. As dobraduras da cidade. **Novos estud. - CEBRAP** [online]. 2011, n.90, pp.179-187.

MAUSS, Marcel**. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. In: Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac Naif, 2003.

MELO, Felipe Athayde Lins. **Quando o "dentro" se mistura ao" fora". Etnografia de Diego Pelo" Mundo da Prisão"**. *Revista LEVS*, Marília, v. 7, n. 7, p. 84-98, 2011.

MELO, Juliana Gonçalves. **Percepções sobre o sistema de justiça criminal brasileiro a partir de narrativas de mulheres inseridas na prisão como mulas de tráfico**. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Pelotas*, Pelotas, v. 2, n. 2, p. 179-193, 2016.

MELO, Juliana Gonçalves; ALVES, Leonardo; CAVALCANTE, José. **Do lado de dentro e do lado de fora: justiça e criminalidade a partir de perspectivas de mulheres em situação de prisão e na condição de visitantes**. *Vivência:* Revista de Antropologia, Rio Grande do Norte, v. 1, n. 46, p. 113-130, 2016.

NETO, João. **Ninguém se vacina contra o Crack, afirma diretora de Comunidade Terapêutica**. 2010. Disponível em: <https://guiame.com.br/gospel/mundo-cristao/ninguem-se-vacina-contra-o-crack-afirma-diretora-de-comunidade-terapeutica.html>. Acesso em: 1 mai. 2018.

NEURO 2014. **Fluoxetina**. Disponível em: <https://www.neuro2014.com.br/fluoxetina/>. Acesso em: 29 abr. 2018.

PACIEVITCH, Thais. **Crack**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/drogas/crack/>. Acesso em: 30 abr. 2018.

PASTI, Nayara Moreira Lisardo. **A reconstrução da identidade de mulheres presas em estabelecimentos prisionais que aplicam o método APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados)**. XXVIII Simpósio Nacional de História. **Anais** [...]. Florianópolis: 25 a 31 de julho de 2015.

PASTORAL CARCERÁRIA. **Encarceramento feminino requer uma atenção diferenciada, afirmam debatedoras**. 2015. Disponível em: <http://carceraria.org.br/encarceramento-feminino-requer-uma-atencao-diferenciada-afirmam-debatedoras.html>. Acesso em: 19 out. 2016.

PASTORAL CARCERÁRIA. **Tortura e encarceramento em massa**. As mulheres e o Cárcere. Parte 02. Documentário. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cTSgBhSU-dI. Acesso em: 20 out. 2016.

PLANALTO. **Lei 11.343/06: lei de drogas**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm. Acessado em 1º de Mar.de 2019.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

RINALDI, Alessandra de Andrade**. Sexualização do crime no Brasil**: um estudo sobre criminalidades feministas no contexto de relações amorosas (1890-1940). Rio de Janeiro: MAuad X; FAPERJ, 2015.

ROSA, Vanessa de C. **Mulheres transexuais e travestis no sistema penitenciário:** a perda da decência humana e do respeito aos Direitos Humanos. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, Boletim 280, mar. 2016. Disponível em https://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/5730-Mulheres-transexuais-e-travestis-no-sistema-penitenciario-a-perda-da-decencia-humana-e-do-respeito-aos-Direitos-Humanos. Acesso em: 05 jan. 2017.

SALÁRIO BRASIL. **Mulheres ainda enfrentam discriminação no mercado de trabalho**. 2014. Disponível em: http://www.salariobr.com/Artigos/Mulheres-ainda-enfrentam-discriminacao-no-mercado-de-trabalho/1494. Acesso em: 16 out. 2016.

SARAIVA, Wellington. **Interrogatório no processo penal.** 2013. Disponível em: https://wsaraiva.com/2013/07/10/interrogatorio-processo-penal/. Acesso em: 20 mar. 2018.

SULZBACH, Liliana. **O cárcere e a rua**. 80m. Documentário. Rio de Janeiro: Zeppelin Filmes, 2004. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fr3blY9FlOo. Acesso em: 20 out. 2016.

SYKES, Gresham M. The Defects of Total Power. In: **The society of captives**: a study of a Maximum Security Prison Princeton. Princeton University Press, 1958.

TAETS, Adriana Rezende Faria. **O dizível e o indizível: narrativas de dor e violência em cárceres brasileiros**. *Anuário Antropológico*, Brasília, n. 1, p. 169-194, 2014.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

TORRES, Eli Narciso; JOSÉ, Gesilane Maciel (orgs). **Prisões, violências e sociedade**: debates contemporâneos. 1ª Ed. Jundiaí: Paco, 2017.

VARELLA, Drauzio. **Prisioneiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VELHO, Gilberto. **Desvio e divergência.** Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

VELHO, Gilberto. **Desvio e divergência:** uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

VELHO, Gilberto. **Desvio e divergência**: uma crítica da patologia social. 4. ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

VIEIRA, Danielli. **"Vivendo o veneno":** análise de narrativas contadas por jovens sobre homicídios em SC. 2009. 138 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2009.

VIEIRA, Danieli. **Correndo pelo certo, vivendo no crime**: moral, subjetivação e comensurabilidade na experiência de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. 2014. 366 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2014.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. **A medicalização do corpo feminino**. Rio de Janeiro; FIOCRUZ, 2002.